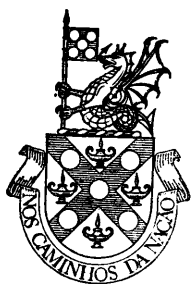

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIV — N.º 49 — JANEIRO - MARÇO DE 1989
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Erico M. B. Capela (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
NACIONALISMO E PATRIOTISMO NA SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL — ALGUNS RESULTADOS DE UM INQUÉRITO	11
<i>Manuel Braga da Cruz</i>	
A SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL, O NACIONALISMO E O PATRIOTISMO	33
<i>José Manuel da Silva Pinto</i>	
PORTUGAL: PERSPECTIVA ECONÓMICA	77
<i>Jorge Rocha de Matos</i>	
PROBLEMAS ALIMENTARES MUNDIAIS. LIÇÕES DE UM MAU ANO CEREALÍFERO	89
<i>José E. Mendes Ferrão</i>	
ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE ESTRATÉGIA ESPACIAL	113
<i>António de Jesus Bispo</i>	
A PROBLEMÁTICA DA DEFESA NACIONAL NOS ANOS DE 1860 - 1880	133
<i>Júlio Joaquim da Costa Rodrigues Silva</i>	
AS BASES CONCEPTUAIS DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO NO EXÉRCITO	141
<i>Rui Lobato de Faria Ravara</i>	
A DEFESA NO MUNDO	175

EDITORIAL

EDITORIAL

Será objectivo disciplinar da Educação Cívica, acima de tudo, procurar que o indivíduo confie tanto em si como nos seus concidadãos, instilando neles um sentimento de utilidade recíproca e da importância nacional para a Humanidade.

Tais aspirações acontecerão, verdadeiramente, quando a Nação desejar e quiser ser aceite como património mundial, reconhecido e respeitado.

Para o que a própria Nação haverá, primeiro, de orgulhar-se de o ser.

Depois, afirmar-se exemplar, desde um passado fiador do seu presente, na perspectiva de um futuro, soberano e livre, a exigir.

Em consequência, incubirá ao cidadão, civicamente bem formado, propiciar, à comunidade e ao poder legítimo que a representante, condições para o exercício da autonomia política na decisão, bem como para a defesa dos interesses colectivos, no contexto interdependente onde actuam.

A Escola terá, assim, que fornecer à juventude nacional as sementes que nela germinem o consciente cívico e os fundamentos inteligíveis da força da razão, como ditames pelos quais pautar comportamentos e atitudes perante a vida.

Os temas académicos que visarem este aspecto formativo, porventura estruturante dos demais, revestir-se-ão do maior interesse, na medida em que o for a sua qualidade.

Para além deles, porém, haverá de ser a própria Escola, como lugar pluridimensional de vida e de trabalho, um fulcro educativo em si mesma, um centro moralizador de preparação informada, um ponto de reunião de múltiplos agentes, onde sobrelevam os discentes na sua interacção.

Para que o consciente cívico formado proveja à ideia do que a Nação possa e deva dar em relação à sua defesa última, é fundamental que os indivíduos encontrem um local de intercâmbio das suas experiências diversificadas.

Urge e é crucial que as pessoas possam discutir, convivendo em revisão curricular dos saberes e das imagens que transportem.

Neste sentido, a Escola transcenderá como local de reunião de colectivos circunstanciais.

Não será, porém, fórum único nem o último.

Enquanto à juventude nacional for dada a ocasião de cumprir o serviço militar, como direito afirmador de cidadania e dever social de defesa solidária de interesses, a formação cívica dos que passarem nas fileiras ganhará um valioso complemento potencial.

Será tempo de reencontro, menos viável de outra forma, entre formações diferentes e de origens distantes, mas simultaneamente caracterizadas por traços comunitários similares.

O serviço militar poderá transformar grupos constituídos aleatoriamente em unidades enriquecidas por práticas não programadas, mas proporcionadoras de valores importantes de coesão e amizade.

Traduzindo, por natureza, uma adversidade não controlável pelos jovens, constituirá factor de aprendizagem e de reforço de resistências no ultrapassar das contrariedades quotidianas, se, como Escola, potenciar aqueles valores.

Representará a oportunidade de uma vivência, sem dúvida difícil, mas onde os sentimentos humanos, a capacidade de improvisação, de abnegação e generosidade não só se revelam como se tornam motor de criação ou de recriação de interesses, de organizações, de círculos ou de pólos de irradiação da sua própria permanência.

O serviço militar oferecerá, em última análise, momento para um viver adulto em interface de experiências contraditórias e quicá divergentes, mas válido e extraordinariamente positivo por integrá-las.

Daí que a sua importância, como componente da prontidão comunitária nacional, haja de ser explicitada e compreendida, se por acaso os valores que permite recriar forem solidários com o desenvolvimento da sociedade para que existe.

Razão pela qual compete, à Instituição Militar, a preocupação primeira de contribuir para a formação cívica do cidadão em uniforme, até porque dele se pode exigir a doação da vida pelo ideal do colectivo.

Quando, no extremo, a razoabilidade da defesa de cada um e de todos, perante a Humanidade, tiver inevitavelmente de depender da razão da força, espera-se que a força da razão, inteligida e intuída desde a Escola, não sofra o mínimo vacilar do Ser Português.

Então, ter-se-á obtido êxito no ensino disciplinar da Educação Cívica nacional.

the business system, and the business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

The business system is the business system. The business system is the business system.

NACIONALISMO E PATRIOTISMO
NA SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL
— ALGUNS RESULTADOS DE UM INQUÉRITO —

Manuel Braga da Cruz

NACIONALISMO E PATRIOTISMO
NA SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL
— ALGUNS RESULTADOS DE UM INQUÉRITO —

A investigação sobre o «nacionalismo e o patriotismo na sociedade portuguesa actual», promovida pelo IDN, iniciou-se em Dezembro de 1987, a sua aplicação a nível nacional foi feita em Junho de 1988 e os trabalhos concluídos em Setembro do mesmo ano.

Os dois artigos que se seguem são da autoria do Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, sociólogo, responsável pelo inquérito, e do coronel José Manuel da Silva Pinto, licenciado em psicologia, assessor do IDN e seu representante nesta investigação.

Os dois artigos correspondem, pois, às visões de um sociólogo civil e de um psicólogo militar sobre um tema de grande importância nacional.

A REDACÇÃO

A pedido do Instituto de Defesa Nacional realizou o Instituto de Ciências Sociais uma investigação sobre o «nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual». Pretendia-se basicamente uma «caracterização das realidades correspondentes à actual diversificação de ideias e atitudes sobre patriotismo e nacionalismo», uma «identificação dos factores socio-psico-culturais, positivos e negativos, respeitantes à desejável coesão da comunidade nacional e à justa adesão às finalidades de Segurança e Defesa do País» ⁽¹⁾.

O nacionalismo e o patriotismo conheceram de facto nos últimos anos diversificações tanto ideológicas como comportamentais, manifestando-se sob novas e múltiplas formas, a pretexto das mais variadas circunstâncias, desde

⁽¹⁾ Alinea b) da Directiva n.º 1/87, de 4 de Março do Instituto de Defesa Nacional (Estado-Maior-General da Forças Armadas) respeitante ao Programa de Actividades de Investigação e de Divulgação.

as políticas e económicas até às históricas e culturais, passando pelas linguísticas e desportivas até. Quem não recordará a evocação da independência nacional para discutir a integração em blocos político-militares ou espaços socio-económicos? Ou as exposições culturais e as comemorações centenárias para evocar singularidades históricas, e as discussões que têm suscitado? Ou a polémica em torno de acordos linguísticos? Ou a glorificação de grandes feitos desportivos, desde as vitórias nas maratonas aos êxitos nos relvados europeus de futebol?

Assiste-se hoje mesmo à irupção, embora embrionária, do que já se chamou moderno nacionalismo e patriotismo ⁽²⁾ que, ao contrário do nacionalismo tradicionalista e «absolutista», que afirmava «como verdade objectiva a supremacia de um país», parte, no dizer de Miguel Esteves Cardoso, «da subjectividade, do acaso do nascimento», da celebração da diferença e do acaso, para escolher uma imposição: «escolher livremente o que, sem liberdade nenhuma não escolhemos — a nossa nacionalidade — é o acto primordial do patriotismo».

De axiologia política votada ao ostracismo e acusada de passadismo, no imediato período pos-autoritário, o nacionalismo ressurge, nem sempre com idêntico sentido ideológico, nem mesmo com propósitos semelhantes. Algumas dessas versões de afirmação nacionalista aparecem até como contraditórias.

Estudar o nacionalismo e o patriotismo revestia-se pois hoje do maior interesse e da maior oportunidade, atendendo particularmente a três circunstâncias: a descolonização e a discussão que suscitou sobre a identidade nacional; o processo de integração europeia actualmente em curso, com o horizonte da criação de um novo espaço europeu a partir de 1992, que parece constituir uma ultrapassagem do quadro europeu dos Estados-Nações, forjado ao longo destes dois últimos séculos; e, por último, o processo de regionalização, anunciado logo na Constituição de 1976, que teve como primeiro e mais decisivo momento a criação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, e cuja concretização a nível do território continental continuamente se discute.

Tal como o nacionalismo de finais do século XIX cresceu com o ultimatum inglês e com a perda do Mapa-Cor-de-Rosa, e engrossou com

⁽²⁾ Veja-se a Conferência de Miguel Esteves Cardoso sobre «A Ideia de Portugal e o sentido moderno de patriotismo», proferida em Lisboa, na Fundação Sec. XXI a 12 de Julho de 1987.

as comemorações dos centenários de Camões e do Marquês de Pombal, assim também hoje a descolonização parece favorecer a reposição na ordem do dia da questão da identidade nacional e das origens colectivas, revalorizada pela procura de razões de afeição própria colectiva nos feitos históricos que se comemoram e nas tradições culturais que se avivam.

De igual modo a integração europeia parece levantar também a questão da soberania nacional. Derrotado o sonho de integração ultramarina, que representava o risco não tanto de uma erosão quanto de uma sobreafirmação da Nação, a Europa surge não já apenas como opção mas quase como imposição. Mas a «Europa das Pátrias» cede terreno cada dia que passa à «Europa dos cidadãos», e as perspectivas de união política, para além da integração económico-social, levanta questões como a de saber o que vai sobrar para os Estados-Nações em termos de capacidade de tomada de decisões.

Também a regionalização e o seu respectivo processo autonómico parecem questionar, embora a partir de outra perspectiva, a soberania nacional. A descentralização de competências e decisões, ao criar uma espécie de soberanias parciais e locais, suscita inevitavelmente também a questão dos limites do Estado-Nação. Mais: é a própria noção de nacionalidade e de pátria que com a revalorização cultural e política do conceito de região se vêm revistas. A «Europa das Pátrias» é cada vez mais neste sentido a «Europa das Regiões».

A encruzilhada destes processos que hoje vivemos parece assim aconselhar a que se saiba o que se passa com o nacionalismo e o patriotismo. Daí o interesse e oportunidade do estudo.

Mas o nacionalismo e o patriotismo que se pretendem aqui analisados não são os da ideologia política que despontou com a Revolução Francesa, e que informou os mais variados movimentos sociais e culturais do século passado e deste século, apesar de com ela terem alguma relação. O nacionalismo e o patriotismo que são objecto deste estudo são o sentimento de pertença e de afeição nacional e patriótico, difuso e inorganizado, que existe para além das forças que dela eventualmente se reclamem, na sociedade portuguesa.

Não se trata pois de analisar qualquer movimento nacionalista, de existência actual nada evidente, nem de medir o nacionalismo e o patriotismo nas ideologias das forças sociais, culturais, políticas ou económicas, mas de indagar, junto da população portuguesa residente em território nacional,

qual o grau de identidade nacional, qual a intensidade da representação colectiva da ideia nacional, e com ela também o sentimento de exclusão, de desidentificação, de diferenciação de outras comunidades nacionais.

Sendo porém a Nação um conceito «empiricamente multívoco», no dizer de Max Weber ⁽³⁾, impunha-se a aferição desse sentimento de identificação cultural e política com a Nação através de vários indicadores, que não exclusivamente o da representação subjectiva, designadamente a adesão à noção de soberania nacional, a consciência do passado histórico da Nação ou memória da Nação, a percepção da unidade e solidariedade nacional, e a consciência cívica nacional. Tudo isto numa perspectiva não só de identificação como também de defesa, pela percepção dos riscos e da enunciação dos meios de os prevenir e evitar.

Procedeu-se assim à aplicação de um inquérito a nível nacional, aplicado em Junho de 1988 a uma amostra da população residente no Continente e Ilhas de 1800 pessoas (1500 no Continente, 150 nos Açores e 150 na Madeira), com mais de 15 anos e a viver em localidades com mais de 100 habitantes.

São alguns dos resultados mais importantes desse inquérito que nos propomos brevemente aqui apresentar e analisar.

1. *Uma forte identidade nacional*

A primeira, e porventura mais importante, indicação do inquérito é a forte identidade nacional dos portugueses, confirmando aliás a impressão tão insistentemente repisada nos últimos tempos por qualificados observadores de que não existe em Portugal qualquer crise de identidade nacional ⁽⁴⁾. Vistos no continuum paroquialismo-cosmopolitismo, os portugueses tendem até a revelar-se mais distantes das tendências internacionalizadoras do que os demais povos europeus, evidenciando surpreendentemente um regionalismo arreigado e acentuado.

À pergunta pelo sentido da identidade geo-política, ou seja, a que unidade se sentem pertencer antes de mais e em primeiro lugar, mais de metade dos portugueses (53,7%) refere a região onde nasceu ou vive, em detrimento

⁽³⁾ Max Weber, *Economia y Sociedad*, México, Fundo de Cultura Económica, p. 327.

⁽⁴⁾ Veja-se em especial, Eduardo Lourenço «Identidade e Memória» in *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

tanto da terra ou cidade (21,8%), como do país em geral (18,0%), da Europa (1,7%) ou do mundo (3,9%).

Se compararmos com a identificação geo-política de outros países, de há já uns anos atrás (1981), verificamos que são ligeiramente mais baixas as referências a cidadão do mundo e cidadão europeu, bastante mais baixas as referências à terra natal e ao país em geral, e surpreendentemente mais elevados este sentimento regionalista:

	Portugal	Espanha	Itália	Europa
Terra ou cidade	21,8%	40%	44%	42%
Região	53,7%	17%	9%	15%
O país em geral	18,0%	34%	24%	27%
Europa	1,7%	2%	4%	4%
Mundo inteiro	3,9%	6%	16%	9%
Não sabe	0,3%	2%	5%	4%
Não responde ⁽³⁾	0,6%			

O sentimento de pertença regionalista é tanto maior quanto maior é a idade, quanto mais baixa é a classe social, quanto menor é o habitat, e sobretudo quanto mais baixa é a instrução.

O sentir-se europeu ou cidadão do mundo acima de tudo e em primeiro lugar é mais referido pelos que têm maior instrução e pertencem a classes sociais mais elevadas (tal como em Espanha aliás) pelos que não são católicos e se situam mais à esquerda que à direita. Curiosamente, os que preferem a terra em que foram criados como referencial prioritário de identificação são mulheres e pertencem às classes sociais mais baixas, vivem sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto e em habitats de 30 a 100 mil habitantes.

O ser-se católico praticante favorece a preferência pela pertença à terra onde se foi criado ou à região onde se nasceu e se vive. Pelo contrário, o sentir-se europeu ou cidadão do mundo é preferido sobretudo por não-católicos em geral. O catolicismo parece assim favorecer mais o provincianismo do que o comopolitismo.

Estes dados parecem confirmar a tese de Ronald Inglehart de que a emergência de uma identidade política cosmopolita é facilitada pela mu-

⁽³⁾ Francisco Andrés Orizo, *España, entre la apatia y el cambio social. Una encuesta sobre el sistema europeo de valores: el caso español*, Madrid, Ed. Mapfre, 1983, p. 249 e sgs.

dança de valores no sentido pós-materialista, já que a razão de ser do Estado-Nação é profundamente materialista, a saber a manutenção da ordem e a defesa das pessoas e dos seus bens ⁽⁶⁾.

Já quanto ao orgulho de ser português, são muitos os que encontram razões para tanto: nada menos que 89,3% (68,6%) sentem-se «muito orgulhosos» e 21,3% «bastante orgulhosos»). Em contrapartida, só 1,4% dos portugueses parece não ter orgulho algum em sê-lo, sendo ainda de 8,1% a percentagem dos que têm pouco.

Numa perspectiva comparada, estes resultados revelam-se superiores aos que há anos se registavam na Europa:

	Portugal	Espanha	Itália	Europa
Muito orgulho	68,6%	49%	41%	38%
Bastante orgulho	21,3%	34%	39%	38%
Não muito orgulho	8,1%	8%		
Resto			20%	24%
Nenhum orgulho	1,4%	4%		
Não responde (7)	0,6%	5%		

O orgulho de ser português varia na razão inversa da classe social a que se pertence: o muito orgulho predomina entre as classes mais baixas, enquanto o pouco orgulho prevalece entre as classes mais elevadas.

A falta de orgulho de ser português afecta sobretudo os homens, é maior entre os jovens, (tal como aliás em Espanha). aumenta com a instrução, e atinge sobretudo as regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto e, de algum modo também, os Açores e a Madeira.

O muito orgulho, que aumenta particularmente na terceira idade (tal como em Espanha também), e nos habitats diminutos, é sobremaneira sentido no Interior Norte.

O ser-se católico, sobretudo se praticante, favorece o «muito orgulho» de ser português. O não sê-lo favorece a falta dele. Esta ausência de orgulho é aliás tanto maior quanto mais de esquerda se é, tal como cresce o orgulho quanto mais de direita se é.

(6) Ronald Inglehart, *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press. 1977, p. 330 e seguintes.

(7) Francisco Andrés Orizo, *op. cit.*

Orgulho de ser português por posição política e religiosa

	Esq.	Centro Esq.	Centro Dir.	Dir.	Catol. Prat.	Catol. não-Prat	Outra Rel.
Com orgulho	84,7	87,4	92,0	94,2	94,3	87,8	77,2
Sem orgulho	15,3	12,4	8,0	5,4	4,7	12,0	20,0

Entre as razões do muito orgulho predominam «a nossa história» (70,1%), «a paisagem e o clima» (62,4%), o «hino» (60,3%) e a «bandeira nacional» (59%), as «qualidades do povo» (50,9%), as «obras de arte» (49%), e a tradição religiosa (48,9%), por ordem decrescente. Entre os motivos da falta de orgulho (ou de pouco orgulho) são sobretudo apontadas «as condições de vida» (43,5%) o desenvolvimento económico» (39,3%), os «partidos» (38%), o «Governo» (32,5%) e a «constituição política» (32,4%). As «Forças Armadas», se não são motivo de orgulho para tantos (38,9% e 31% encontram nelas muito e bastante orgulho respectivamente), também o não são para a falta dele para muitos (só 19,1% têm pouco e 4,9% nenhum orgulho nelas).

Do exposto se pode observar, em geral, que o catolicismo e posições políticas de direita coincidem com maior tendência para experimentar orgulho nacional, que o nível de instrução, quando aumenta, faz diminuir esse orgulho, que o nível social nuns casos o motiva (história, paisagem e clima), noutros o desmotiva (hino e bandeira, tradição religiosa), e que o aumento da idade parece favorecer, e o habitat desfavorecer, o orgulho de ser português.

Mas este orgulho de *ser* português não coincide de todo com o gostar de *viver* em Portugal. De facto verifica-se que 85,7% dos portugueses gostam muito de viver em Portugal, e citam para o justificar sobretudo as «bezas naturais» (98%), o «clima agradável» (96,7%), a «longa e gloriosa tradição histórica» (94%), as pessoas de «trato afável e agradável convívio» (89%), «riquezas artísticas e culturais» (86,3%), a «gente trabalhadora e empreendedora» (86%), a tolerância e brandura de sentimentos e respeito pelas liberdades cívicas (85,3%). E tudo isso apesar de se achar que são poucas as oportunidades oferecidas à juventude (63,2%), que os partidos têm demasiada importância no sistema político (45,4%), que o país é desorganizado (40,9%), atrasado e pobre (38,4%), com falta de iniciativa (37,6%) e com gente com ideias retrógradas e atrasadas (36,4%).

Os que mais gostam de viver em Portugal são sobretudo do sexo feminino, das classes sociais mais baixas, católicos praticantes, vivendo em habitats com menos de dois mil habitantes no Interior Norte e no Grande Porto. Esse gosto de viver em Portugal aumenta com a idade e diminui com a instrução (excepção feita para os que têm curso superior, onde esse gosto sobe de novo). O desgosto de viver em Portugal afecta por isso sobretudo jovens, do sexo masculino, não católicos e politicamente mais de esquerda, habitando em aglomerados de mais de 30 mil habitantes, no Sul e nas Ilhas.

Ainda para testar o grau de identificação nacional foi perguntado aos inquiridos se gostariam de ter nascido noutro país, 14,2% dos quais confessaram de facto que o teriam preferido, e citam como principais alternativas os Estados Unidos da América (19%), a França (14,1%), a Grã-Bretanha (10,4%) e a Alemanha Federal (10,3%).

Os que gostariam de ter nascido noutro país são sobretudo do sexo masculino e jovens, e tanto mais quanto mais instruídos (excepto se com o ensino superior). Estão nas classes sociais média e superior, são católicos não praticantes ou têm outras religiões, são sobretudo de Direita e Centro-Direita e vivem mais no Grande Porto, nos Açores e no Interior-Norte.

Entre as preferências alternativas de naturalidade (e por conseguinte também de nacionalidade), os Estados Unidos recolhem mais a opção dos jovens e das gentes dos Açores e do Sul; a Grã-Bretanha a dos mais instruídos, de outras religiões e de esquerda; a França e a Alemanha são preferidas pelos menos instruídos, de meia idade, e das camadas mais inferiores (sendo a França também objecto de mais preferências de gente de classe alta), indo a simpatia do Norte Interior, da Madeira e do Sul mais para França e as do Litoral mais para a Alemanha.

O último indicador de identificação nacional foi procurado na auto-estima, ou seja no respeito pela própria Nação comparada com outras. Surpreendentemente, a primazia do respeito pela própria Nação verifica-se em 64,8% dos portugueses, resultado que é superior aos de várias nações do mundo, apurados em 1981:

USA	59%
Canadá	35%
Grã-Bretanha	33%
França	26%
Itália	15%
Alemanha Federal (8)	12%

(8) Fonte: Morris Janowitz, *Toward the reconstruction of patriotism. Education for civic consciousness*. The University of Chicago Press, 1983, p. 193.

Os portugueses que dizem respeitar mais outras nações que a própria, em primeiro lugar, preferem os USA (8,1%), a França (3,6%), o Brasil (3,3%), a Alemanha Federal (2,6%), a Suíça (2,3%), a URSS (1,6%) e a Grã-Bretanha (1,5%).

O respeito pela própria Nação entre os portugueses é maior entre as mulheres, cresce com a idade e é maior na velhice; diminui com a instrução, é maior entre católicos praticantes e entre pessoas do centro político (um pouco mais no centro esquerda que no centro direita) e menos sobretudo na direita; aumenta à medida que se desce na escala social, sendo mais elevado nas classes inferiores, e também à medida que o habitat diminui de dimensão; e é maior no Litoral, na Grande Lisboa e no Sul, e menor na Madeira, no Interior Norte e no Grande Porto.

Quanto às preferências alternativas, os aspectos mais significativos estão no facto de os USA parecerem mobilizar mais os jovens, tal como aliás a URSS, optando os de meia idade e mais velhos pelas outras nações indicadas; a Suíça suscita mais preferência dos de instrução superior, enquanto os menos instruídos ou secundariamente instruídos preferem as restantes; e a URSS atrai mais os de esquerda, contra as preferências de direita e de centro direita que prevalecem nas opções restantes.

2. *Uma forte vontade de soberania nacional*

Apesar da realidade antiga, o nacionalismo é moderno como conceito e, como bem o demonstrou Hans Kohn, está ligado às origens da soberania popular ⁽⁹⁾. E de tal modo que, se alguma constante existe na evolução do nacionalismo neste dois séculos, essa parece ser, em primeiro lugar, a do apelo à soberania. Daí que concordemos com Raoul Girardet quando dizia que «a adesão duma colectividade à fé nacionalista é susceptível de se medir pela ligação desta colectividade à noção de Estado soberano: o nacionalismo nasce com a vontade de conquista da soberania; atenua-se ao mesmo tempo que abranda nos espíritos e nos corações a vontade de a não conservar em plenitude» ⁽¹⁰⁾.

Por conseguinte, o nacionalismo deve procurar-se na vontade de soberania, vontade que parece hoje confrontar-se com dois movimentos de sinal

⁽⁹⁾ Hans Kohn, *Nationalism. The meaning and history*, D. Van Noshand Company Inc.

⁽¹⁰⁾ Raoul Girardet, «Autor de l'ideologie nationaliste. Perspectives de recherche», *Revue Française de Science Politique*, XV (1965) 423-445.

contrário: o da integração europeia, por um lado, e o das autonomias regionais, por outro. O nacionalismo depara-se hoje, nos países da periferia europeia, com a dupla pressão do europeísmo e do regionalismo.

Nesse sentido, a aferição da adesão à soberania nacional começou por fazer-se na sua relação com essas duas tendências.

A maioria dos portugueses (56,6%) entende que a regionalização não ameaçará a unidade nacional (34,8% entendem que não ameaçará nada e 21,8% que ameaçará apenas pouco). Só 14,1% acham que tal sucederá (4,8% muito e 9,3% bastante).

Quanto maior é o nível social menos se acha que a regionalização pode ameaçar a unidade do todo nacional. Os que mais temem pela unidade nacional por causa da regionalização são sobretudo do sexo feminino, residem na Grande Lisboa, são de esquerda e centro-esquerda, e estão sobretudo ou entre os jovens ou entre os de 45 a 54 anos. Pelo contrário, quanto mais instruído menos se teme que a regionalização afecte a unidade da Nação.

A autonomia regional dos Açores e da Madeira é julgada como suficiente e positiva também pela maioria (51,8%), só 9,4% a acham excessiva e lesiva da unidade nacional. E 21,2% entendem-na ainda insuficiente e como um passo para maior autonomia futura.

Os que mais consideram a autonomia actual suficiente — a que em termos de tendência poderíamos designar por «autonomistas» — são mais católicos e do centro político (tanto de direita como de esquerda), têm sobretudo instrução secundária e pertencem às classes médias e superior. E crescem à medida que aumenta a dimensão do habitat.

Os que julgam excessiva a autonomia já concedida — a que também em termos de tendência chamaremos «centralistas» — são sobretudo mulheres, pertencentes mais aos extremos políticos e professando mais outras religiões que não a católica, e residem sobretudo na Grande Lisboa e no Grande Porto, e também nos Açores.

Os que julgam a autonomia actual insuficiente e apenas como um passo para uma maior — a que em termos de tendência poderíamos convencionar chamar aqui «federalistas» — são sobretudo homens. E quanto mais jovem, quanto mais instruído e quanto maior o nível social, mais se adere a esta opinião, que encontra precisamente na Madeira a sua maior expressão.

A percentagem dos que acham que se foi longe demais é muito maior nos Açores (10,9%) do que na Madeira (3,4%), dando-se o inverso para

os que entendem a autonomia insuficiente, que são mais na Madeira (38,3%) do que nos Açores (10,9%). Mas quer numa quer noutra região a maioria dá-se por satisfeita com a autonomia actual (50,8% na Madeira e 62,1% nos Açores).

Pesquisas feitas em Espanha em 1979 e 1982 (esta sobre jovens apenas), revelaram que em matéria de regionalismo, as posições «autonomistas» não atingiam a maioria, enquanto o «centralismo» estava mais difuso do que entre nós, e o «separatismo» e o «federalismo», de certo modo equiparáveis à nossa terceira posição, era por seu lado muito mais amplo. A maior idade parecia favorecer o centralismo, enquanto a maior juventude reforçava a opinião autonomista e, com tendência irregular, também as duas últimas posições ⁽¹¹⁾.

Atitudes perante o regionalismo em Espanha

	1982	1979	Por idades em 1979					
	Jovens		18-20	21-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Centralismo	17	33	23	23	24	32	38	38
Autonomia	43	41	47	43	45	43	40	41
Federalismo	23	11	13	15	14	10	7	10
Independência	6	7	11	13	10	6	6	5
								65 e +
								48
								29
								7
								3

A adesão à CEE recolhe, por seu lado, opinião favorável junto da maioria (31,3% muito e 34,5% bastante). Mas é também amplamente maioritária a opinião de que, no futuro, a última palavra deve pertencer não a um governo europeu mas sim aos governos nacionais (81,8%). Nesse sentido, a maioria acha que a integração na CEE não põe em risco a independência nacional (44,4% nada e 25,7% pouco).

O apoio à integração europeia é maior entre os homens na direita e centro direita, e cresce à medida que se sobe no nível de instrução e na escala social, e à medida que se desce na idade, residindo as maiores discordâncias nas classes médias, entre os religiosamente indiferentes, e entre

⁽¹¹⁾ Miguel Beltran y otros, *Informe sociológico. sobre la Juventud Española 1960/82*, Fundacion Santa Maria, Ed. SM, 1984, p. 220.

os residentes nos habitats de média dimensão, na Grande Lisboa, e na Madeira e Açores.

A primazia aos governos nacionais tende a subir com o nível social e com a idade, é maior nas regiões do norte (Grande Porto, Interior e Litoral), entre os não católicos e não praticantes, na esquerda e centro esquerda, e entre os que têm instrução superior.

Os que mais temem que a integração europeia ponha em risco a independência nacional, aumenta à medida que sobe o nível social e que cresce a dimensão do habitat (excepto Lisboa). Residem sobretudo na Grande Lisboa, no Grande Porto e nos Açores; são jovens, religiosamente indiferentes e de esquerda, e secundariamente instruídos.

No sentido de apurar a eventual erosão da soberania nacional em face das nascentes soberanias europeia e regional, perguntou-se a quem deveria caber a competência decisional sobre um conjunto de matérias pertinentes à soberania nacional. A grande maioria (entre 74,6% e 65,9%) atribuiu o poder de decisão ao governo nacional, e só em pequeno número ao governo europeu (entre 14,6% e 8,1%) e ao governo regional (entre 5,9% e 3,4%) sobretudo em questões respeitantes à defesa (envio das tropas portuguesas para o estrangeiro em missão de paz, definição do tempo de duração do serviço militar, utilização de bases militares por outros países, instalação de ogivas nucleares). O que mais mereceu a atribuição de competência ao governo europeu foi a extradição de terroristas e criminosos para outros países europeus (14,6%) e aos governos regionais a exploração das águas territoriais e fundos marinhos da ZEE (5,9%).

A pergunta revestia-se de alguma complexidade e por isso não é de estranhar a existência de percentagens elevadas de pessoas, sobretudo idosas, de classe baixa, de pouca instrução, predominantemente católicas e residindo nos habitats pequenos do Interior Norte e Sul, que não souberam responder.

De um modo geral, quem mais tende a privilegiar o governo europeu são as classes mais elevadas, os habitantes de aglomerados mais numerosos (excepção feita para as cidades de Lisboa e Porto) e pessoas mais novas (menos de 44 anos) de direita, e mais instruídas. Os mais «regionalistas», por seu turno, pertencem também curiosamente, sobretudo e em geral, às classes superiores (alta e média), são mais do sexo masculino e mais secundariamente instruídas, e residem sobretudo nos habitats mais reduzidos dos Açores e Madeira (em percentagens aqui muito elevadas).

Assinale-se mesmo que na Madeira a maioria é partidária do privilegiar o Governo Regional em relação ao Nacional em todas as questões apresentadas, enquanto nos Açores isso só acontece para a exploração das águas territoriais e fundos marinhos da ZEE.

		TOTAL	MADEIRA	AÇORES
Utilização de bases militares por outros países	Gov. Euro	10,8	8,9	15,0
	Gov. Naci	69,5	19,1	36,7
	Gov. Regi	4,7	68,0	29,0
	NS	14,7	4,0	9,7
	NR	0,3	0,1	9,6
Instalação de centrais nucleares	Gov. Euro	10,4	9,5	12,9
	Gov. Naci	68,7	20,8	35,5
	Gov. Regi	5,0	65,5	30,3
	NS	15,5	4,2	13,4
	NR	0,4	0,1	7,9
Envio de tropas portuguesas em missão de paz	Gov. Euro	8,1	7,3	8,6
	Gov. Naci	74,6	22,9	55,8
	Gov. Regi	3,7	65,9	27,2
	NS	13,2	3,8	5,1
	NR	0,3	0,1	3,4
Fixação das taxas de juro	Gov. Euro	11,8	2,0	13,7
	Gov. Naci	68,0	22,0	40,3
	Gov. Regi	4,9	70,0	30,6
	NS	14,7	5,9	11,2
	NR	0,5	0,1	4,2
Instalação de ogivas nucleares	Gov. Euro	9,9	10,1	13,2
	Gov. Naci	69,2	21,0	35,6
	Gov. Regi	4,5	62,3	26,6
	NS	15,8	6,5	14,0
	NR	0,5	0,1	10,6

Extradicação de terroristas para outros países	Gov. Euro	14,6	8,3	25,2
	Gov. Naci	65,9	23,7	40,3
	Gov. Regi	3,4	62,2	26,1
	NS	15,7	5,7	7,4
	NR	0,4	0,2	0,9
Definição do tempo de serviço militar	Gov. Euro	10,6	1,5	6,9
	Gov. Naci	71,3	21,6	45,4
	Gov. Regi	4,9	71,4	35,8
	NS	12,9	5,4	7,2
	NR	0,4	0,2	0,9
Exploração de águas ter- ritoriais e fundos mar.	Gov. Euro	8,1	3,0	6,6
	Gov. Naci	71,0	14,2	30,1
	Gov. Regi	5,9	76,9	42,3
	NS	14,7	5,8	19,6
	NR	0,3	0,1	1,3

Quanto à participação na soberania pelo direito de voto, a maioria dos portugueses (67,6%) continua a reservar esse direito aos nacionais (55,4% incluindo e 12,4% excluindo os emigrantes). Só 27,6% optam pela concessão do direito de voto aos residentes (incluindo estrangeiros e imigrantes).

Os que mais tendem a atribuir direito de voto aos residentes aumentam com o nível de instrução, e com o nível social; diminuem com a idade, embora com alguma irregularidade; são sobretudo católicos e do centro esquerda.

3. *Uma consciência cívica equilibrada e solidária*

O nacionalismo moderno surgiu como movimento político iluminista para limitar o poder do Rei e assegurar os direitos dos cidadãos. Nacionalismo e espírito cívico estiveram assim ligados desde o dealbar da modernidade. O civismo nacionalista implicava contudo um equilíbrio entre direitos e deveres.

O advento das sociedades industriais foi acompanhado pela supremacia intelectual, moral e política dos valores materiais. O pós-materialismo das

sociedades pos-industriais veio desequilibrar a balança cívica, privilegiando os direitos em detrimento dos deveres, afectando por isso a consciência cívica e patriótica ⁽¹²⁾.

Na balança dos direitos e deveres, a consciência cívica parece equilibrar-se razoavelmente, já que a indicação da respectiva importância se reparte harmoniosamente por uns e por outros: pela liberdade de expressão (67,3%) e pelo dever de trabalhar (61,1%); pela liberdade religiosa (56,2%) e pelo dever de votar (55,6%); pelo dever de defender a Pátria (47,6%) e de defender o ambiente (47,5%); pelo direito de propriedade e (37,1%) e de livre circulação e emigração (34,4%). Muito pouco referida a importância do dever de pagar impostos (9,4%).

Este equilíbrio cívico tem obviamente reflexos sobre a solidariedade e defesa nacionais.

Os portugueses estão muito mais dispostos a assumir a solidariedade nacional em caso de catástrofes nacionais do que no caso de crises económicas. Enquanto neste último caso só 27,2% aceitaria sem condições (e 32,5% sob condições) prestar ajuda para resolver a crise, no primeiro caso aceitariam já colaborar na reconstrução, sem condições, 71,5%, e sob condições 13,2%.

A disponibilidade para se solidarizar com o todo nacional parece assim maior quando a crise decorre, não tanto de factores humanos, mas mais de factores naturais.

Os que mais se manifestam dispostos à solidariedade na ocorrência de crises económicas, entregando parte do vencimento para ajudar a resolvê-las, pertencem ao sexo masculino, são sobretudo jovens, professam outras religiões, vivem no Interior Norte, e são tantos mais quanto mais elevado é o nível social. Os menos dispostos, por seu lado, são dos mais idosos, vivem no sul e nas ilhas, são indiferentes religiosamente ou católicos praticantes, colocam-se mais à direita e estão entre os menos instruídos.

Os mais solidários, em caso de catástrofes, são também mais do sexo masculino, pertencem às classes alta e média alta, são religiosamente indiferentes, de esquerda e centro esquerda e vivem sobretudo na Grande Lisboa e no Grande Porto. Em contrapartida, os menos solidários estão mais entre católicos praticantes, de direita, entre os mais idosos e entre os menos

⁽¹²⁾ Morris Janowitz, *op. cit.*

instruídos e entre os que vivem na Madeira e em geral nos habitantes mais reduzidos.

Pode assim constatar-se que, na generalidade, os homens são mais dispostos à solidariedade, e que a menor solidariedade parece crescer entre gente católica, de direita e pouco instruída.

A disposição de combate pela Pátria em caso de guerra é positiva incondicionalmente para 49,1% e condicionalmente para 20,9%, recusando-se a tal cerca de um quarto dos portugueses (25,2%). No entanto, os portugueses tendem em geral a crer mais que não há qualquer perigo de guerra do que ela seja inevitável. A convicção da probabilidade de uma nova guerra mundial situa-se, numa escala decimal, na média 6,7. Recorde-se que a percentagem dos que na Comunidade Europeia consideram provável uma nova guerra mundial tem vindo a diminuir de 34% em 1980 até 11% em 1985 ⁽¹³⁾.

A falta de disposição para combater pela Pátria cresce à medida que desce o nível social e sobe a idade, (sendo de 45,8% na classe mais baixa), e é maior também entre as mulheres, entre os católicos praticantes, entre a direita, entre os menos instruídos, e entre os que habitam nos mais reduzidos aglomerados, sobretudo no Litoral e nos Açores.

A possibilidade de uma guerra mundial é mais admitida nos Açores, e menos considerada como tal entre os indiferentes religiosamente, no centro esquerda, na Madeira e no Sul, pelos de meia idade.

Quanto ao grau de confiança nos povos os portugueses, que manifestam uma grande percentagem de auto-confiança (92,4%), tendem a privilegiar nitidamente, em primeiro lugar, os brasileiros e os povos ocidentais (franceses — 67,5%, ingleses — 61,3% americanos — 58,2%, espanhóis — 46,6%, e alemães — 42,7%). A desconfiança é sobretudo maior em relação aos países árabes (líbios — 70,9%, iranianos — 70,6% e marroquinos 63,8%), e aos israelitas (66%), logo seguidos pelos cabo-verdianos (62,5%).

A auto-desconfiança é sobretudo dos jovens, dos mais instruídos, dos que professam outras religiões, do centro direita, dos homens, e é maior na Madeira e nos Açores e nos mais pequenos aglomerados; e aumenta com o nível social.

A União Ibérica é rejeitada por 60,3% dos portugueses, e é ainda aceite por 28,6% (mas sob a forma de união de dois estados para cerca de metade

⁽¹³⁾ Jean Claude Deheneffe, *o que pensam os Europeus. Considerações sobre a opinião pública dos europeus de 1973 a 1986*, Luxemburgo, Serviço das Publicações oficiais das Comunidades Europeias, 1986, p. 65.

(50,3%) ou de federação de estados autónomos (23,2%), Apenas 17,1% dos que aceitam a União Ibérica admitiram a integração num só estado.

Os menos favoráveis a uma união política são os mais instruídos e os com menos de 44 anos, os religiosamente indiferentes, os de centro direita e direita, os homens, os do Interior Norte, dos Açores e da Grande Lisboa, pertencentes à classe baixa e média superior, e os residentes nos maiores aglomerados (a partir de 30 mil habitantes).

Os mais favoráveis residem no Grande Porto e nos pequenos aglomerados, e pertencem à classe média inferior.

A integração num só Estado com a Espanha, encontra maior adesão na classe baixa, no Porto e nos Açores, nos aglomerados intermédios, entre as mulheres, entre católicos não-praticantes e pessoas de esquerda, na meia idade e entre os menos instruídos.

Ao contrário do que vai sucedendo em certos países do centro europeu mais desenvolvido, a ameaça mais temida pelos portugueses é a das armas nucleares (43,4%) e não a dos ataques terroristas, só receados por 26,5%. Em França, por exemplo, o terrorismo era temido em 1987 por 80% da população e um ataque nuclear apenas por 29% ⁽¹⁴⁾.

Enquanto o terrorismo é mais temido pelos não-católicos pelos mais idosos e pelos mais instruídos, de classe média superior e da Grande Lisboa, pelos de direita e centro esquerda, as armas nucleares suscitam mais o temor das mulheres, dos católicos não praticantes e dos indiferentes, de classe média inferior, dos de esquerda e centro direita, dos medianamente instruídos, dos Açores e Madeira e do Sul e do Interior Norte.

Também ao contrário do que se verifica em França, onde a ameaça islâmica ultrapassa já a soviética junto da opinião pública, o que mais gravemente pode vir a pôr em perigo a sobrevivência nacional, para os portugueses, é ainda a ameaça militar soviética (37%), logo seguida do «desinteresse militar dos USA pela Europa» (20,5%), que é sentido em França apenas por 8% dos franceses. Só 9,5% temem em Portugal o crescimento do extremismo islâmico.

O receio da ameaça soviética aumenta com o nível social e da esquerda para a direita; é maior entre as mulheres, no Porto, sobretudo no Interior Norte (onde quase duplica em relação à média nacional) e na Madeira; é

⁽¹⁴⁾ «Les sondages 1987 du SIRPA. Armée-Nation: La Confiance», in *Armée d'Aujourd'hui*, n.º 128 — Mars 88.

também maior entre os católicos (sobretudo se praticantes) e entre os menos instruídos.

O extremismo islâmico é mais temido pelos homens, pelas classes mais altas, pelos da Grande Lisboa e do Sul, por católicos não praticantes e indiferentes, pelos que vivem entre 2 a 10 mil habitantes, pela esquerda e muito pouco pela direita e pelos menos instruídos.

Quanto aos meios de defesa, a participação numa aliança militar é julgada necessária por mais de metade dos portugueses (56,%), devendo essa aliança incluir não só os países da Europa Ocidental (posição de 17%) mas também os Estados Unidos da América (79,8%).

Os que mais acham desnecessária uma aliança militar são os mais novos e de meia idade, os mais instruídos, os não católicos e de esquerda, os que residem sobretudo na Grande Lisboa, no Litoral, nos grandes aglomerados.

Os que mais defendem a sua necessidade pertencem às classes mais elevadas, residem sobretudo em Lisboa e no Porto, e também nas regiões dos Açores e da Madeira, são católicos não praticantes e estão no centro político. Quanto maior é o nível social, maior é a afirmação da necessidade de uma aliança militar.

Há contudo grande ignorância quanto ao problema, sobretudo entre os menos instruídos e de mais idade, entre os de menor nível social e os habitantes dos mais pequenos aglomerados, entre a direita e centro-direita, entre as mulheres, e os do Interior (norte e sul).

A exclusão dos Estados Unidos dessa aliança é maior na classe alta e média inferior, entre as mulheres, entre os que vivem na Grande Lisboa, no Sul e no Litoral (muito pequena no Interior Norte), entre os católicos não praticantes e na esquerda, nas idades intermédias e tanto nos mais instruídos como entre os que têm primeira instrução completa.

O serviço militar obrigatório é igualmente tido como imprescindível para a defesa nacional por 54,9% e como desnecessário por 31,2%. Contudo as opiniões à sua duração de 16 meses repartem-se entre o achar satisfatório (46,9%) e demasiado longo (45,2%).

O serviço militar obrigatório é considerado desnecessário sobretudo pelos jovens, pelos mais instruídos, pelos não católicos (sobretudo pelos indiferentes), pelos de centro esquerda, pelos homens, e pelos da Grande Lisboa e do Litoral. E é-o assim considerado tanto mais quanto maior é o nível social.

Acham-no demasiado longo sobretudo a classe alta e média alta, as mulheres, os do Interior Norte, do Litoral e do Grande Porto, os religiosa-

mente indiferentes, os de centro esquerda e também de esquerda (embora um pouco menos), os mais jovens e os mais instruídos.

4. *Observação final*

Estes resultados parcelares e preliminares atestam, como observação fundamental, que Portugal parece ter saído do processo de descolonização sem particulares problemas de identidade nacional, e parece ter entrado no processo de europeização e de regionalização com uma consistente adesão à soberania nacional e com uma equilibrada e solidária consciência cívica e nacional. Não só a representação da identidade, a vontade de soberania e a consciência cívica dos portugueses não está em crise, como surpreendem pelos elevados índices de adesão que suscitam e pelo equilíbrio que manifestam quando analisados comparativamente. O que, se revela porventura algum «paroquialismo» e um estado pouco «cosmopolita» do desenvolvimento social e político, indica também, e sobretudo, que são profundas e antigas a raízes e as razões do nacionalismo e do patriotismo português.

Quanto aos factores de erosão ou de reforço da «nacionalidade», as tendências manifestam-se com evidente regularidade: o «cosmopolitismo» parece ser favorecido pela secularidade, pela mobilidade social ascendente, pela mais elevada instrução, pela urbanização, pela juvenildade, pela masculinidade e por orientações políticas de esquerda. Em contrapartida, a religiosidade, os níveis mais baixos de instrução e de posição social, a ruralidade, a ancianidade, a feminidade e posições políticas de direita, parecem contrariar ou desfavorecer essa internacionalização de sentimentos de pertença, de orgulho e de auto-estima nacionais.

Já quanto à temática da soberania nacional, os factores de adesão e de distanciamento parecem não ser tão uniformes nem unidireccionais. Se factores há que tanto favorecem a ausência de receio pela regionalização e pela europeização, como por exemplo a elevação do grau de instrução, outros apenas fazem encarar favoravelmente um deles em detrimento do outro. E nem sempre o apoio à ideia elimina o receio de que ela venha a pôr em risco a soberania nacional. Aliás, a percepção das vantagens da soberania, seja ela regional, nacional ou europeia, parece não se deixar explicar unifactorialmente, suscitando complexas questões de análise e de controlo de interferências causais.

A disposição pessoal a defender a Pátria está relacionada com a auto-confiança étnica. Ambas parecem ser desfavorecidas pela elevação da instrução e do nível social, factores estes porém que parecem ter influências antagónicas em matéria de percepção de riscos de integridade e de meios de defesa nacional: o que a elevação do nível de instrução desfavorece é favorecido pela elevação do nível social, a saber o receio de ameaças e a defesa de alianças.

Manuel Braga da Cruz

Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa 1989

A SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL
O NACIONALISMO E O PATRIOTISMO

José Manuel da Silva Pinto

A SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL O NACIONALISMO E O PATRIOTISMO

*«O país sem dúvida se fez um ermo exaurido
do alcance da palavra pátria».*

(Agustina Bessa - Luís Aforismos)

I — NACIONALISMO E PATRIOTISMO

Conceitos de Nacionalismo

Edgar Morin considera que na formação das nações há uma filogénese e múltiplas ontogénese que vão progressiva e gradualmente moldando e caracterizando o povo enquanto grupo comungante de sentimentos, valores e anseios comuns.

O mesmo autor admite cinco vagas de formação de novas nações, parecendo assim estabelecer uma relação universal ou pelo menos trans-nacional de causalidade, que propiciará a emergência de novas nações. Parece-nos contudo que o progresso formativo, enquanto ontogénese, não pode desinserir-se da filogénese, que Morin aliás considera, sendo porém um processo lento de sedimentação e não propriamente a resultante de um momento ou circunstância.

De acordo com Manuel Braga da Cruz, só com o liberalismo é que o conceito de nação se individualizou e ganhou significado próprio; contudo, no caso português, havia já séculos de unidade, de busca e aperfeiçoamento de identidade, de apego ao solo. Havia, como diz a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a ascendência comum dos Lusitanos, a glorificação das guerras e heróis militares da Pátria, a missão cultural do país em relação a todos os outros.

É a estruturação social, cujo conceito, segundo Gurvitch «(...) tem por missão pôr em relevo o facto de que o conjunto social, por mais complexo que seja, precede virtual ou actualmente todas as hierarquias ou

escalas (...) as dos modelos, indicativos, sinais, símbolos, ideias e valores, as dos tempos e determinismos»⁽¹⁾ e precede também a nação. Precede, gera e integra.

É um processo simultaneamente evolutivo e transformativo em que a estrutura se elabora, se torna progressivamente mais complexa e identificada consigo própria.

Trata-se portanto de dar forma individualizada a um povo, ao que o caracterizará por identificação interna e por exclusão externa. Há uma aglutinação do povo de uma nação em torno dos seus mitos e das suas realidades, o que cria uma contraposição relativamente a todos os outros que não pertencem, nem partilham dos mesmos valores. Esses são excluídos.

São como que algo que se opõe. É o que levou Nehru a afirmar que o sentimento nacionalista é um «sentimento anti».

O que nos caracteriza, individualiza e enforma os nossos sentimentos comuns, é estranho aos outros que se lhe opõem portanto, por se caracterizarem por outros interesses e valores.

Mas como qualificar a caracterização de um povo? A este respeito o Professor Machado Pires aponta dois critérios: «Um atende à essencialidade, à peculiaridade, à 'alma', ao 'génio'. O outro atende sobretudo à acção histórica desse Povo, ao que ele fez concretamente no mundo em que foi dado viver. O primeiro critério é um critério de entidade; o segundo de operação ou acção histórica»⁽²⁾.

Há portanto duas vertentes fundamentais, para já. A da identidade que se traduz pela identificação de um povo como nação e a da vida desse povo como nação, ao longo da sua história.

Estes não são porém os dois únicos factores ou valores definidores de uma nação. Outros existem e é do conjunto de todos eles e da sua interacção que emerge a nação, que ela se individualiza.

Assim, «as diferenças de língua e cultura tal como as variações de religião, raça e costumes resultam na formação de grupos sociais que, independentemente de fronteiras políticas, constituem unidades nacionais fundamentais. Nacionalidade significa então aderência a um povo e não a um estado»⁽³⁾.

⁽¹⁾ Georges Gurvitch, «Tratado de Sociologia», p. 291.

⁽²⁾ António M. B. Machado Pires, «A Ideia da Decadência na Geração de 70», p. 263. O sublinhado é meu e marca o itálico no original.

⁽³⁾ «Encyclopedia of Social Sciences», vol. XII, p. 232.

Esta realidade é incontestável e exprime-se ainda hoje por alguns dos conflitos mais vivos que o mundo sofre.

Também Morin aborda estes factores que considera necessários, mas não suficientes, quando diz que «a religião, a língua, a pertença étnica podem constituir factores capitais da cristalização nacional, mas não são absolutamente decisivos»⁽⁴⁾. Concordamos com o autor que reforça com esta afirmação a nossa própria precedente de que é um conjunto de factores e a sua interacção que determinará a formação de uma nação. Não basta um ou alguns deles, mas terão de ser todos.

Jorge Dias, debruçando-se sobre os valores culturais dos portugueses e dissertando sobre o carácter identificador da arte, aponta «Os quatro pilares do génio criador português: 'Os Lusíadas', os Jerónimos, o Tríptico de Nuno Gonçalves e os Tentos de Manuel Coelho»⁽⁵⁾, abrangendo assim a poesia, a arquitectura, a pintura e a música numa mesma força criadora e formadora de identificação de um povo. Estes são no seu entender os apoios culturais do povo português, os marcos artísticos supremos da nação.

Morin alude ainda ao valor da família e à problemática da actual crise que atravessa: «(...) crise do casal, crise do amor e do erotismo, crise da relação pais-filhos»⁽⁶⁾, como sendo, na sua dinâmica, uma célula importante na consolidação da nação.

Por outro lado, Jean Mialet considera as Forças Armadas um elemento aglutinador e identificador e refere mesmo que «(...) como dizia M. Debré, o desfile das Forças Armadas francesas em 14 de Julho é o espectáculo de televisão mais seguido do ano»⁽⁷⁾, enquanto Maury Feld em «The Structure of Violence — Armed Forces and Social System», diz a páginas 126-127 que «(...) a maior ameaça às forças armadas não é algum poder hostil mas os valores materiais e arrasadores da sua própria sociedade», referindo-se à violência auto-destrutiva das nações.

Vemos assim que o nacionalismo, encarado não como ideologia, mas como identidade nacional, nos aparece como algo de profundamente íntimo e psicológico. Não se trata de coisa concreta e palpável, mas de uma ideia ou sentimento.

⁽⁴⁾ Edgar Morin, «Sociologia», p. 129.

⁽⁵⁾ Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», p. 11.

⁽⁶⁾ Edgar Morin, *op. cit.*, p. 384.

⁽⁷⁾ Jean Mialet, «La Patrie Décrite mais Vivante», p. 3.

Conceito de Patriotismo

Há uma zona difusa ou de penumbra entre o conceito de patriotismo e o de nacionalismo, que não nos parece contudo absolutamente coincidente com aquele.

As grandes reacções sentimentais de outrora em torno da Pátria, não são hoje facilmente observáveis. Por esta razão se pensa que o patriotismo está em crise.

De acordo com a «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» a palavra patriotismo não tem uma definição precisa e são vagos e variados os sentimentos e ideias que formam o sentimento patriótico.

Jean Mialet diz que «é um facto que a palavra 'pátria' conhece um descrédito inegável nos países da Europa Ocidental, sobretudo entre os mais jovens dos seus habitantes. Ela não lhes provoca as reacções sentimentais que se pôde verificar nos seus pais»⁽⁸⁾.

Este autor encara a questão de um modo que nos parece demasiado simplista. Para ele trata-se de uma derivação e extensão da actual contestação do pai e da velhice. «Constata-se no mundo inteiro e em todos os sectores, que o pai, esse ser venerado de antigamente, é hoje severamente contestado»⁽⁹⁾.

Daqui que a terra do pai e dos seus ancestrais perca o seu valor simbólico e mesmo material, tanto mais que o culto dos velhos e da velhice se perdeu também, ganhando mesmo uma conotação de algum modo pejorativa.

Assim, para o mesmo autor, «a pátria, terra dos pais, dos ancestrais, dos velhos não seduziria, porque evoca, por si mesma, esta decadência que a velhice acarreta e que eles podem contemplar com os seus olhos num mundo em que o número de velhos aumenta à medida em que se recusa a honrá-los»⁽¹⁰⁾.

Concordamos com esta opinião, mas achamo-la insuficiente para explicar a crise de patriotismo, Outras razões haverá, para além das conotações semânticas e certamente mais palpáveis do que estas. Aquele autor tem porém a convicção de que a aversão actual se circunscreve à palavra pátria e não à pátria em si mesma.

⁽⁸⁾ *Ibidem*, p. 1.

⁽⁹⁾ *Ibidem*, p. 2.

⁽¹⁰⁾ *Ibidem*.

Mialet afirma também a este respeito que «com efeito, se a palavra pátria é presentemente mal acolhida, sobretudo pelos jovens, em particular intelectuais, a realidade do sentimento patriótico subsiste, sobretudo no povo e a sua necessidade ir-se-á sem dúvida afirmando» (11).

O autor refere-se aos franceses.

Estranha perspectiva em que a inteligência da França é vista como aquela parte da população em que o patriotismo menos subsiste. Dar-se-á o caso de o desenvolvimento intelectual ser incompatível com o patriotismo? Não cremos e se o é, é-o há pouco tempo. Acontecerá que as capacidades cognitiva e sentimental sejam comunicantes e de tal modo pequenas que a aquisição de conhecimentos obrigue à anulação de sentimentos, para haver lugar para aqueles? Também não nos parece.

Pensamos ser mais provável que uma terrível e perigosa confusão entre valores, ou pseudo-valores transnacionais ou internacionalistas, fraternalmente apresentada sob capa de cordeiro anule os valores tradicionais (e terão de ser tradicionais, já que estão na origem e na base da sedimentação da nação) sem que haja a percepção de que, onde há muitos cordeiros é onde os lobos acorrem.

Numa tentativa de caracterização diferencial do patriotismo, diríamos que ele tem um carácter mais palpável e material do que o nacionalismo e aqui sim, aproveitaremos a própria palavra Pátria e a sua significação de terra dos pais.

Assim, o patriotismo confina-se mais ao solo pátrio, ao território, à comunidade política, do que à humana ou cultural, religiosa ou linguística. Não se presta a exageros de sentimentos frequentemente descambando em perversão.

«Da mesma maneira estabelece-se muitas vezes uma confusão entre o patriotismo, que é o sentimento legítimo de pertencer a uma comunidade nacional, e um nacionalismo exacerbado que conflui com a xenofobia e o racismo» (12).

Pensamos que uma distinção excelente é feita por Morin, quando afirma: «Há povos errantes, não há pátrias errantes» (13).

Assim, as nações podem sê-lo, mas não as pátrias que estão presas ao solo, ao território, que é, do nosso ponto de vista outro aspecto fundamental.

(11) *Ibidem*, p. 1.

(12) Robert Fabre, «Civisme et Défense», p. 28.

(13) Edgar Morin, *op. cit.*, p. 131.

Mialet equipara o sentimento patriótico à solidariedade cívica e, de algum modo contradizendo-se diz, referindo-se a ele, que «estamos ameaçados de derrocada no próprio interior da nação, se não o reencontrarmos»⁽¹⁴⁾, o que pressupõe que ele não existirá, opinião contraditória da que anteriormente citámos, do mesmo autor.

Nacionalismo e Patriotismo em crise?

«A primeira questão que entrevemos consiste em saber se o sentimento patriótico constitui hoje um conceito ultrapassado ou se, pelo contrário ele é, cada vez mais, justificativo e impulsionador da continuidade nacional de qualquer país, neste difícil epílogo do séc. XX»⁽¹⁵⁾.

Esta é a questão de base que nos propomos estudar e consubstancia a nossa dúvida: O patriotismo e o nacionalismo estão em crise, ou apenas se alterou a exteriorização dos sentimentos do povo pela Pátria?

Que diferença se constata entre o que diz Morin: «O investimento afectivo profundo do ser humano na nação, a emanção objectiva de poder que constitui o Estado, concorrem conjuntamente para fazer da nação um 'ídolo' segundo a palavra de Toynbee, quer dizer do nacionalismo uma atitude religiosa»⁽¹⁶⁾ e as palavras bem mais moderadas de Mialet: «O patriotismo não desapareceu em profundidade. Ele manifesta-se ainda, sob formas mais ou menos elaboradas. Pode dizer-se que se apresenta no estado bruto, sob um aspecto muitas vezes contestável, na ocasião dos grandes encontros desportivos (...). Mesmo os jovens não parecem escapar a este movimento»⁽¹⁷⁾.

Realmente, ao nacionalismo sentimental, afectivo e intelectual expresso pelo primeiro, contrapõe-se aparentemente uma união em torno de um símbolo desportivo, por ocasião de uma competição. Muito mais terra a terra, palpável, material, o segundo, mais nobre e sentimental o primeiro.

De qualquer modo ambos exprimem, ou parecem exprimir uma mesma realidade, um mesmo interesse pela pátria.

⁽¹⁴⁾ Jean Mialet, *op. cit.*, p. 4.

⁽¹⁵⁾ Teresa Bernardino, «O Patriotismo, O Futuro e Portugal», p. 93.

⁽¹⁶⁾ Edgar Morin, *op. cit.*, p. 133.

⁽¹⁷⁾ Jean Mialet, *op. cit.*, p. 3.

No caso português, para além do rolar dos tempos e das alterações psico-sociológicas do homem actual relativamente aos seus pais, ou seja, das transformações psicológica, cultural e social das gerações, houve ainda a convulsão após 25 de Abril, em que se quis introduzir à força na sociedade portuguesa valores que nada lhe diziam eliminando-se prévia, sistemática e metodicamente os que lhe eram tradicionais.

Então o povo português desorientou-se um pouco e deu mais uma vez razão a Jorge Dias, quando diz que «ao contrário do que muitos disseram, o português não degenerou; as virtudes e os defeitos mantiveram-se os mesmos através dos séculos, simplesmente as suas reacções é que variam conforme as circunstâncias históricas» (18).

Com efeito o português adaptou-se, com a inesgotável capacidade que tem para o fazer, às novas que se lhe é característico. Apenas... não terá degenerado e teimosamente, como também lhe é característico, voltou a levar a água ao seu moinho. Devagar, bastante mais devagar do que haviam sido destruídos, os valores nacionais vêm sendo repostos.

Alguns seriamente abalados e não sabemos mesmo se definitivamente; outros porém, talvez robustecidos, porque na desgraça é que sempre os portugueses encontraram força para vencer e energia para lutar.

Poderemos pois admitir, como hipótese teórica de trabalho, que a crise ocidental do nacionalismo e do patriotismo claramente visível no dia a dia, pela contestação das forças armadas, da família, da escola, pela objecção de consciência, que singularmente só aflige o ocidente, terá razões específicas para ser eventualmente maior em Portugal, mas não é exclusivamente dele.

Assim o denota Laurent Fabius: «Sim, é todo o nosso povo, que deve ser doravante levado a um esforço para manter e se possível aumentar o poder do nosso país. Ele fá-lo para a sua economia, e para a sua defesa, consciente que para ganhar as batalhas da modernidade, há um valor eficaz e forte: o patriotismo» (19).

Este é um grito de alerta, mas também uma mensagem de esperança no futuro e de fé na consciência nacional do povo francês, que nos parecem contudo oportunos e actuais para o nosso também.

(18) Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», p. 16.

(19) Laurent Fabius, «Patriotism, Indépendance, Solidarité», p. 17. O sublinhado é meu e marca o itálico no original.

O carácter nacional

Procuraremos aprofundar agora um pouco mais a noção de carácter nacional.

De acordo com José Augusto Seabra, «Uma primeira dificuldade que a noção 'carácter nacional' apresenta é a que resulta da justaposição de um conceito político a uma realidade psicológica»⁽²⁰⁾ e que mistura portanto os elementos caracterizadores com o pragmatismo do poder e da governação, elementos que não são necessariamente coincidentes.

O carácter nacional pressupõe uma consciência do ser, o que por sua vez implica a necessidade ou existência daquilo ou daqueles que o não são. É de novo a afirmação por oposição. Para Álvaro Dória, só nos fins do séc. XIV a consciência nacional «(...) se radicou manifestando-se na oposição de Portugueses e Castelhanos e alçando ao trono um novo Rei»⁽²¹⁾ e a ela também se refere Oliveira Martins considerando-a um sentimento abstracto filho da consciência «(...) que tinham os portugueses no século XVI e perderam os Portugueses no séc. XIX»⁽²²⁾.

Há portanto em Oliveira Martins uma percepção da perda da consciência nacional a que Eça também se referiu, afirmando: «Toda a minha geração (exceptuando espíritos superiores como Antero de Quental e Oliveira Martins) nos tínhamos tornado fatalmente franceses no meio de uma sociedade que se afrancesava e (...) rompera com a tradição nacional»⁽²³⁾.

É a diluição e posterior apagamento da consciência e portanto do carácter nacional nas tintas leves e tentadoras de outra cultura mais em moda.

Não pararam porém no séc. XIX as crises da identidade nacional, como refere António Quadros: «O pós - 25 de Abril, ou melhor, o pós - 28 de Setembro, precipitou uma crise de identidade que, se vinha efectivamente já de longe, contudo se agravou extraordinariamente com a actividade maquiavélica, irresponsável ou oportunista dos grupos revolucionários em fusão, que passaram então a dirigir o país»⁽²⁴⁾. É a crise a que nos referíamos já anteriormente e que não está ainda debelada.

⁽²⁰⁾ J. A. Seabra, «Cultura e Política ou A Cidade e os Labirintos», p. 99.

⁽²¹⁾ Álvaro Dória, «Ainda a União Ibérica», p. 18.

⁽²²⁾ O. Martins, citado na «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira».

⁽²³⁾ Eça de Queirós, citado por A. M. B. M. Pires, *op. cit.*, p. 241.

⁽²⁴⁾ António Quadros, «A Arte de Continuar Português», p. 66.

Mas o que será então esta consciência nacional sintetizadora do carácter nacional?

«O sentimento nacional é um 'complexo', uma realidade psico-afectiva formada pela coagulação, a aglutinação, a síntese de uma totalidade orgânica de elementos isoláveis pela análise»⁽²⁵⁾. Esta realidade tem para Morin uma composição bissexual: «matri-patriótica, enquanto componente feminina, mãe-pátria, que temos de proteger; paternal-viril, (...) enquanto autoridade sempre justificada, imperativa, que apela às armas e ao dever»⁽²⁶⁾.

Machado Pires, em conferência proferida no Instituto da Defesa Nacional, em Março de 1988, referindo-se ao carácter nacional, dizia cheio de oportunidade: «Não façamos museu de ideias, mas vale a pena sermos diferentes». É que a identidade baseia-se na diferença para afirmar a especificidade. Como diz Morin, a nação permite a distinção definitiva entre o «nós» e os «outros» e para ele, a fronteira e o inimigo foram importantes na constituição das identidades nacionais, na Europa.

Afinal, é o que dizia Álvaro Dória, conforme citámos atrás e que funciona como motor da nação. A exclusão da diferença agrupa o idêntico e multiplica-o, para permitir a constituição de uma nação. É o que Morin denomina sentimento nacional ou identidade nacional.

Este autor procura uma sistematização dos conceitos e indica três termos interdependentes que diferencia de acordo com a tónica que se lhe dá: «Sentimento nacional — se se quer insistir na natureza afectiva do fenómeno. Consciência nacional — se se quer insistir na natureza psicológica. Identidade nacional — se se quer insistir na natureza antroppo-sociológica»⁽²⁷⁾.

Parece-nos que à integração das três noções corresponderia a de carácter nacional, mas não ficámos particularmente impressionados com esta tentativa daquele autor, que se nos afigura mais um preciosismo do que um instrumento de trabalho.

Qualquer dos três conceitos, que são gémeos, vive para e por um pensar nacional, ou seja um reflectir em concordância e sintonia nacionais que os espelhe e os fortaleça.

⁽²⁵⁾ Edgar Morin, *op. cit.*, p. 131.

⁽²⁶⁾ *Ibidem*.

⁽²⁷⁾ Edgar Morin, *op. cit.*, p. 130.

Este pensar nacional é também ele definidor do carácter nacional, como diz Machado Pires: «Uma nação existe porque pensa»⁽²⁸⁾. Só que o pensar da nação portuguesa foi fortemente abalado no pós-25 de Abril imediato e por isso «Portugal vive hoje não só uma profunda crise política, económica, financeira e social, mas também uma crise de identidade que desmotiva e desorienta os portugueses»⁽²⁹⁾.

Está a dar-se a reposição dos valores nacionais, mas com muita lentidão, talvez excessiva lentidão, razão pela qual a crise de 1974 não foi ainda superada. Daí que ainda haja razões para dizer: «Estou crente que os factores basilares da permanência do carácter nacional estão seriamente ameaçados»⁽³⁰⁾.

Com efeito, os sentimentos abalados levam tempo a reconstruir e principalmente só são recuperáveis por vontade do próprio e nunca por acção alheia. «Nenhum governo nem exército podem criar uma alma nova ao país. Nada substitui uma consciência»⁽³¹⁾.

Torna-se então imperioso reencontrar ou redescobrir a nossa identidade, admitindo embora que ela se tenha de alguma forma modificado, face à erosão provocada pela história recente, mas igualmente pela dos séculos.

O problema da permanência do carácter nacional é polémico. Assim, enquanto Jorge Dias perguntava: «Poderemos, contudo, pensar que o carácter nacional se vai manter indefinidamente igual, quando as circunstâncias em que ele se formou se estão a alterar rápida e profundamente?»⁽³²⁾, a «Encyclopedia of Social Sciences» diz na página 233 do volume XII que «a questão da imutabilidade do carácter nacional que tem sido apaixonadamente afirmada e negada é em grande parte um mero exercício de terminologia».

Não cremos que o carácter nacional, como fenómeno humano que é, conjunto de sentimentos sentidos individualmente por um povo, se possa manter inalterado. Deverá evoluir e adaptar-se ao ritmo das mudanças socio-culturais, económicas e até tecnológicas da época, mas o erro será

⁽²⁸⁾ A. M. B. Machado Pires, *op. cit.*, p. 334.

⁽²⁹⁾ A. Quadros, *op. cit.*, p. 15.

⁽³⁰⁾ Maria de Lourdes Belchior, «Sobre o Carácter Nacional ou Para uma 'Explicação' de Portugal», p. 30.

⁽³¹⁾ A. M. B. Machado Pires, conferência proferida no IDN em 22/3/88.

⁽³²⁾ Jorge Dias, «Estudos do Carácter Nacional Português», p. 43.

se, em vez de se adaptar, se anular ou decompuser em mitos de alguma nova ordem importada e portanto desinserida do povo receptor.

Então, em nossa opinião deixaremos de poder falar em carácter nacional. Um povo nessa situação descaracterizou-se, perdeu a sua identidade nacional e colocou-se nas melhores condições para perder muito mais, a seguir. Tudo.

Consciência Histórica Nacional

Quando Jorge Dias diz que «uma das nações mais pequenas da Europa foi a senhora dum dos maiores impérios de todos os tempos e teve a maior armada da época»⁽³³⁾ está a realçar um dos factos mais salientes da nossa História.

A História de um povo é no fundo a sua própria vida; é a caracterização do povo através do critério enunciado por Machado Pires e anteriormente citado por nós, face àquilo que ele fez de facto no mundo.

É portanto fundamental para a unidade nacional, para a identidade de um povo a existência, o conhecimento e a comunhão desse povo relativamente à sua História.

Como diz Morin, «através da história nacional opera-se um processo de identificação muito íntimo de um indivíduo de uma certa época com o Grande Ser Histórico vivo, lutando como um herói-deus da antiguidade para a sua própria imortalidade»⁽³⁴⁾. É através dessa identificação que se sedimenta e liga o passado histórico de um povo com o momento actual.

A História é pois elemento determinante.

«Um país sem memória é país sem futuro. A memória não é um culto passadista, é a consciência do ser-se»⁽³⁵⁾.

Soberania Nacional

«Uma ligação ao solo, à 'pátria', é também parte familiar do patriotismo tal como ele é presentemente entendido: isto aparece entre povos pri-

⁽³³⁾ Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», p. 132.

⁽³⁴⁾ Edgar Morin, «Sociologie», p. 132.

⁽³⁵⁾ A. M. B. Machado Pires, conferência proferida no IDN em 22/3/88.

mitivos tão depressa quanto estabeleçam qualquer tipo de habitação permanente e homens de todos os tempos sentem-se geralmente mais felizes e mais seguros num ambiente familiar»⁽³⁶⁾.

O território nacional estabelecido é sentido como um todo de pertença nos dois sentidos; o território é um dos caracteres que diferencia e individualiza um povo em relação aos outros, mas é também a ele que esse povo sente que pertence. Há uma correspondência biunívoca.

Daí que a hipótese de anexação por Castela sempre tenha unido os portugueses para a inviabilizar. Diz Álvaro Dória: «Porque, não devemos esquecer-lo a ideia iberista em Portugal jamais a aprovou o povo»⁽³⁷⁾.

Então, a existência e conservação do espaço territorial ganha uma força muito significativa que leva Jean Mialet a afirmar que «(...) o que a maioria dos franceses não perdoa à sua pátria, é ter perdido a sua força e o seu prestígio»⁽³⁸⁾.

Jorge Dias sintetiza muito bem a importância do território ao afirmar: «Igualmente a perda de uma das partes ou a anexação de uma parcela nova acaba por afectar com o tempo as características da cultura nacional»⁽³⁹⁾. Tal é o impacto que a alteração do território pode causar.

Assim, encontramos mais uma razão para a desorientação do povo português no pós 25 de Abril, já que ele viu alienada à pressa, sem explicação clara e quase de improviso, substancial parte do património territorial português.

Solidariedade nacional e consciência cívica

São a consciencialização de um povo, enquanto tal, a congregação em torno dos valores e dos interesses nacionais, a dádiva e entrega de si próprio para a causa comum, que permitem que uma nação se afirme como tal.

Uma vez mais, esta solidariedade é uma afirmação do ser, com exclusão do não ser, isto é, dos que não são pertença da mesma nação. Esta solidariedade não se confunde pois com o solidariedade social em sentido lato, que se manifesta quando ocorre uma catástrofe e a comunidade inter-

⁽³⁶⁾ «Encyclopedia of the Social Sciences», vol. Eleven, p. 27.

⁽³⁷⁾ Álvaro Dória, «Ainda a União Ibérica», p. 16.

⁽³⁸⁾ Jean Mialet, «La Patrie Décrite mais Vivante», p. 5.

⁽³⁹⁾ Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», p. 9.

nacional a entende como suficientemente desprovida de conotações ideológicas para merecer o seu apoio, para prestar o seu auxílio fundamentalmente material, técnico, científico.

A solidariedade nacional é algo que vive em permanência, ainda que latente, numa nação.

O modo mais claro como ela se expressa, a acção solidária nacional a tempo inteiro e portanto não consequente da tal ocorrência de desastre, a mostra clara, bem patente do que é um povo, é a expressão da sua consciência cívica.

Defesa Nacional

Um dos principais garantes da Defesa de uma nação é a consciência cívica do seu povo.

É do modo como ele vive as suas instituições e estas o englobam, do seu entendimento do conjunto nacional e da maneira como este o assimila, da sua percepção e amor pelos valores integradores nacionais e do quanto estes conseguem impor-se-lhe, que decorre em maior ou menor grau o estado de segurança ideal perseguido pelas acções da defesa.

Não podem porém as instituições, enquanto estruturas, mostrar-se ao povo que defendem ou deviam defender; têm de ser clarificadas, mostradas e ... elas próprias, também defendidas e não prostituídas

As instituições do Estado precisam da confiança do povo, mas não de serem por ele subvertidas nem denegridas, situação de que resulta, por efeito perverso, a perda da sua confiança.

Ninguém confia no derrotado, mesmo que queira parecer que sim.

É por isso que os povos livres e que têm profunda consciência cívica, amam e preservam as suas instituições; é por isso que as conhecem e acarinham; é por isso que não aproveitam os erros, todos os erros para apontar com dedo acusador; é por isso que não procuram privilegiadamente a falha; procuram acima de tudo honrá-las, defendê-las e preservá-las.

Para procurar saber o que pensa, sente e vive o povo português acerca de todos estes factores/indicadores do patriotismo e do nacionalismo, levou o Instituto da Defesa Nacional a efeito uma investigação de campo em 1988.

Terminaremos com outra interrogação de Jorge Dias: «Será possível que se mantenha o nosso carácter nacional? Duvido, e proponho que se estudem a sério os vários problemas aqui apresentados e possivelmente outros» (40).

II — A INVESTIGAÇÃO

Foi firmado um protocolo entre o Instituto da Defesa Nacional e o Instituto de Ciências Sociais com a finalidade de se levar a cabo uma investigação a nível nacional, para estudar na sociedade portuguesa actual, a existência ou não de sentimentos de nacionalismo e de patriotismo, tendo a investigação de campo decorrido em meados de 1988.

Para tal foi inquirida uma amostra de 1800 pessoas, sendo 1500 do continente, 150 da Região Autónoma da Madeira e igual número da Região Autónoma dos Açores, vivendo em localidades com mais de 100 habitantes.

«Elaborou-se uma amostra representativa da população em estudo, tendo-se feito uma amostragem aleatória, estratificada, com imputação óptima e com selecção polietápica, partindo da selecção das unidades primárias (localidades), até à selecção das unidades últimas (indivíduos). A selecção do indivíduo obedeceu ao método de Kish» (41).

O questionário tinha 32 itens de classificação e 47 perguntas divididas em cinco capítulos:

- 1 — Identidade Nacional.
- 2 — Soberania Nacional.
- 3 — Consciência Histórica Nacional.
- 4 — Solidariedade Nacional e Consciência Cívica.
- 5 — Defesa Nacional.

«Foi feito um pré-teste e o trabalho dos entrevistadores foi controlado pela revisão completa de todos os questionários no acto de entrega, tendo sido feita 15 por cento de inspecção do trabalho realizado» (42).

Foi feita ponderação e equilibração dos dados para o Universo, tendo em atenção o sexo, a região e o habitat.

(40) Jorge Dias, «Estudos do Carácter Nacional Português», p. 49.

(41) Conforme relatório da ESEO — Estudos Socioeconómico de Opinião, Lda.

(42) De acordo com o relatório da ESEO — Estudos Socioeconómicos de Opinião, Lda.

Para estudo dos dados recolhidos, servir-nos-emos dos dados globais e de oito níveis de análise, a saber:

— *Sexo*

Masculino

Feminino

— *Região*

Grande Lisboa

Grande Porto

Faixa Litoral

Interior Norte

Interior Sul

Madeira

Açores

— *Classe social*

Alta/Média alta

Média superior

Média inferior

Baixa

— *Habitat*

Até 2000 habitantes

2 a 10 000 habitantes

10 a 30 000 habitantes

30 a 100 000 habitantes

Porto (cidade)

Lisboa (cidade)

— *Posição religiosa*

Católico praticante

Católico não praticante

Outra religião

Indiferente

— *Posição política*

Esquerda
Centro esquerda
Centro direita
Direita

— *Idade*

16 — 24 anos
25 — 34 anos
35 — 44 anos
45 — 54 anos
55 anos ou mais

— *Instrução*

Escola primária incompleta
Escola primária completa
Secundário — 5.º ano (9.º de escolaridade)
Secundário completo
Superior

Não vamos, por razões óbvias analisar ponto a ponto os dados de classificação nem os resultados obtidos em cada pergunta; essa não é a finalidade deste trabalho. O que pretendemos é tão só divulgar o que de mais importante a investigação nos deu a conhecer.

Caracterização da Mostra

Sexo

Masculino	46 %
Feminino	54 %

Idade

16 — 24 anos	21,1 %
25 — 34 anos	14,9 %
35 — 44 anos	14,5 %
45 — 54 anos	14,7 %
55 ou mais	34,8 %

Localidade de residência

Lisboa	8,9 %
Grande Lisboa	10,7 %
Porto Cidade	3,5 %
Grande Porto	6,8 %
Capital de Distrito	6,9 %
Sede de Concelho	23,5 %
Lugar/Aldeia	39,8 %
Outro	

Residência por distritos

Aveiro	4,0 %	Lisboa	17,7 %
Beja	1,6 %	Portalegre	1,6 %
Braga	7,6 %	Porto	13,8 %
Bragança	2,4 %	Santarém	5,4 %
Castelo Branco	2,5 %	Setúbal	8,7 %
Coimbra	7,0 %	Viana do Castelo	3,0 %
Évora	2,3 %	Vila Real	4,3 %
Faro	3,7 %	Viseu	2,3 %
Guarda	2,3 %	Açores	2,5 %
Leiria	4,9 %	Madeira	2,5 %

Situação ocupacional

Exerce uma profissão	42,6 %
Doméstica	31,9 %
Estudante	10,4 %
Reformado	21,3 %
Serviço militar	0,4 %

Incapacitado de trabalhar	0,1 %
À procura do 1.º emprego	0,6 %
Desempregado	1,8 %
Outra situação	1,1 %

Situação profissional

Trabalhador por conta própria	31,7 %
Trabalhador por conta doutrem	66,2 %
Patrão	2,1 %

Sector de trabalho

Público	27,6 %
Privado	67,8 %
Cooperativo	4,6 %

Rendimento mensal

Até 27 200\$	15,6 %
27 200\$ — 35 000\$	23,2 %
36 000\$ — 45 000\$	20,1 %
46 000\$ — 60 000\$	21,3 %
61 000\$ — 90 000\$	12,2 %
91 000\$ — 120 000\$	5,6 %
121 000\$ — 150 000\$	0,8 %
150 000\$ — 200 000\$	0,6 %
Mais 200 000\$	0,4 %

Dimensão do agregado familiar

Vive sozinho	9,3 %
Duas pessoas	25,6 %
Três pessoas	20,4 %
Quatro pessoas	26,9 %
Cinco pessoas	9,7 %
Seis pessoas	4,9 %
Sete pessoas	1,8 %
Oito pessoas	0,5 %
Nove pessoas	0,2 %
Dez ou mais pessoas	0,6 %

Residência

Casa própria	61,4 %
Casa alugada	37,4 %
Quarto alugado	0,3 %
Pensão	
Barraca	
Outra residência	1,0 %

Habilitações literárias

Não sabe ler nem escrever	9,4%
Sabe ler e escrever	11,0 %
Ensino primário (4. ^a classe)	37,3 %
Ensino básico (ciclo preparatório, 6. ^a classe)	11,4 %
Curso geral ensino secundário (unificado)	11,9 %
Cursos complementar ens. secund. (10. ^o , 11. ^o ou antigo 7. ^o ano)	8,7 %
12. ^o ano ou propedêutico	4,4 %
Curso médio ou politécnico	2,5 %
Curso superior	3,4 %

Autoclassificação da classe social da família

Alta	0,1 %
Média alta	3,8 %
Média	58,5 %
Média baixa	23,6 %
Baixa	14,0 %

Posição religiosa

Católico praticante	52,3 %
Católico não praticante	36,3 %
Protestante	0,6 %
Cristão sem Igreja	1,2 %
Testemunha de Jeová	0,6 %
Com outra religião	0,9 %
Indiferente	4,8 %
Agnóstico	0,4 %
Ateu	2,1 %
NR	0,9 %

Numa escala de 10 pontos, em que o 1 representa «nada importante» e o 10 «muito importante», aplicada para testar a importância de Deus na vida dos inquiridos, a média foi 8,4 e o desvio 2,3.

Relativamente à situação militar:

Já fez o serviço militar	56,2 %
Está a fazer	0,8 %
Ainda não fez	16,0 %
Ficou dispensado	27,0 %

Dos que já tinham cumprido o serviço militar, 21,1 por cento tinham estado nas ex-colónias e 78,9 por cento não.

Numa escala de auto-posicionamento político, de 1 a 10 em que o 1 significa «mais à esquerda» e o 10 quer dizer «mais à direita», a média foi 5,6 e o desvio 2,0.

Relativamente ao interesse dos acontecimentos da vida política, 13,3 por cento têm muito interesse por eles, enquanto 6 por cento não sabem ou não responderam. O resultado mais alto foi obtido pela resposta «algum interesse» (33,0 por cento) seguido com 26,6 por cento da resposta «nenhum interesse». «Pouco interesse» colheu 21,1 por cento das respostas.

É interessante verificar que a população portuguesa é profundamente alheia aos acontecimentos da vida política.

Apenas 46,3 por cento manifestam interesse por eles (muito ou algum) enquanto os restantes 53, 7 por cento manifestam pouco, nenhum ou nem sabem ou não responderam.

Perace poder vislumbrar-se um certo desencanto relativamente a política, entre os portugueses.

Pensamos que isto pode ter que ver com a saturação, neste aspecto, dos meios de comunicação social nos últimos catorze anos, em matérias respeitantes à política e às questões partidárias, que constituirá um contraste excessivo com a prática anterior; por outro lado, a televisão, com o seu enorme impacto nas populações, nomeadamente naquelas que não têm acesso fácil a outros meios de comunicação de raiz nacional, pode contribuir para esta situação, uma vez que sendo única e face à qualidade dos programas apresentados pode fazer potenciar a aversão às intervenções políticas, geralmente transmitidas no chamado «horário nobre», não apresentando compensações motivadoras nos horários não nobres.

No que respeita à posição dos inquiridos relativamente à filiação partidária, os resultados foram os seguintes:

Muito ligado	1,8 %
Bastante ligado	4,3 %
Simples simpatizante	46,6 %
Não próximo de nenhum partido	38,6 %
NS	5,0 %
NR	3,7 %

Quanto especificamente ao partido do qual se sente ou não na proximidade:

PSD	44,9 %
PS	30,4 %
CDS	7,4 %
PCP	5,4 %
PRD	1,1 %
UDP	0,1 %
Outros	1,9 %
NR	8,8 %

A posição dos inquiridos, no que concerne ao grau de satisfação que sentem com o funcionamento da democracia em Portugal, é a seguinte:

Muito satisfeito	6,1 %
Satisfeito	57,5 %
Não satisfeito	31,6 %
Muito insatisfeito	3,4 %
NS	0,3 %
NR	1,1 %

Relativamente à visão do futuro da sociedade portuguesa e ao modo de o atingir, as respostas foram:

É preciso mudar radicalmente toda a organização da sociedade por uma acção revolucionária	1,9 %
É preciso melhorar pouco a pouco a nossa sociedade, através de reformas	70,3 %

É preciso defender corajosamente a nossa sociedade actual	
contra todas as forças subversivas	10,4 %
NS	14,5 %
NR	2,8 %

Apenas 36,7 por cento dos inquiridos não tinha nunca saído de Portugal e visitado outros países, tendo-o feito 43,4 por cento algumas ou muitas vezes.

Os motivos das viagens foram:

Emigração	18,6 %
Turismo	72,8 %
Negócios	2,2 %
Estudos	0,7 %
Outra	5,8 %

39,8 por cento dos inquiridos costumam seguir o que se passa no mundo, pelos órgãos de comunicação social, com muita frequência, 48,5 por cento com pouca frequência e 11, 7 por cento nunca.

Outros dados de caracterização da amostra:

— Estado civil

Solteiros	24,3 %
Casados	63,8 %
Divorciados	0,9 %
Separados	0,4 %
Viúvos	10,6 %

— Estudantes por idades

16 — 24 anos	47,4 %
25 — 34 anos	2,4 %
45 — 54 anos	0,1 %

— Estudantes por cursos

Primária completa	1,4 %
Secundário (9.º ano)	29,3 %
Secundário completo	42,5 %
Superior	10,5 %

— Posição política

— Maiores percentagens na esquerda (01)

25 — 34 anos	4,3 %
Secundário completo	2,2 %
Indiferença religiosa	6,9 %
Classe média inferior	2,4 %
Cidade do Porto	5,7 %
Homens	2,2 %
Madeira	5,2 %

— Maiores percentagens na direita (10)

16 — 24 e 35 — 44 anos	4,0 %
Secundário completo	6,2 %
Católicos praticantes	2,9 %
Classe média superior	3,9 %
Cidade do Porto	4,1 %
Mulheres	2,6 %
Madeira	13,0 %

OS DADOS COLHIDOS

Identidade Nacional

Verifica-se que, em termos gerais, a maioria dos portugueses (63,2 por cento) se referem a Portugal como «país», enquanto que apenas 21,3 por cento o fazem como «pátria» e «9,1 por cento» como «nação».

Os grupos que atingem percentagens mais elevadas de respostas em «pátria» são os dos portugueses com mais idade, os que têm nível de instrução mais baixo, os católicos, os do centro direita, da classe baixa e do interior sul.

Não há diferença significativa entre os sexos, em que apenas aproximadamente um quinto assim se referem.

É provável que o grande peso dado ao tratamento por «país» esteja relacionado com a introdução, há alguns anos atrás, da forma designadora

«este país», que substituiu os tradicionais «Portugal», «pátria» e «nação» e que pareceu difundir-se muito rapidamente.

Esta nova forma, que nos parece claramente infeliz, poderá ter colhido o agrado de muitos, porque não sendo agressiva nem imediatamente lesiva, evita a ligação sentimental à pátria, através do seu tratamento claro como tal, que nessa época parecia ser tido como conservador e impróprio.

Contudo e em nosso entender, não é inócua, mas pelo contrário perigosa, por levar veladamente à anulação dos aludidos sentimentos de fusão com a pátria, diluindo-os por substituição, num termo, que eventualmente se pretenderia sinónimo — «país» — mas que o não é.

Relativamente aos sentimentos de pertença, com excepção dos portugueses da Madeira e Açores, todos, através dos vários critérios em que se obtiveram cruzamentos (idade, instrução, posição religiosa, posição política, classe social, habitat, sexo e região), se sentem muito distanciadamente pertença da região onde nasceram ou onde vivem, o que indica com iniludível clareza profundos e arreigados sentimentos regionalistas.

Os portugueses da Madeira e dos Açores sentem-se pertencer prioritariamente à região onde foram criados.

O sentimento de pertença à Europa é muito baixo, nomeadamente na Madeira, Açores, nos portugueses com mais de 45 anos, na cidade do Porto e na população das povoações com 30 a 100 000 habitantes.

Relativamente ao mundo inteiro os índices de pertença são baixos, embora significativamente superiores aos da Europa, tendo contudo 0 por cento na Madeira. O índice mais elevado é o dos indiferentes religiosos (17,2 por cento) o dos que têm o curso secundário completo (13,9 por cento), o das povoações com 10 a 30 000 habitantes (12,2 por cento) e o da Grande Lisboa (10,9 por cento).

Não pode deixar-se passar em claro a não pertença que os portugueses sentem relativamente à Europa, em que, em vários critérios, as respostas estão abaixo de 1 por cento, numa altura em que Portugal está em pleno processo de adesão à Europa Comunitária, embora globalmente, 69,5 por cento pensem que Portugal é um país com grande futuro devido à integração europeia e considerem esta muito ou bastante favorável em mais de 50 por cento dos casos, em todos os níveis de análise, excepto na população dos Açores (43,6 por cento).

Pode-se admitir que o impacto de alguns programas de televisão apresentados recentemente, dando a imagem de Portugal no mundo, tenha influenciado de algum modo a pertença ao mundo inteiro, fazendo assim subir este indicador; não se pode porém e ainda mais por esta razão, ignorar a completa desinserção na Europa, apesar dos muitos programas que se têm feito sobre ela e sobre a integração de Portugal nas Comunidades.

A variação dos índices, indica-nos uma maior abertura à Europa e ao mundo, dos não católicos, da esquerda ou centro esquerda, das classes alta e média alta, dos mais jovens, dos mais instruídos, das mulheres e da Grande Lisboa.

Há portanto sobressaindo uma dicotomia entre o tradicionalismo e a mudança, embora, repita-se, os índices indicadores desta sejam muito baixos.

A tendência regionalista ultrapassa em muito os índices europeus verificados em 1981:

	<i>Portugal</i>	<i>Espanha</i>	<i>Itália</i>	<i>Europa</i>
Terra ou cidade	21,8 %	40 %	44 %	42 %
Região	53,7 %	17 %	9 %	15 %
O país em geral	18,0 %	34 %	24 %	27 %
Europa	1,7 %	2 %	4 %	4 %
Mundo inteiro	3,9 %	6 %	16 %	9 %
Não sabe	0,3 %	2 %	5 %	4 %
Não responde	0,6 %	—	—	—

(FONTE: Francisco Andrés Orizo, «Espanña, entre la apatía y el cambio social. Una encuesta, sobre el sistema europeo de valores: el caso español», Madrid, Ed Mapfe, 1983, p. 249 e ss, citado por Manuel Braga da Cruz no relatório da investigação do IDN).

NOTA: Os valores referentes a Portugal são da investigação do IDN.

89,9 por cento dos portugueses sentem-se muito ou bastante orgulhosos (68,6 por cento e 21,3 por cento) de serem portugueses, enquanto apenas 1,4 por cento não se sentem por essa razão nada orgulhosos.

Não há tendências acentuadas que mereçam referência, mantendo-se um grande equilíbrio, apenas com ligeira descida dos portugueses com instrução superior e das classes altas e também ligeira subida em «nada orgulhoso» dos que têm 16 a 24 anos, dos de instrução superior e dos indiferentes religiosos. Em termos regionais, são as regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto que apresentam índices mais elevados de baixo orgulho,

o que não pode deixar de ser preocupante, tratando-se das duas maiores cidades do país, mas que se compreende se verificarmos que as principais razões de falta de orgulho se prendem com as más condições económicas e baixo nível de vida, que se fazem sentir mais agudamente nas duas grandes cidades, onde se praticam preços de Europa com vencimentos de Portugal.

As principais razões de orgulho para os portugueses são a história com certo destaque, a paisagem e o clima, o hino nacional e a bandeira nacional, todos bastante acima dos 50 por cento.

As principais razões de falta de orgulho são as condições de vida, o desenvolvimento económico, os partidos políticos, o governo e a Constituição em que a primeira, entre pouco e nenhum orgulho soma mais de 50 por cento, e as restantes ultrapassam os 40 por cento.

Parece interessante analisar um pouco mais em detalhe as tendências de opinião quer no que respeita à Constituição, quer ao Governo.

Verifica-se que os níveis que sentem muito orgulho maioritariamente em relação aos restantes, são quase os mesmos nos dois casos:

As mulheres, os do interior Norte, os mais velhos, os que têm a instrução primária completa, os católicos praticantes, os da direita.

As únicas diferenças encontram-se nas classes sociais, que no Governo são a baixa e a alta por esta ordem e na Constituição apenas a baixa, e nos habitantes em que em ambos os casos surgem os de menos de 2000 habitantes, mas no Governo também aparece a cidade do Porto.

Relativamente aos portugueses que sentem nenhum orgulho na sua constituição e no seu Governo, (10 por cento e 7 por cento respectivamente), há algumas diferenças mais, mas não muito significativas:

- São os da esquerda.
- Os das cidades de Lisboa e Porto, embora por ordem diferente.
- Os indiferentes religiosos.
- Os Açores em ambos os casos e o interior Sul no caso do Governo e a Grande Lisboa no caso da Constituição.
- Sexo feminino no caso do Governo (com diferença insignificante) e masculino no caso da Constituição, com pequena diferença.
- Curso secundário para o Governo e superior para a Constituição.
- 25 — 34 anos para o Governo, 35 — 44 para a Constituição.

— Classe média inferior para o Governo, alta/média para a Constituição.

Parece de grande importância salientar que, relativamente às Forças Armadas, os portugueses manifestaram:

Muito orgulho em 38,9 por cento dos casos.

Bastante orgulho em 31,9 por cento dos casos.

Pouco orgulho em 19,1 por cento dos casos.

Nenhum orgulho em 4,9 por cento dos casos,

o que parece estar claramente em contradição com o modo como estas são frequentemente tratadas na comunicação social e até em termos comparativos na sociedade portuguesa, com outros grupos sócio-profissionais e outras instituições.

Analisando as tendências de opinião em detalhe, verifica-se que têm prioritariamente muito orgulho nas Forças Armadas Portuguesas os seguintes grupos:

- Mulheres.
- Interior Norte.
- Maiores de 54 anos.
- Com a instrução primária completa.
- As duas classes baixas.
- Os habitats até 2000 habitantes e a cidade do Porto.
- Os católicos praticantes.
- A direita e o centro esquerda (por esta ordem).

Por outro lado, sentem nelas nenhum orgulho, prioritariamente:

- Os homens, mas apenas 6,1 por cento.
- Os Açores (10,4 por cento); na Madeira, apenas 0,6 por cento, resultado só ultrapassado pelo interior Norte com 0,4 por cento.
- 25 — 34 anos (apenas 8,9 por cento).
- Com o curso secundário ou superior (17,5 por cento e 17,1 por cento).
- As duas classes altas (9,6 por cento e 8,1 por cento).

- As cidades do porto e de Lisboa (12,6 por cento e 10,4 por cento).
- Os indiferentes religiosos (22,2 por cento).
- A esquerda (só 7,6 por cento).

Estas opiniões são claramente pouco significativas, na sua maioria, o que confirma a contradição a que aludimos anteriormente.

Fica claro que a hostilidade que é endereçada às Forças Armadas com grande frequência e sem qualquer parcimónia, não parece ser a expressão do sentimento da população portuguesa. Então de que será? E porque razões o será? E quais serão os fins em vista? E a quem interessarão esses fins?

Estas são perguntas para as quais a investigação não obteve resposta, porque não estavam na sua finalidade, mas que nos parece ser de todo o interesse aclarar.

Também os símbolos nacionais, hino e bandeira, alcançaram fortes indicadores de orgulho, que são já mais baixos relativamente às obras de arte, em que os valores rondam os 50 por cento, descendo mais por vezes e, nomeadamente na Madeira, Açores e na Grande Lisboa, atingem apenas a casa dos 30 por cento.

- Os portugueses gostam inequivocamente de viver no seu país o que parece solicitar e justificar um esforço acrescido para que possam ter cada vez melhores condições de vida e mais fortes razões para quererem nele passar as suas vidas.

Os indicadores de «gostam muito», ultrapassam sempre os 80 por cento, excepto no nível do curso secundário que atinge 71,3 por cento e no dos 16 a 24 anos, com 77,3 por cento.

Isto poderá traduzir algum desespero quanto ao futuro. Trata-se de uma camada jovem e de outra que, não tendo habilitações profissionalizantes, verá com preocupação os anos vindouros. Mesmo assim os resultados são elevados.

É ainda muito significativo que os resultados de «não gostam» raramente atinjam 1 por cento e nunca cheguem a 2 por cento.

- Um outro indicador de muito interesse é o respeito que os portugueses dizem ter pela própria nação comparada com outras.

A primazia vai para a própria nação em 64,8 por cento dos casos. Este resultado é superior ao apurado em 1981 para várias outras nações:

USA	59 %
Canadá	35 %
Grã-Bretanha	33 %
França	26 %
Itália	15 %
Alemanha Federal	12 %

(FONTE: Morris Janowitz, «Toward the Reconstruction of Patriotism», The University of Chicago Press, 1983, p. 193, citado por Manuel Braga da Cruz no relatório da investigação do IDN).

Os portugueses com níveis de instrução mais elevados manifestaram menor respeito pela própria nação o que parece ir ao encontro da constatação de Mialet atrás referida.

Soberania Nacional

— 56,6 por cento dos portugueses entendem que a regionalização não ameaçará a unidade nacional, inclinando-se 34,8 por cento para não ameaçar nada e 21,8 por cento para que a ameaçará pouco.

Ao inverso, 4,8 por cento pensam que a ameaçará muito e 9,3 por cento bastante, o que perfaz 14,1 por cento.

O grupo mais céptico é o dos habitantes da cidade do Porto, em que 15,4 por cento pensam que a regionalização ameaça muito a unidade nacional.

— A maioria dos portugueses (51,8 por cento) considera que a autonomia concedida às Regiões Autónomas é suficiente e tem contribuído para o desenvolvimento da democracia, não devendo por isso ser alterada.

A opinião a seguir mais frequente é a de que ela foi apenas um passo no sentido da maior descentralização e autonomia futuras (21,2 por cento).

Só 9,4 por cento consideram que se foi longe demais.

Dos diferentes níveis de análise, o resultado mais expressivo quanto à suficiência da autonomia é o dos Açores com 62,1 por cento, seguido da população com 25 a 34 anos (60,6 por cento) e dos habitats com 30 a 100 000 habitantes (60,2 por cento). A Madeira regista 50,8 por cento.

Quanto à opinião de que a autonomia deve aumentar, os resultados mais expressivos são:

Instrução superior	49,2 %
Madeira	38,3 %
Cidade de Lisboa	33,6 %
Direita	27,7 %

Os Açores registaram 21,9 por cento.

Ressalta pois uma significativamente maior concordância do povo açoreano com a sua autonomia e um maior ajustamento a ela do que no caso da população madeirense, o que, de algum modo, contradiz a aparência do quotidiano.

— Quanto ao risco que a independência nacional possa sofrer com a integração na CEE, as respostas são esmagadoramente por «nada» ou «pouco».

As vozes contrárias vêm, com maior expressão dos indiferentes religiosos (23,4 por cento), dos habitantes da cidade do Porto (21,0 por cento), das povoações com 30 a 100 000 habitantes (17,3 por cento) e, curiosamente, da população com 16 a 24 anos (15,9 por cento) que neste caso parece bastante mais cautelosa do que nas outras questões.

— Relativamente às grandes decisões governamentais, como por exemplo: utilização de bases militares por outros países, instalação de centrais nucleares, envio de tropas portuguesas em missão de paz para o estrangeiro, fixação de taxas de juro, extradição de terroristas e criminosos, definição do tempo de duração do serviço militar, exploração das águas territoriais e fundos marinhos da ZEE, a opinião é maioritariamente (de 74,6 por cento a 65,9 por cento) pela decisão nacional, sendo a extradição de terroristas e criminosos (14,6 por cento) a que mais se inclinou para o governo europeu e a exploração das águas territoriais e fundos marinho da ZEE (5,9 por cento) para o governo regional.

É importante salientar que em todos os itens a população da Madeira colocou prioritariamente o governo regional e só depois o nacional, enquanto que nos Açores isto só aconteceu na exploração das águas territoriais e dos fundos marinhos da ZEE, sendo o governo nacional posto em primeiro lugar, em todos os outros casos.

Consciência histórica nacional

— Relativamente à redução de feriados nacionais, os portugueses não se mostraram receptivos.

Contudo, o que colheu prioridade de eliminação, em número mais significativo foi o 25 de Abril (8,1 por cento); seguiram-se: 5 de Outubro (6,5 por cento), 1.º de Maio (6,4 por cento) e 10 de Junho (5,3 por cento). Nesta questão eram excluídos os feriados nacionais religiosos.

— 36,3 por cento não responderam, qual o monumento nacional que escolheriam para simbolizar Portugal, o que parece ser um indicador do nível cultural baixo dos portugueses. Quanto aos que responderam, a preponderância foi o Mosteiro dos Jerónimos (16,2 por cento) e para a Torre de Belém (15,8 por cento), ficando em terceiro lugar, já com menos de metade da importância o Monumento aos Descobrimentos, com 7,7 por cento, e depois o Mosteiro da Batalha com 7,4 por cento.

É provável que a localização em Lisboa dos três primeiros escolhidos não seja indiferente à sua preponderância, já que a capital é mais conhecida de todos os portugueses do que o resto do país, quer por visitas pessoais, quer mesmo por apresentações no cinema, televisão, jornais e revistas.

Por outro lado, o facto de todos eles estarem ligados aos descobrimentos faz com que nos últimos meses antes da sondagem tenham sido directa ou indirectamente referidos na comunicação social, a propósito das comemorações do quinto centenário daqueles, o que poderá ter influenciado a resposta.

Aliás esta hipótese é reforçada com a escolha de personagens da nossa história relacionadas com a epopeia marítima, como as mais admiradas e pela avaliação positiva dos descobrimentos quer em termos de grande pro-

jeção da cultura portuguesa no mundo (58 por cento) quer como grande empreendimento da civilização do mundo pela Europa (16,1 por cento) o que perfaz 17,1 por cento.

A preferência dos descobrimentos como projecção da cultura portuguesa no mundo foi mais incidente nos jovens, na esquerda e centro esquerda, nas classes alta e média superior e no sul.

Solidariedade nacional e consciência cívica

— Os portugueses mostraram um salutar e muito responsável equilíbrio entre direitos e deveres:

<i>Deveres</i>		<i>Direitos</i>	
Trabalhar	61,1 %	Liberdade de expressão	67,3 %
Votar	55,6 %	Liberdade religiosa	56,2 %
Defender a Pátria	47,6 %	Propriedade	37,1 %
Defender o ambiente	47,5 %	Livre circulação e emigração	34,4 %

O dever de pagar impostos foi apenas referido em 9,4 por cento dos casos.

— Em caso de guerra, 49,1 por cento dos portugueses estavam dispostos a combater incondicionalmente pelo seu país, 25,2 por cento não estavam e 20,9 por cento responderam que isso «depende».

Se é de algum modo consolador verificar que quase metade dos portugueses lutariam pela Pátria sem entraves, não deixa de ser chocante constatar que um quarto da nossa população responde fria e rotundamente «não».

Estarão à espera que os outros 75 por cento os defendam?

Preferirão que estrangeiros o façam?

Ou será pura e simplesmente seu desejo que ninguém interfira e logo se verá?

Esta é quanto a nós a atitude mais negativa mostrada pelos portugueses nesta investigação.

Como dizia o Dr. José Luís Nunes em conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional de 1987/88: «Transformar-se em cordeiro pode provocar o lobo».

A distribuição de resultados é a seguinte:

Combater pela Pátria:

Homens	58,5 %
Interior Norte	67,9 %
Esquerda	60,2 % (Direita 57,6 %)
Indiferentes religiosos	57,4 %
Classe média inferior	59,9 %
Cidade do Porto	57,1 %
16 a 24 anos	62,2 %
5.º Ano do Curso Secundário	58,3 %

É natural que as mulheres não fossem tão afirmativas nesta resposta, uma vez que não cumprem o serviço militar e poderão por isso não assumir a ideia de combater.

É de salientar a elevada percentagem de jovens dos 16 aos 24 anos que estão dispostos a fazê-lo, uma vez que serão eles naturalmente aqueles com quem a nação contará prioritariamente.

Não combater pela Pátria:

Mulheres	30,2 %
Litoral	34,3 % (seguido dos Açores 32,1 %)
Esquerda	12,9 %
Indiferentes religiosos	16,5 %
Classe baixa	45,8 %
Até 2000 habitantes	30,0 %
Maiores de 54 anos	35,8 %
Escola primária completa	38,1 %

Os Açores são, na decisão incondicional de combater pela Pátria, a região com menor frequência, apenas 36,6 por cento.

Na esquerda e nos indiferentes religiosos parece haver uma clara dicotomia, neste ponto; são os que têm maior frequência nas duas respostas.

Parece também neste item, que relativamente à classe baixa e ao habitat com menos de 2000 habitantes se dá uma inversão na tendência apresentada nos pontos anteriores.

— Os portugueses mostram uma elevadíssima confiança em si próprios como povo (92,4 por cento), seguindo-se nos brasileiros (68,2 por

cento), franceses (67,5 por cento), ingleses (61,3 por cento), americanos (58,2 por cento), espanhóis (46,6 por cento) e alemães (42,7 por cento).

A desconfiança cai sobre os líbios (70,9 por cento), iranianos (70,6 por cento), israelitas (66 por cento), marroquinos (63,8 por cento) e cabo verdenses (62,5 por cento).

— 60,3 por cento dos portugueses rejeitam a união política de Portugal com a Espanha enquanto 28,6 por cento a aceitam.

As tendências, por níveis de análise são como seguem:

Não aceitam:

Homens	62,1 %
Interior Norte	79,3 %
Indiferentes religiosos	67,5 %
Centro direita	66,3 %
Classe média superior	63,4 % (Classe baixa 63,2 %)
Habitats de 30 a 100 000	68,6 %
35 — 44 anos	68,0 %
Ensino superior	76,4 %

Aceitam:

Homens	30,5 %
Grande Porto	43,3 %
Católicos não praticantes	33,6 %
Esquerda	32,6 % (Direita 32,0 %)
Classe média superior	31,9 %
Habitats até 2000 habitantes	30,6 %
25 — 34 anos	32,9 %
Escola primária completa	33,9 %

Por outro lado, apenas 17,1 % dos que aceitam a União Ibérica a admitiriam como integração num único Estado.

Defesa Nacional

— As ameaças mais temidas pelos portugueses são:

Armas nucleares	43,4 %
Ataques terroristas	26,5 %
Agressão química/biológica	6,9 %
Bloqueio económico	3,9 %
Invasão militar	9,2 %
Destabilização interna a partir do exterior	1,8 %
Não sabem	14,1 %

Ao contrário do que acontece em outros países europeus, os portugueses temem prioritariamente a ameaça nuclear e depois o terrorismo, facto para o qual não deve ser alheia a estabilidade comparativamente grande em que Portugal tem vivido relativamente à segunda, enquanto que a primeira tem um efeito psicológico muito grande, mesmo que não vivida.

Na análise por níveis, duas respostas nos merecem relevo:

— A população da Madeira não teme o bloqueio económico (0,1 por cento) o que, apesar desta ameaça ser pouco temida no geral, destoa e parece sugerir um menor conhecimento das consequências dela, se accionada, ou uma ilusão de auto-suficiência, ou ainda uma esperança de apoio de outras origens, que não Portugal.

— A esquerda política apresenta uma preocupação com ataques terroristas também baixa (13,9 por cento) relativamente aos outros níveis de análise, o que parece indicar uma grande segurança neste campo. Excluindo a Madeira e Açores (15,9 por cento e 15,7 por cento respectivamente) que neste aspecto não terão tantas preocupações, pelo menos até ao momento, o resultado mais baixo, a seguir, ultrapassa já os 20 por cento.

— Quanto ao perigo para a sobrevivência nacional, os portugueses pensam que o maior perigo poderá vir de:

Ameaça soviética	37,0 %
Desinteresse militar dos EUA pela Europa	20,5 %

Crescimento do extremismo islâmico	9,5 %
Penetração cultural espanhola	6,0 %
Expansão económica japonesa	5,2 %

Esta investigação apresentaria certamente, em nosso entender, um resultado inferior para a ameaça soviética, se fosse repetida agora, face ao impacto que a perestroika vem tendo e ao coração aberto, ao romantismo e à capacidade de compreensão e adaptação dos portugueses, que os leva a crer quicá com excessiva ingenuidade.

Algumas curiosidades se nos deparam na análise por níveis, considerando todos estes em conjunto:

Assim a população do interior Norte é a que vê maior perigo na ameaça soviética (70,7 por cento), enquanto que o nível mais baixo é o dos indiferentes religiosos (22,1 por cento) que conseguem mesmo ter resultado inferior ao da esquerda política, que é 23,5 por cento, seguida da Grande Lisboa (25 por cento), em contraste com o Grande Porto (37,7 por cento). Também no que se refere às cidades de Lisboa e Porto, as diferenças são nítidas, neste item (27,7 por cento e 42,0 por cento respectivamente).

Relativamente ao desinteresse dos EUA pela Europa os mais preocupados, considerando todos os níveis de análise, são os portugueses do grupo do curso secundário completo com 36,9 por cento, enquanto os que menos se preocupam são os que têm a escola primária completa (5,1 por cento); aqui há coincidência absoluta entre as populações de Lisboa e do Porto (31,4 por cento).

— Quanto à problemática das alianças militares, os portugueses que pensam que é necessário uma, para assegurar a defesa nacional são 56,8 por cento, contra 26,9 por cento que pensam o contrário.

Aos que vão pela afirmativa foram dadas três hipóteses de escolha, cujos resultados foram:

Com os países da Europa Ocidental e os EUA	79,8 %
Com os países da Europa Ocidental mas sem os EUA	17,0 %
Com o Bloco de Leste	1,5 %

Parece portanto que a presença de Portugal na NATO está referendada muito positivamente e sem margem para dúvidas.

— Finalmente foram colocadas duas questões sobre se os portugueses pensam que Portugal pode assegurar a sua defesa sem o serviço militar obrigatório e relativamente à suficiência ou não dos 16 meses de duração deste.

A resposta à primeira questão é concludente:

54,9 por cento pensam que o serviço militar obrigatório é indispensável e 31,2 por cento que o não é.

A segunda pergunta obteve um maior equilíbrio de opiniões:

Duração satisfatória	46,9 %
Demasiado longa	45,2 %
Demasiado curta	3,9 %

Relativamente à indispensabilidade da obrigatoriedade do serviço militar, as tendências são as seguintes, por níveis de análise (maiores frequências em cada nível):

S. M. O. necessário:

Classe média inferior	61,0 %
Habitat de 30 a 100 000 habitantes	70,2 %
Homens	59,0 %
Açores	72,8 %
Católicos não praticantes	60,1 %
Centro direita	66,0 %
35 — 44 anos	61,5 %
Primária completa	58,4 %

No nível das habilitações literárias, apenas os portugueses com a escola primária incompleta apresentaram respostas abaixo de 50 por cento (49 por cento).

É também curioso ver que os açoreanos que, em 32,1 por cento se recusam a combater pelo seu país, consideram em 72,8 por cento dos casos as Forças Armadas indispensáveis à defesa nacional.

S. M. O. desnecessário:

Classe alta	47,5 %
Cidade de Lisboa	40,0 %
Homens	34,0 %
Grande Lisboa	35,5 %
Indiferente religiosos	41,1 %
Centro esquerda	36,7 %
16 — 24 anos	37,0 %
Curso Superior	38,1 %

Sobre a duração do serviço militar obrigatório, as frequências de resposta mostraram-nos o seguinte (maiores frequências em cada nível de análise):

Duração satisfatória:

Centro direita	51,0 %
Classe baixa	54,6 %
Habitat até 2000 habitantes	51,0 %
Madeira	63,6 %
Católicos praticantes	49,4 %
Mulheres	47,1 %
Primária completa	50,4 %
35 a 44 anos	54,6 %

Demasiado longa:

Classe alta	50,5 %
Habitat de 10 a 30 000	52,5 %
Mulheres	46,0 %
Interior Norte	52,5 %
Indiferentes religiosos	54,2 %
Centro esquerda	49,4 %
16 — 24 anos	54,5 %
Curso superior	56,8 %

As respostas considerando o serviço militar obrigatório demasiado pequeno são pouco significativas, pelo que não as pormenorizaremos, citando apenas que os portugueses com religião diferente da católica e não indiferentes alcançaram 16,5 por cento nesta opinião, que foi o resultado mais expressivo, considerando todos os níveis de análise.

III — CONCLUSÕES

Apenas e para terminar, algumas breves conclusões deste já longo trabalho:

- Em primeiro lugar ressalta uma clara dissonância quase constante entre os indiferentes religiosos que são só 4,8 por cento e os restantes grupos dos vários níveis de análise, o que nos levaria a perguntar se se tratará realmente de indiferença religiosa ou de qualquer outro factor que condiciona as respostas. Por vezes tem-se a sensação de que a indiferença é total; outras parece insinuar-se uma ou outra intenção.

De qualquer forma parece-nos que este grupo é «diferente» dos restantes. Talvez a fé religiosa, independentemente de qual ela seja, crie estruturas de personalidade, de atitudes e de comportamentos que de algum modo confirmem traços comuns que centrifuguem os restantes e padronizem os critérios de um modo mais adaptado.

- Em segundo lugar parece-nos haver uma dicotomia na sociedade portuguesa, marcada uma parte por maior inconformismo, contestação, espírito crítico, exigência, mudança; a outra por aceitação, conformismo, adaptação, expectativa, tradicionalismo.

O primeiro grupo enquadra principalmente os níveis superior e secundário de instrução, as classes sociais mais altas, os não católicos praticantes, os habitantes da cidade de Lisboa.

O segundo, abrange as zonas interior Norte e Sul, os níveis mais baixos de instrução, as classes baixas, os habitats mais pequenos, os católicos praticantes.

Isto não transparece certamente ponto a ponto, mas nota-se na análise detalhada de todo o conjunto dos resultados.

Parece-nos ainda que os portugueses com instrução superior estão um tanto deslocados do geral da população. É como que se, pelo facto de terem cursos superiores, vivessem ou exigissem viver noutro mundo.

- Em terceiro lugar e perante os resultados desta investigação claramente discordantes daquilo que é o quotidiano português quanto às Forças Armadas, ao respeito que elas merecem, à necessidade que se vê na sua existência e à necessidade e duração do serviço militar obrigatório, ressalta nitidamente a oportunidade e, diríamos mesmo, necessidade de se fazer uma investigação sociológica sobre a relação delas com a sociedade global portuguesa e não dizemos civil, porque só conhecemos uma sociedade em Portugal, em que uns são militares, enquanto outros — a maioria — são médicos, pedreiros, advogados, serralheiros, electricistas, industriais, funcionários públicos e um grande rol de outras coisas. Importa saber quem, porquê e para quê, ao contrário do que acontece noutros países, tanto se empenha em atacar as Forças Armadas Portuguesas que afinal colhem um agradável nível de apreciação da população, para cuja defesa existem.
- Finalmente e os últimos são sempre os primeiros, não poderemos acabar sem lançar mais uma vez um alerta muito claro sobre o facto de um quarto da população de uma nação com oitocentos e cinquenta anos de história se recusar a combater por ela, se isso se tornar necessário.

E essa nação é Portugal!

José Manuel da Silva Pinto

Coronel Pára-quedista

BIBLIOGRAFIA

- BELCHIOR, Maria de Lourdes — «Sobre o Carácter Nacional ou Para uma 'Explicação' de Portugal» — Ensaio, in «Nação e Defesa», Instituto da Defesa Nacional, Ano VI, Janeiro - Março de 1982, pp. 11 - 31.
- BERNARDINO, Teresa — «O Patriotismo, o Futuro e Portugal», in «Nação e Defesa», Instituto da Defesa Nacional, Ano V, n.º 14, Abril - Junho de 1980, pp. 93 - 102.
- DIAS, Jorge — «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1960.
- DIAS, Jorge — «Estudos do Carácter Nacional Português», Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1971.
- DÓRIA, Alvaro A. — «Ainda a União Ibérica», Editora Pax, 2.ª Edição, Braga, 1987.
- «ENCYCLOPEDIA of SOCIAL SCIENCES», Vol. Eleven e Twelve, The MacMillan Company, Nova Iorque, 1933.
- FABIUS, Laurent — «Patriotism, Indépendence, Solidarité» — Allocution du Premier Ministre le 13 Septembre 1985, lors de la Séance d'Ouverture de la 38 ème Session de l'IHEDN, in «Défense Nationale», Novembro de 1985, pp. 9 - 18.
- FABRE, Robert — «Civisme et Défense», in «Défense Nationale», Fevereiro de 1986.
- «GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA», Editora Enciclopédia, Lisboa — Rio de Janeiro.
- GURVITCH, Georges — «Tratado de Sociologia», Livraria Martins Fontes, Editora, Lda., Barcelos, 1977.
- MIALET, Jean — «La Patrie Décrite mais Vivante» — Enseignement Militaire Supérieure de l'Armée de Terre, École Supérieure de Guerre, Pièce n.º 5.
- MORIN, Edgar — «Sociologie», Librairie Arthème Fayard, 1984.
- PIRES, António Manuel Bettencourt Machado — «A Ideia da Decadência na Geração de 70», Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1980.
- QUADROS, António — «A Arte de Continuar Português», Edições do Templo, Lisboa, 1978.
- Relatório de Campo da ESEO — Estudos Socioeconómicos e de Opinião, Lda. — Os Portugueses e a Identidade Nacional, Junho, 1988.
- SEABRA, José Augusto — «Cultura e Política ou A Cidade e os Labirintos», Vega, Lisboa, s. d.

PORTUGAL: PERSPECTIVA ECONÓMICA

Jorge Rocha de Matos

PORTUGAL: PERSPECTIVA ECONÓMICA (*)

Uma profunda alteração dos perfis de especialização ao nível internacional e a crescente mundialização da economia, verificadas ao longo da década de oitenta, colocaram à economia portuguesa sérios desafios. Neles se joga a nossa capacidade de assumir, ou não, uma economia moderna e desenvolvida, no dealbar do terceiro milénio da nossa era.

A estrutura das trocas de bens e serviços e a especialização internacional modificaram-se, a um ritmo cada vez mais rápido, face aos grandes progressos tecnológicos entretanto verificados e à sua cada vez maior disseminação, dados os avanços na área da informação e das comunicações.

Por seu turno, a mundialização crescente das economias traduz-se por um crescimento contínuo das trocas, pela internacionalização dos mercados e por uma acelerada difusão do progresso técnico.

Como resultado deste quadro, a concorrência intensificou-se, passando a capacidade de adaptação das estruturas produtivas e os níveis de competitividade de cada economia, ao nível externo, a constituírem-se como factores decisivos do desenvolvimento económico.

PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO

Num outro plano, mas tendo na base as mesmas razões, vamos assistindo, por um lado, ao predomínio na cena mundial dos grandes pólos de desenvolvimento — CEE, EUA e Japão — que, tendo apenas 14 por cento da população no seu conjunto, geram mais de 60 por cento do produto mundial e realizam cerca de 50 por cento do comércio internacional. Por outro, observa-se o próprio realinhamento da sua influência, tendo em vista a readaptação às mutações tecnológicas verificadas que, provocando novos processos de produção e o aparecimento de novos produtos, conduzem tam-

(*) Comunicação apresentada durante a Semana de Estudos de Defesa, realizada em Faro, de 12 a 17 de Dezembro de 1988.

bém a novas formas de organização, seja ao nível das empresas, seja ao dos mercados.

O objectivo da criação do Mercado Único Europeu, até 1993, se não deixa de ser o resultado natural do desenvolvimento da CEE, iniciado há cerca de trinta anos com a assinatura do Tratado de Roma, é também a própria necessidade de eliminar restrições e estrangulamentos, de modo a poder competir, com mais possibilidade de êxito, com os níveis de desenvolvimento tecnológico entretanto alcançados pelos EUA e pelo Japão.

O recente acordo de integração económica estabelecido entre os EUA e o Canadá, que alguns analistas perspectivam que venha a ser alargado ao México, e a possibilidade de o Japão vir a «liderar» uma zona de comércio livre que poderá incluir vários países do Extremo-Oriente de industrialização recente, enquadram-se nos novos cenários de competitividade.

A concretizarem-se, tais factos poderão confirmar a tese bastante difundida do deslocamento dos centros de «poder económico» do Atlântico (século XX) para o Pacífico (século XXI).

A possibilidade da China vir a ser uma potência económica no final do século e a sua cada vez maior abertura ao exterior, bem como a própria evolução que se vem verificando no COMECON, a agrupar as economias da Europa de Leste, no sentido de um mais intenso relacionamento com os outros grandes blocos económicos, são consequência das evoluções verificadas e, simultaneamente, factores de desenvolvimento da tendência para a mundialização das economias.

DA EFTA À CEE

Portugal é um pequeno país em dimensão, com uma economia que, mais ou menos desenvolvida, não deixará de ser sempre uma pequena economia. A realidade mostra-nos, no entanto, que quanto menor for a dimensão de uma economia — se se pretender desenvolvida e forte, em termos relativos — maior é a necessidade de se abrir ao exterior. Os sistemas de autarquia económica, cada vez menos possíveis no futuro próximo, foram um privilégio das grandes nações e, talvez, num ou noutro caso, de «purismos ideológicos». Daí a necessária capacidade de adaptação e inserção das nossas estruturas produtivas no âmbito da economia internacional.

A própria economia portuguesa foi crescendo à luz de um determinado processo de desenvolvimento industrial, sem que, por razões diversas, tenha sido possível assumir claramente os seus principais vectores.

O «atraso» que hoje se verifica, comparativamente aos níveis atingidos nos principais países desenvolvidos, bem como o significativo desfasamento do nível tecnológico, constitui o resultado desse facto. Tendo embora abandonado o regime de autarcia na década de sessenta e iniciado a abertura ao exterior, participando no processo de integração europeia através da EFTA, de que foi membro fundador, vicissitudes várias, a nível interno, entre as quais as de natureza política deverão ter sido predominantes, conduziram a que o processo de desenvolvimento económico de Portugal fosse rapidamente cerceado por diversos estrangulamentos. A evolução posterior, com as alterações políticas, económicas e sociais verificadas no nosso país em meados da década de setenta — numa época em que ocorreram as primeiras grandes crises no mundo económico desenvolvido (primeiro choque petrolífero e alterações no sistema monetário internacional) — e a sucessão de políticas conjunturais que durante muitos anos se seguiram — com novos choques à escala internacional e, simultaneamente, desenvolvendo-se medidas de reajustamento estrutural no seio das diversas economias — conduziram a que se tornassem bem nítidas as consequências de tais desfasamentos.

Tomando como base a indústria de dezoito dos países que constituem a OCDE, verifica-se que em 1960 existiam onze países em que o peso do sector industrial no produto interno era superior, em termos relativos, ao verificado em Portugal, então considerado como um país fracamente industrializado. Em 1985, entre vinte e dois países desenvolvidos da OCDE, apenas três tinham o peso da indústria, no produto interno, superior ao que se verificava em Portugal. Se, em vez da produção industrial, se observasse o volume de emprego, a situação seria, talvez, mais marcante. Entre vinte e quatro países desenvolvidos, apenas seis, em 1960, e cinco em 1972, tinham um volume de emprego, na indústria, inferior ao verificado em Portugal. Em 1979 já havia, apenas, nove países em vinte e quatro com volume de emprego superior ao verificado em Portugal e, em 1985, apenas quatro países em vinte e quatro se encontravam nesta situação.

Em 1 de Janeiro de 1986, culminando um longo processo de negociações, Portugal tornou-se membro de pleno direito das Comunidades Euro-

peias, com as quais, aliás, vinha mantendo relações económicas predominantes e com quem tinha assinado um acordo de comércio livre em 1972.

Sem nunca deixar de ter bem presente as dificuldades que se deparariam, o meio empresarial português defendeu claramente esta integração. Existiam razões profundas, de natureza política, económica, social e cultural, para justificar a nossa adesão às Comunidades e aceitar o duplo desafio que ela significava para Portugal.

Tratando-se embora de uma matéria pouco referida pelos analistas políticos e económicos, na época das negociações, tinha-se também como claro que, apesar da dificuldade em quantificar os efeitos dinâmicos da integração de uma economia num espaço integrado mais vasto, os custos da não adesão seriam, no caso português, sempre superiores aos eventualmente derivados da própria adesão.

A entrada nas Comunidades determina o enquadramento da evolução da economia portuguesa. Trata-se de um quadro não rígido, pois a própria Comunidade estava e continua a estar também numa fase de mutação, no sentido de reforçar a sua própria coesão interna e a sua inserção e o peso na economia mundial. Em Portugal há que ter em conta não só a própria adaptação a uma nova situação mas, também, a sua inserção na transformação da Comunidade, facto este que, como vai sendo cada vez mais visível na construção do Mercado Interno europeu, redobra as necessidades de modernização e adaptação das estruturas produtivas do País.

Do que formos capazes de fazer no momento presente dependerá a possibilidade de, no final deste século, podermos encarar a nossa economia como uma economia moderna e actuante, quer no seio da Comunidade de que fazemos parte, quer, de forma directa ou indirecta, na própria cena internacional.

Decorridos os primeiros três anos de adesão, não podemos deixar de referir que o balanço se afigura como positivo. Apesar de, por razões várias, não ter sido proporcionada a possibilidade de preparar devidamente as nossas estruturas produtivas, as mesmas reagiram de forma positiva e têm demonstrado uma boa capacidade de adaptação, pesem embora algumas dificuldades que continuam a persistir no caminho de uma rápida modernização do tecido económico e social português.

Muitos dos defeitos mais significativos da adesão, porque só visíveis a médio prazo, ainda estão por fazer-se sentir. É bom não esquecer que

o facto de Portugal e Espanha terem aderido às Comunidades no mesmo momento alterou substancialmente os contornos do mercado comunitário e o relacionamento económico tradicional entre os dois países vizinhos. São consequência disso as alterações ao nível da implantação económica e do realinhamento de estratégias das empresas europeias e multinacionais de que todos nos vamos dando conta. A evolução dos fluxos de investimento directo em Portugal é bem sintomática. Daqui decorre que também as empresas portuguesas têm de aumentar a sua participação noutros países, em termos de investimento, de modo a que a internacionalização crescente da nossa economia tenha uma adequada participação de interesses portugueses.

Neste campo, a própria adesão às Comunidades não só conduz a esta necessidade como abre novas perspectivas, pois Portugal tem condições para se tornar um elemento importante, atento ao relacionamento histórico com África, América Latina e, até, com algumas regiões do Extremo Oriente, na política comunitária de apoio ao desenvolvimento.

A ECONOMIA PORTUGUESA HOJE

A economia portuguesa, após profunda recessão nos anos de 1983 e 1984, em consequência do programa de estabilização, necessário face aos valores negativos que se verificavam no domínio das contas externas, iniciou, em 1985, um período de viragem, consolidado em 1986 e 1987, anos em que se observou um significativo crescimento, conjugado com a diminuição sensível da taxa de inflação e uma situação positiva nas contas com o exterior.

De facto, 1983 e 1984 constituíram um período de forte regressão, bem marcado pela evolução negativa, nos volumes do produto interno, do consumo privado e do investimento. As exportações tiveram uma evolução positiva, o que, conjugado com a diminuição das importações (consequência do decréscimo verificado no consumo privado e no investimento), permitiu a reversão da situação, relativamente à balança de transacções correntes, cujo saldo negativo tinha atingido valores in comportáveis em anos anteriores.

Em 1986 e 1987 consolidaram-se as tendências já verificadas em 1985, com um aumento substancial do produto interno bruto e do investimento.

O índice de preços no consumidor deixa a casa dos dois dígitos, em 1987, e verificam-se saldos positivos nas contas externas. As importações crescem significativamente devido aos efeitos conjugados do aumento acentuado do consumo privado, do investimento e da recomposição de «stocks».

Em 1988, as estimativas existentes apontam para a manutenção de taxas elevadas de crescimento, embora inferiores às verificadas em 1987. O investimento que, com as taxas de crescimento em 1986 e 1987, atingiu valores reais próximos ou ligeiramente superiores aos do período anterior à recessão, deverá crescer ainda acentuadamente o que, conjugado com o crescimento ainda forte do consumo, conduzirá a um crescimento das importações, em 1988, extremamente notório. O défice da balança de bens e serviços traduzirá, no ano findo, um desequilíbrio mais acentuado, sendo no entanto previsível, dada a evolução favorável em outros fluxos com o exterior, que a balança de transacções correntes venha a ter um saldo positivo.

De qualquer modo é previsível, e a própria política económica seguida vai nesse sentido, que gradualmente se verifique uma moderação de crescimento no consumo e que o investimento continue a crescer significativamente, embora a um ritmo mais baixo que nos três últimos anos. Esta situação deverá proporcionar um aumento das importações que, conjugado com o das exportações, permita a existência de défices da balança de bens e serviços compatíveis com a inexistência de desequilíbrios graves nas contas com o exterior.

Sendo Portugal uma economia de pequena dimensão extremamente aberta ao exterior, tendência esta que reforçará nos próximos anos, é evidente que a evolução da economia internacional influencia, de forma bastante acentuada, a economia portuguesa. Este facto ganha ainda maior significado se tivermos em conta que os principais desequilíbrios estruturais da nossa economia, pela sua própria natureza, só serão possíveis de ser superados, ainda que parcialmente, numa perspectiva de médio e longo prazo. Assumem, entre estes, especial relevância o desequilíbrio energético, o desequilíbrio alimentar e o desequilíbrio tecnológico. A evolução internacional dos preços dos produtos energéticos e das matérias-primas de base, combinados com a evolução das cotações das moedas com maior peso no comércio internacional, têm reflexos extremamente importantes

na evolução dos principais agregados macroeconómicos da economia portuguesa.

Por outro lado, a manutenção de um clima favorável ao investimento e à modernização, sem restrições significativas, quer quanto à disponibilidade e custo do capital, quer quanto às possibilidades de importação de bens de equipamento, constitui uma das condições essenciais para a existência de níveis de investimento susceptíveis de proporcionar avanços no domínio do desenvolvimento tecnológico.

Neste âmbito, e se é certo que os principais desequilíbrios estruturais se mantêm, embora atenuados nos seus reflexos pela própria evolução internacional, o acréscimo do investimento nos últimos dois anos e a manutenção de uma taxa de crescimento elevada em 1988, revela-se positiva, principalmente se se atender a que:

O investimento em equipamento tem crescido em volume, a taxas superiores ao total (16,2 por cento em 1986 e 30,2 por cento em 1987); a sua decomposição por tipo de finalidade teve, em 1987, uma evolução também significativa, em termos qualitativos: o investimento para extensão de capacidade atingiu 38,5 por cento do total (33,0 por cento em 1986), tendo a parte relativa à substituição (a qual previsivelmente se terá feito com equipamento mais moderno) diminuído de 45,7 por cento em 1986, para 40 por cento em 1987.

Um indicador importante quanto à evolução do clima económico é o da constituição de sociedades anónimas, cujo capital, tendo atingindo o montante de 11,4 milhões de contos, em 1985, passou para 30,3 milhões de contos, em 1987. De salientar que, neste último ano, os aumentos de capital nas sociedades anónimas atingiram o montante de 173,1 milhões de contos, dos quais 81,2 por subscrição.

Ainda no que se refere ao investimento, há a salientar também uma evolução favorável, em 1987 e 1988, do volume de investimento estrangeiro. Depois de um valor modesto do investimento directo estrangeiro em 1986, de 24,5 milhões de contos (640 processos de IDE), registou-se, em 1987, um valor de 61,6 milhões de contos (1113 processos). No primeiro semestre de 1988, o montante de IDE atingiu 53,4 milhões de contos (814 processos), valores estes que prefiguram um crescimento muito acentuado no ano findo.

Para a evolução demonstrada por alguns indicadores sobre o investimento muito terá contribuído, por um lado, a retoma da actividade económica, passado o período de depressão de 1983/84, por outro, a adesão às Comunidades Europeias. Este facto, para além de, em conjunto com a evolução político-social interna, ter proporcionado uma certa estabilidade quanto às perspectivas dos agentes económicos portugueses num horizonte de médio prazo, conduziu a uma cada vez mais generalizada necessidade de se avançar no campo de uma maior competitividade, através da modernização e racionalização das capacidades de produção existentes.

Finalmente, com maior capacidade financeira derivada do acesso aos fundos estruturais e da melhoria do clima financeiro, a dinâmica das empresas europeias e, até, não europeias, relativamente às suas estratégias de implantação, tende a reforçar as condições objectivas, favoráveis ao crescimento do investimento da economia portuguesa.

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O sector industrial tem e continuará a ter nos próximos anos, dentro da economia portuguesa, um peso significativo em termos de emprego, de produto e de comércio internacional.

A indústria portuguesa tem características heterogéneas. Embora predominantes, as pequenas e médias empresas, que constituem a esmagadora maioria, tanto podem representar uma das suas vulnerabilidades, como uma das suas potencialidades. Com efeito, não será tanto no facto de predominarem, na estrutura industrial portuguesa, pequenas e médias empresas, que residirão os principais «handicaps». O peso das PME é relevante na generalidade das economias do Mundo. O que está verdadeiramente em causa é a «dimensão económica» das pequenas e médias empresas portuguesas, não propriamente pelo número de pessoas que empregam mas pela capacidade que, para idênticos volumes de emprego, tenham em criar riqueza. Por outras palavras, tal situação tem a ver com o nível tecnológico existente, com níveis de qualidade dos bens e serviços produzidos, e com a capacidade de afirmação nos mercados em que actuem, seja ela de natureza internacional, nacional ou meramente regional.

Além disso, sendo reconhecida a possibilidade de adaptação das pequenas e médias empresas no evoluir das situações económicas diversificadas,

a sua maior capacidade para a inovação e a sua grande flexibilidade levam a considerar que o facto de existir no tecido industrial português uma esmagadora maioria de empresários que geram empresas de pequena e média dimensão poderá constituir, em determinadas situações, mais uma vantagem do que um «handicap».

Estará em causa, fundamentalmente, o sermos ou não capazes, como sociedade, de encarar de frente o quadro sociológico e económico existente, as suas características próprias e potenciar as suas capacidades, visando o progresso e o desenvolvimento económico e social.

Não poderá, no entanto, inferir-se que não devem ser tidas em consideração as grandes empresas. Mais, há a convicção de que parte significativa das possibilidades de desenvolver a nossa capacidade industrial passa pela afirmação de algumas grandes empresas de interesses portugueses e, muito especialmente, pelo desenvolvimento de grupos económicos em que as formas de gestão moderna e agressiva, apoiadas em processos tecnológicos novos ou na sua fase ascendente de maturação, bem como a capacidade de intervenção num contexto económico cada vez mais concorrencial, seja um facto. Não se pretende, isso sim, alinhar na dicotomia, tantas vezes estabelecida, de que só as grandes empresas têm capacidade para se afirmarem nos mercados internacionais ou, ao contrário, de que só o «small is beautiful». Fundamentalmente, o que está em causa é a realidade «empresa», e está por provar que a dimensão física, só por si, determine a sua viabilidade.

Na generalidade, considera-se que a indústria portuguesa tem um grau de desenvolvimento tecnológico fraco. No entanto, não deixam de existir empresas que desenvolvem a sua actividade com base em processos tecnológicos modernos e competitivos e que geram desenvolvimentos significativos na área tecnológica. Uma grande parte da indústria portuguesa situa-se, de facto, nos sectores ditos tradicionais, mas não é menos verdade que existem progressões importantes nas denominadas indústrias modernas — seja na área química, na siderúrgica, na electrónica e comunicações, no material de transporte — e que empresas dos sectores tradicionais se afirmem como agentes dinamizadores do desenvolvimento tecnológico e da inovação.

Outros exemplos poderiam ser apontados para ilustrar o dualismo estrutural existente, o qual é uma característica típica em qualquer pro-

cesso de desenvolvimento incompleto. No momento presente, mais importante do que procurar explicações para o passado, as quais, para além de serem um importante referencial histórico, ganharão sentido, na medida em que ajudem a construir o futuro, está em causa o desenvolvimento da indústria e da economia portuguesas.

Jorge Rocha de Matos

Presidente da Associação Industrial Portuguesa

PROBLEMAS ALIMENTARES MUNDIAIS
— LIÇÕES DE UM MAU ANO CEREALÍFERO —

José E. Mendes Ferrão

PROBLEMAS ALIMENTARES MUNDIAIS — LIÇÕES DE UM MAU ANO CEREALÍFERO (*) —

1. INTRODUÇÃO

Os assuntos ligados à alimentação e nutrição mundiais têm sempre ocupado, ao longo dos tempos, lugar de indiscutível interesse na vida dos povos.

Necessidade vital que é necessário satisfazer e garantir, a alimentação preocupa não só a Comunidade Internacional mas também os governos dos países. Não se pode pregar a estômagos vazios nem apregoar desenvolvimento quando a fome é uma realidade e, muito menos, tranquilizar e estabilizar populações que viviam na incerteza da subsistência do dia de hoje e o vazio alimentar do amanhã.

Por causa dos alimentos se deram, ao longo dos tempos, migrações de pessoas e haveres, uns à procura de terrenos mais férteis e neles se instalando ou nas suas proximidades, outros, mais fracos, deles foram expulsos perante a força da força, mais do que pela força da razão.

Civilizações inteiras desenvolveram-se em regiões de terras mais produtivas e mesmo que, para segurança das populações e haveres, procurassem refúgio para as suas habitações no escarpado das montanhas próximas, era nos campos marginais dos rios, engordados pela boa terra trazida de montante, que a agricultura, e por consequência a produção de alimentos, tomou a sua maior expressão.

Ter alimentos significava segurança e tranquilidade. E ainda hoje assim é. *Panen et circenses* não é apenas típico dos romanos do tempo de Juvenal mas podemos dizer que é de todas as épocas e civilizações.

Em tempos já recuados, quem tinha os recursos alimentares nos seus territórios geria-os e procurava valorizá-los, e, quem os não tinha, via-se na necessidade de os procurar das formas mais diversas, ou agregando

(*) Lição proferida no curso de Defesa Nacional — Janeiro de 1989.

novas áreas, ou conquistando novas terras, ou cultivando melhor, ou pilhando as culturas dos seus vizinhos, ou comerciando com eles, ou mudando de local, como tantas vezes sucedeu ao longo dos séculos. Hoje, guardadas as apropriadas distâncias, a situação fundamental é a mesma.

A título de apontamento podemos dizer que o nosso país, ao longo da sua história, também teve de encarar o seu problema alimentar. A falta de cereais foi crónica em Portugal quase desde o início da nacionalidade e, embora sem se poder dizer em termos absolutos, a conquista de Ceuta em 1415 e a expansão ultramarina encontram-se intimamente ligadas a esta realidade nacional que Rui Mayer definia em 1926 como não tendo sido Portugal fadado para terra de pão mas para o desenvolvimento das culturas arbustivas e arbóreas, mais bem adaptadas que as culturas anuais, às irregularidades do clima e a um estio normalmente muito seco e prolongado.

No momento actual e ao nível mundial, perante um crescimento da população que se realiza nos países menos desenvolvidos a uma taxa sem precedentes, perante situações de fomes, mais ou menos dramáticas, mas sempre dolorosas e desumanas, que atingem grande parte da humanidade, em face da sensibilização da opinião pública para estes problemas, acicatada pela pressão dos órgãos da comunicação social, nomeadamente através da imagem, perante as apregoadas e sentidas dificuldades provocadas pelos excedentes nos países tecnicamente mais evoluídos, os alimentos e a sua gestão, universal, regional e nacional, entram no quadro das grandes políticas e nas estratégias de desenvolvimento e de dominância da maioria dos países e pesam muito na pressão internacional que alguns exercem ou pretendem exercer sobre os outros. Este facto é tão reconhecido nos areópagos internacionais que insistentemente os países em desenvolvimento desejam que figure nos documentos dessas reuniões que «os alimentos nunca devem ser usados como uma arma política ou de pressão de uns povos sobre os outros».

A alimentação mundial assenta essencialmente na agricultura e ainda na pesca. A primeira das actividades está ligada cerca de metade da população do Globo. Também, por isso, o desenvolvimento e gestão dos recursos mundiais de alimentos têm reflexos importantes na vida das comunidades.

Em síntese, os problemas alimentares envolvem aspectos de produção e gestão de recursos ao nível nacional, regional e internacional, com evi-

dentes situações de carência na maior parte dos países em desenvolvimento e de excedentes de certos produtos em alguns países desenvolvidos, aspectos de comercialização desses produtos algo complexos e pouco transparentes, por vezes, e, ainda, quando se passa para o aspecto concreto dos indivíduos, de malnutrição, incluindo a alimentação em excesso e em carência e, neste caso, carências quantitativas e qualitativas.

Sem receio de desmentido, pode dizer-se que os alimentos disponíveis ao nível mundial seriam mais que suficientes para alimentar a população existente. As estatísticas estão aí a confirmá-lo. Os especialistas calculam que, com as actuais condições de produção, seria possível alimentar cerca de nove vezes a população que se espera existir no princípio do próximo século.

E perante terras disponíveis ainda em grande quantidade e a evolução técnica, verifica-se um grande optimismo quanto a suficiência de alimentos para os próximos tempos muito embora seja necessário ter mais cuidado com a gestão dos recursos naturais para que se não delapidem com o uso abusivo da terra. As destruições da floresta, os estragos provocados pela erosão e pela desertificação, entre outros, preocupam os técnicos e os planificadores e alguns já consideraram esta afectação dos recursos naturais como o problema mais sério e preocupante do decénio em que vivemos, em termos de construção do futuro.

2. A FOME. TIPOS E NÚMEROS DE VÍTIMAS

Sob o ponto de vista da forma como os seres humanos se alimentam, pode dizer-se que a maior parte da população mundial vive sujeita a dificuldades e erros mais ou menos graves.

Em números muito globais, pode dizer-se que cerca de um oitavo da população mundial, o que representa aproximadamente 600 milhões de pessoas, passa fomes generalizadas ou com carácter de certa permanência, um quinto, isto é, 1000 milhões, encontra-se em situações de subnutrição, cerca de 10 por cento, isto é, 500 milhões de pessoas, estão superalimentadas e, por isso, contraem doenças, as «doenças de abundância», que sobrecarregam os hospitais e os esquemas de saúde pública e, segundo os especialistas, apenas 10 por cento da população mundial seguirá uma alimentação correcta.

Reconhecida a fome como uma realidade entre os homens, haverá que separar a fome quantitativa que se verifica sempre que os indivíduos não comem a quantidade suficiente de alimentos e, assim, o número de calorias ingerido fica abaixo das necessidades de uma vida activa ou até da sobrevivência, da fome qualitativa, muito mais generalizada que a primeira e que se verifica sempre que os seres humanos não incluem na sua alimentação todos os constituintes nutricionalmente indispensáveis à vida.

Por exemplo, são frequentes as carências em proteínas nos países mais pobres porque a alimentação é baseada fundamentalmente nos amiláceos (milho, batata-doce, banana, inhame, mandioca), o que dá origem à doença conhecida por Kwashiorkor, as carências vitamínicas (A, B, C, D e E) e de minerais (cálcio, fósforo, iodo, etc). Nalguns casos, pela sua extensão, deve citar-se o caso do sueste asiático onde o alimento base é o arroz e, por isso, as carências de vitamina PP dão origem à generalização da pelagra.

Cerca de 290 milhões de pessoas vivem com menos de 250 calorias, considerado o nível mínimo de sobrevivência, 260 milhões de mulheres grávidas e 200 milhões de crianças revelam anemia permanente, 125 milhões de pessoas, uma em cada quarenta, estão atacadas pelo bócio provocado pela carência de iodo que é de tratamento relativamente fácil e pouco oneroso, 250 mil crianças cegam por ano devido a carência de vitamina A e a xeroftalmia afecta milhões de crianças em todo o mundo sem chegarem à cegueira típica dos casos mais graves.

Morrem de inanição por ano, particularmente nas zonas sujeitas à carência absoluta de alimentos, dezenas de milhões de pessoas. As crianças, as maiores mártires, porque com menos possibilidades de se defenderem, morrem ao ritmo de duas por segundo, cerca de 14 milhões por ano, e pode dizer-se, nesta estatística macabra, que uma em cada sete crianças morre antes de atingir o quinto dia de vida.

Numa comparação bem trágica, mas bem eloquente, pode dizer-se que o número de crianças que morre por ano corresponde ao lançamento de uma bomba como a de Hiroxima de 3 em 3 dias.

Estes números trágicos já dão uma ideia da importância dos problemas alimentares, mas eles são-no ainda e também por aspectos sociais, económicos, políticos e outros, com os quais estão intimamente ligados.

A produção mundial de alimentos dá-nos a certeza global, mas apenas só global, de que os alimentos são suficientes para as necessidades de todos os seres humanos.

Mas uma apreciação pormenorizada revela-nos que a sua distribuição ao nível mundial está muito longe de ser uniforme. As assimetrias são gritantes e, para alguns, são profundamente dolorosas.

Como regra, nos países tecnicamente mais evoluídos e muito embora nem sempre reúnam as melhores condições ecológicas para a actividade agrícola, a produção vem aumentando regularmente, salvo situações pontuais como a de 1988, quer em volume global, quer em produção por unidade de área, quer em produção «per capita».

As disponibilidades de alimentos são cada vez maiores apesar de se colocarem em prática medidas restritivas de produção e de esgotamento dos excedentes, assuntos a que nos referiremos adiante.

Os países menos desenvolvidos encontram-se em situações bem diferentes e alguns em posições antagónicas. Certos destes já conseguiram assegurar a sua auto-suficiência alimentar em relação a certos produtos básicos, muitos outros, embora possam ter aumentado a produção global mais à custa de entrada em cultura de novas áreas e menos ao aumento dos rendimentos unitários, atravessam dificuldades preocupantes devido ao aumento muito acentuado da sua população com mais bocas a alimentar, e em alguns, devido a situações de extrema dificuldade económica, à instabilidade interna, ao aparecimento de cataclismos, a produção até tem vindo a diminuir globalmente nos últimos anos.

No primeiro caso estamos na presença de países que se debatem com excedentes alimentares, nos restantes podem existir carências mais ou menos graves.

Mas existirem alimentos não significa que não haja fome, embora o inverso seja verdadeiro.

3. A FOME POR FALTA DE ALIMENTOS

As situações de fome têm várias causas, mas aquelas que mais rápida e insistentemente chamam a atenção da Comunidade Internacional são as devidas à carência absoluta, ou quase absoluta, de alimentos. Nos locais sujeitos a este drama os seres humanos que neles vivem têm no seu hori-

zonte mais ou menos próximo a morte por inanição. Infelizmente esta triste realidade concretiza-se anualmente em muitos milhões de pessoas, como já se referiu.

Tais situações de carência de alimentos atingem regiões ou países na sua totalidade conforme as condições e os condicionalismos a que estão sujeitas.

Casos de carências absolutas de alimentos, que se podem considerar como autênticas nódoas sociais na Comunidade Internacional, estão normalmente associados a condições anormais. São, com efeito, entre outras, zonas onde se fez a delapidação maciça dos recursos naturais, afectadas pelas secas ou pelas inundações, locais onde as culturas, que por terem sido profundamente atingidas por pragas e doenças em determinado ano, não produziram ou as suas colheitas se perderam. Mas são também, e infelizmente, áreas ou países em situação de guerra ou de instabilidade porque os homens se não entendem, as quais não permitem a estabilização das populações rurais e o seu trabalho agrícola continuado e são ainda as zonas onde a população se concentrou, como nos campos de refugiados.

Apesar de tudo, estas situações, embora devam considerar-se como excepcionais no contexto mundial, são, no entanto, realidades profundamente penosas. Estão em causa os milhões de seres humanos que vivem nessas regiões, e ainda a economia dos países que assim encontram retardada a sua saída do subdesenvolvimento em que vivem.

Como regra geral, não têm faltado alimentos nas quantidades tidas por necessárias, dados ou adquiridos pela Comunidade Internacional, que chegam à periferia desses locais em crise e que permitiriam dar pão a todos os seres humanos que aí vivem.

A título de exemplo pode referir-se que as ajudas coordenadas através de acções bilaterais e multilaterais atingiram em 1986 mais de 3 mil milhões de dólares expressos em cerca de 11 milhões de toneladas de cereais e cerca de mil toneladas de outros produtos alimentares.

Os Estados Unidos da América contribuíram com 6,5 milhões de toneladas de cereais e a CEE com 1,6 milhões de toneladas.

Em 1987, o Programa Alimentar Mundial, que se vem especializando neste tipo de ajudas, atingiu um máximo. Ainda se não dispõe de números de 1988 mas tudo indica que o esforço de ajuda se manteve.

Postos à disposição os alimentos, levanta-se depois o problema, nada fácil, de proceder à sua distribuição. E na realidade ainda se não conseguiu uma maneira verdadeiramente eficaz para fazer chegar esses alimentos a todas as pessoas que vivem nesses países ou regiões e que deles efectivamente necessitam para sobreviver.

Muitas dificuldades são conhecidas e ainda não se ultrapassaram.

Entre elas, e às vezes sobrepostas, podem referir-se a falta ou a precariedade das estruturas de descarga e recepção dos produtos que chegam, por vezes em grande volume, de abrigos onde os alimentos sejam protegidos até das intempéries, dos meios de transporte e combustíveis, de estradas que ou não existem ou nem sempre são ou estão operacionais, da distribuição da população que no campo vive muito dispersa e é dificilmente atingível pelos esquemas de distribuição de alimentos. E a tudo isto haverá que somar o factor desumano, a actuação do homem sem alma que assalta o armazém ou o transporte, que barra a estrada, que rouba, que destrói, que organiza circuitos paralelos, que, em suma, dificulta ou impede que outros homens possam simplesmente viver.

Pelas razões expostas e naturalmente por outras que se adivinham, a maior parte dos alimentos atinge fundamentalmente as populações sediadas nos grandes centros onde passa a ser mais fácil salvar a vida. Não admira que os rurais, em grandes cortejos de miséria, de sofrimento e de luta pela vida, se vejam compelidos a abandonar os seus locais de trabalho, menos talvez em procura da cidade e mais em demanda do alimento salvador que a ela chega vindo do exterior.

Quando se instalam situações deste tipo, as cidades tendem a crescer desmesuradamente porque muitos dos agricultores que acorrem ao meio urbano nele acabam por se fixar por gosto ou por necessidade. As bocas a alimentar aumentam nas cidades com esta chegada permanente, mas os campos, em consequência, cada vez ficam mais pobres. E se não forem introduzidos métodos novos de aumento da produção unitária, o que nem sempre é fácil ou possível, a produção agrícola vai diminuindo e o país sente cada vez mais as suas próprias dificuldades internas no aprovisionamento das populações mesmo se as situações anormais tiverem ocasionalmente cessado.

Por isso, alguns países em desenvolvimento olham com algumas reticências para este tipo de ajudas que é desejável, se pontual, mas pode ser contraproducente enquanto cerceia o seu desenvolvimento e aumenta a dependência do exterior.

Parece ter-se dado resposta a uma pergunta que anda na boca de muita gente, natural e justamente preocupada com estas situações de fome. Como pode concluir-se, estas realidades desesperantes não podem resolver-se recorrendo apenas aos excedentes dos países ricos. Torna-se necessário também que nos locais atingidos sejam tomadas medidas apropriadas e complementares, muito embora não estejam excluídas as necessidades de, em casos determinados, aumentarem ainda mais as ajudas em alimentos com prioridade para aqueles que entram mais nos hábitos das populações que se pretendem ajudar.

As ajudas em alimentos geralmente não têm faltado para suprir os casos mais graves. É de admitir que alguns as avaliem, para além dum compromisso social, como um processo de drenar, de forma simpática, os excedentes acumulados e cujos preços de conservação sobem todos os dias, e outros terão consciência que, na guerra comercial que impõem, dominam ou influenciam, a resultante está a seu favor.

Também não pode esquecer-se, até pela natureza e influências das ajudas, as contribuições em dinheiro que tem permitido, através de operações triangulares, adquirir excedentes de alguns dos países do Terceiro Mundo, que já ultrapassaram a auto-suficiência em relação a certos produtos alimentares e encontram ou podem encontrar dificuldades de todo o tipo para os fazer circular no mercado internacional.

Todas estas ajudas, sejam estes ou outros os motivos que as orientam, têm salvado milhões de vidas humanas nas regiões-nódoas e, por isso, elas já seriam importantes. Tem-se, porém, consciência que elas não resolverão em profundidade as situações deste tipo porque na sua base estão problemas complexos bem diferentes e que é necessário resolver por outra via.

Com efeito, não é apenas e só fornecer alimentos do exterior mesmo que gratuitos e ultrapassar as referidas dificuldades da sua distribuição, mas haverá que ajudar os países a intervir nas suas estruturas de produção. Às vezes, com medidas relativamente simples, conseguem-se grandes progressos, sejam, entre muitos outros, métodos mais aperfeiçoados da técnica agrícola, seja a introdução do regadio ou a regularização dos cursos de água e correcção torrencial. Por outro lado, espera-se uma ajuda internacional ainda mais valiosa a aspectos laterais do problema como o combate a calamidades dos animais e das plantas as quais ultrapassam as fronteiras dos países e têm incidências regionais, como as recentes pragas de gafanhotos em África bem o demonstram. E principalmente há que ajudar o mundo em

desenvolvimento a encontrar a paz onde ela ainda não existe e, com ela, o aproveitamento pleno ou mais intenso das potencialidades dos países, a possibilidade de os agricultores se poderem instalar tranquilamente nos seus campos e aí exercerem o seu nobre mister de produzir alimentos para a comunidade, a eliminação das legiões de refugiados nos quais a dor do desenraizamento das suas terras se junta à incomodidade das instalações em que são obrigados a viver, aos alimentos recebidos por esmola.

Volto a lembrar que é sobre estas situações, sobre os casos de fome por carência absoluta, ou quase absoluta, de alimentos que a humanidade se debruça com mais atenção.

Tendo o maior dos respeitois por todos aqueles que se encontram envolvidos nestas situações não se pode deixar de reconhecer que outros casos existem, talvez menos espectaculares, aos quais não podemos fechar os olhos e que pela sua extensão são, pelo menos, tão preocupantes como os da fome pela carência absoluta de alimentos a que se faz referência.

4. A FOME FILHA DA POBREZA

Existe outro tipo de fome que se encontra disperso em todas as regiões do mundo, mesmo nos países mais ricos.

Ela é a expressão, viva e vivida, da pobreza dos homens. Assiste-se, por todo o lado, à dolorosa realidade dos homens terem fome mesmo nos países com excedentes alimentares e que poderiam ser mais sensíveis à pobreza que mora à sua porta.

Tal situação deve-se fundamentalmente à circunstância de o nível de vida não permitir adquirirem os alimentos nas quantidades suficientes para si e para os seus familiares.

Este tipo de fome, que é real, que se instalou também aqui ao nosso lado, atinge como lepra grupos de cidadãos em todo o mundo sempre que eles estejam marcados com o sinal da pobreza e mesmo que vivam em ambientes superdesenvolvidos, quer seja nos Estados Unidos da América, na Europa Comunitária ou no Japão, mas naturalmente são mais evidentes nos países pobres onde as situações de penúria dos dois tipos se chegam a sobrepor. Nestes casos as pessoas sofrem, logo à partida, porque não têm alimentos, mas continuariam a sofrer, mesmo se eles existissem, pela dificuldade ou impossibilidade de a eles terem acesso.

Dados de confiança, que algumas vezes já referi, informam-nos, por exemplo, que cerca de 70 por cento dos africanos ao sul do Sara, 42 por cento dos mexicanos e até 15 por cento dos italianos, 13 por cento dos japoneses e 10 por cento dos habitantes dos Estados Unidos encontram-se nesta situação de fome provocada. São números, a meu ver, bem chocantes.

É quase a repetição da fábula da raposa perante as uvas verdes...

5. SOLUÇÕES

Perante estes aspectos, entre outros, ligados ao problema alimentar mundial, quais são as medidas possíveis de pôr em prática para resolver situações tão diversas?

A solução que ao homem da rua aparece mais fácil para as carências absolutas de alimentos é fazer chegar aos países pobres os excedentes dos países ricos e desta forma, como em princípio de vasos comunicantes, se resolveriam a situação de carência de uns e a de fartura de outros.

Já se indicou que a aplicação de um esquema desse tipo está muito longe de ser suficiente para casos que se exprimem dessa maneira.

Mas também não se podem nem esquecer nem abandonar à sua sorte aqueles desgraçados que se viram envolvidos em situações de carência absoluta de alimentos e cuja morte pela fome é necessário evitar a todo o custo.

É por isso que, apesar das dificuldades que uma assistência de alimentos a zonas tão dramaticamente atingidas envolve, a Comunidade Internacional não pode, perante as dificuldades conhecidas, cruzar os braços, nem aliás o tem feito, apesar de se saber que entre o óptimo, o desejável e o possível vão apreciáveis distâncias.

Os países desenvolvidos, no seu conjunto, num movimento de responsabilidade colectiva e não apenas e só os países com excedentes alimentares, têm ainda que reforçar a ajuda alimentar que já suportam, muito embora admitindo que uma parte importante daquilo que dão não chega a cumprir integralmente o seu objectivo. Mas o seu apoio nem tem nem pode ficar por aqui. Espera-se também dos países mais ricos uma ajuda confortável ao estabelecimento, nos países em carência, das estruturas cuja falta constitui estrangulamento a uma distribuição mais eficaz.

É assim, com abnegações e dedicações sem conta, dos e nos países dadores e nos recebedores, que o apoio dos países ricos sempre tem afluído através de ajudas bilaterais ou multilaterais. Tudo que é feito continua a ser insuficiente e imperfeito, mas reúne o mérito indiscutível e inavaliável de ter salvo da morte milhões de vidas humanas muito embora ainda se não tenha conseguido salvar todas aquelas que se encontram nestas provações.

Em países com estruturas insuficientes ou deficientes de produção agrícola são sempre de esperar efeitos gravosos de acidentes metereológicos e outros, e os países e a Comunidade Internacional têm de estar preparados para os evitar ou atenuar os seus efeitos. A reserva alimentar de emergência, estrategicamente colocada, de maneira a reduzir ao mínimo o tempo de actuação após o aparecimento de catástrofe, não é o único meio mas é, sem dúvida, da maior importância, como é unanimemente reconhecido.

Situação bem diferente é a dos países em que carências alimentares dos seus povos se devem ao subdesenvolvimento e à consequente pobreza e, por isso, as ajudas têm de ser de outros tipos.

A esses haverá que apoiá-los, segundo esquemas de desenvolvimento dos seus recursos com integral respeito pelas opções sociais, políticas ou outras que escolheram, deixando-os a ele decidir, fazendo-os independentes nos seus próprios países. Mas o denominador a atingir será, sem dúvida, uma ajuda ao seu desenvolvimento fazendo render as suas potencialidades, às vezes inexploradas e valiosas.

Como o Comité de Segurança Alimentar afirmou recentemente, «sendo a pobreza a causa profunda da fome e da malnutrição, a solução a longo termo do problema é necessariamente aumentar as taxas de crescimento económico, assegurar uma melhor repartição dos lucros e melhorar o acesso aos meios de produção».

Estão aqui enunciados problemas que vão muito além do aumento de produção de alimentos e certos deles desenvolvem-se ou exprimem-se no exterior das suas fronteiras como é o caso, por exemplo, das regras internacionais do comércio, ou a falta delas.

O desenvolvimento dos países entronca em estruturas, em diversificação de actividades, em aumento do nível de vida, em financiamentos, em apoios técnicos, etc. Mas, enquanto não há melhoria nestes sectores, os homens têm que viver.

Para muitos países torna-se necessário fazer uma economia draconiana das parcas divisas que possuem, que se forem utilizadas na compra de alimentos faltarão noutras áreas do desenvolvimento.

É por isso que se tem revelado como altamente promissor o esquema de integrar a ajuda alimentar em projectos de desenvolvimento para que, ao mesmo tempo que se salvam vidas e se poupam divisas, se criam estruturas que mais tarde deverão ajudar ao progresso dos países onde esses esquemas se aplicam.

É certo que as acções de cooperação e de ajuda do mundo desenvolvido aos países em desenvolvimento se tem expressado muitas vezes nesta linha mas, perante necessidades tão grandes e tão vastas, pode dizer-se que elas nem são tantas nem tão vultosas como o desejável. Por outro lado, nem sempre a pureza das intenções consegue superar interesses comerciais, políticos e outros que aparecem subjacentes a esta deturpada cooperação internacional.

Conhecem-se alguns projectos de ajuda ao Terceiro Mundo que se exprimem por esquemas de cooperação bilateral e em que cerca de 80 por cento das verbas concedidas regressam ao país que as deu, geralmente sob a forma de salários e de equipamento, e também se admite que certas ajudas em maquinaria que alguns praticam não serão tão inocentes como isso porque os países contribuintes, contabilizando a propaganda, inclusive das máquinas que ofereceram e o dinheiro que vão conseguir na venda futura de sobressalentes, se não ganharem dinheiro com a operação pelo menos as suas generosidades não serão tão grandes como muitas vezes se apregoa.

Nestas acções, como em muitas da vida humana, há sempre quem ajude com um coração grande mas, infelizmente, também não falta quem procure tirar partido de tudo, até da miséria e da pobreza.

Apesar dos inegáveis esforços que têm sido feitos, pode dizer-se que o problema da fome continua a pôr-se e, pior ainda, a agravar-se de ano para ano. Como disse o Conselho Mundial da Alimentação, reunido em Chipre em Maio de 1988, «o agravamento da fome no mundo onde existem excedentes alimentares é um facto cruel da nossa época». O Comité de Segurança Alimentar Mundial, também em reunião em 1988, pronunciou-se no mesmo tom enquanto «deplorou... vivamente que a situação de segurança alimentar mundial esteja marcada pelo contraste entre a abundância

à escala mundial e a existência de milhões de subalimentados nos países em desenvolvimento».

Bem me parece que estas palavras são uma boa síntese de tudo quanto se disse.

6. A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Depois de uma série de anos em que os recordes da produção, sobretudo de cereais, caíam todos os anos, atingiu-se um ano de depressão em consequência, sobretudo, do mau ano agrícola que se reflectiu em especial na produção cerealífera. As grandes secas nos Estados Unidos reduziram brutalmente a produção deste grupo de produtos e as chuvas, anormalmente longas e intensas, que se verificaram nalguns países europeus, atingiram as produções de fim de Primavera, estivais e até outonais.

Segundo estimativas ainda provisórias, pode dizer-se que a produção agrícola teve, apesar de tudo, um aumento de 0,4 por cento ao nível mundial. Em África, a produção «per capita» continuou a diminuir o que significa, em termos práticos, que neste continente as condições alimentares tendem a agravar-se.

A produção mundial de cereais, calculada em 1731 milhões de toneladas, é inferior em 3,2 por cento à do ano de 1987 e prevê-se que a quebra ainda se venha a revelar mais pronunciada, quando se apurarem outras informações.

No hemisfério norte, onde a campanha de 1988 já terminou, a produção de cereais baixou nos Estados Unidos e no Canadá em 31 por cento e na Europa Oriental e União Soviética a diminuição foi de 1,3 por cento. No hemisfério sul calcula-se que as colheitas de cereais, ainda em curso, especialmente a do trigo, serão inferiores às dos anos precedentes, salvo na Austrália em que se admite um aumento da produção em relação ao ano anterior.

Em 1989, como já em 1988, a segurança alimentar virá a ressentir-se da contracção de aprovisionamento de cereais nos principais países produtores. A redução global das disponibilidades exportáveis acabará por aumentar as dificuldades dos países em desenvolvimento e com «deficit» alimentar porque muitos têm necessidade de importar maiores quantidades destes produtos básicos, tendo em conta o aumento da população, e terão de o fazer a preços mais elevados.

Por outro lado, os «stocks» de cereais devem descer tanto nos anos de 1988 e 1989 que ficarão preocupantemente abaixo da margem de segurança conveniente.

Segundo as últimas estimativas estes «stocks», que atingiam no fim da campanha agrícola de 1987/88 400 milhões de toneladas, deverão cair para 282 milhões de toneladas no fim da campanha de 1988/89, das quais 119 milhões de toneladas são de trigo (18 por cento a menos), 36 milhões de toneladas de arroz (menos 6 por cento) e 128 milhões de toneladas de cereais secundários (menos 41 por cento). Esta baixa de «stocks» é em cerca de 85 por cento provocada pela quebra de produção dos Estados Unidos.

Os «stocks» de cereais para este ano representarão apenas cerca de 16 por cento das necessidades do consumo previsto para 1989/90 e ficam abaixo dos 17-18 por cento que a FAO julga necessários para que a segurança alimentar mundial fique assegurada. A situação é particularmente preocupante no caso do trigo, já que se dispunha de «stock» muito elevado de cereais secundários transferido dos anos anteriores.

As reservas mundiais de cereais assim calculadas e constituídas chegariam para cerca de 54 dias de consumo, e assim o nível de segurança fica inferior ao de 1973 quando, com grande preocupação mundial na altura, elas chegavam para 57 dias de consumo. Por isso o Director-Geral da FAO, na sua intervenção ao 94.º Conselho, em Novembro, declarou ser a primeira vez, desde a crise alimentar mundial do princípio da década de 70, que as reservas atingiram um valor tão baixo e o levou a afirmar, com preocupação, que «a provisão principal de alimentos utilizada em situação de catástrofe, isto é, a Reserva Alimentar Internacional de Emergência, está exausta».

Esta situação de carências de cereais já começou a reflectir-se nos preços que estão em alta e isso vai necessariamente afectar, de uma forma especial, a economia dos países compradores destes produtos básicos. É no entanto reconfortante saber que os Estados Unidos, apesar das dificuldades referidas, garantiram que iriam manter este ano uma ajuda alimentar gratuita, pelo menos igual à do ano anterior.

Eis alguns números sobre a evolução dos preços dos cereais que nos parecem elucidativos do que se afirma.

Nos Estados Unidos, em 1987, o trigo duro de Inverno valia 117 US\$/tonelada e em Junho-Agosto passado era cotado a 151 US\$/tonelada.

O milho, no mesmo país, valia 76 US\$/tonelada em 1987 e em Julho deste ano tinha o valor de 126 US\$/tonelada.

O arroz na Tailândia, que em 1987 valia 244 US\$/tonelada, vendeu-se nos últimos meses do ano passado a 315 e o açúcar passou dos 90 US\$/tonelada de 1985 para os 246 de Agosto deste ano.

E se esta situação é já preocupante para os países que têm de comprar cereais no mercado internacional, ela é ainda mais desastrosa quando se analisa a evolução dos preços de alguns dos produtos que normalmente exportam e que, no geral, se têm vindo a manifestar em queda. Por exemplo, o cacau que valia em Londres em 1985 225 US\$/tonelada, foi cotado a 123 US\$/tonelada em Setembro passado, o algodão caiu de 1634 US\$/tonelada em 1987 para 1337 em Setembro de 1988 e a carne de bovino da Argentina passou de 3770 em 1986 para cerca de 1700 no fim do terceiro trimestre deste ano.

O Director-Geral da FAO chamou a atenção no último Conselho da FAO, reunido em Novembro passado, para a circunstância dos países pobres atravessarem dificuldades económicas acrescidas pelo que não poderão satisfazer o serviço da sua enorme dívida externa, que em muitos deles representa mais de 40 por cento das receitas de exportação, senão à custa das receitas de exportação que provém, essencialmente, dos produtos primários. Ora estes, salvo raras excepções, apresentaram nos três últimos decénios uma tendência para a baixa, e a maioria deles tem hoje cotações menos elevadas que em 1960, como os números referidos para alguns produtos bem exemplificam.

7. ALGUMAS TENDÊNCIAS

Apesar de tudo que se disse há, com efeito, uma tendência para a redução da produção de alimentos e diminuição dos «stocks» nos países desenvolvidos, apesar da queda marcada da produção de cereais durante o ano de 1988.

Os Estados Unidos de há muito que vêm reduzindo a área cultivada com cereais e mantêm uma guerra aberta com a Comunidade Europeia quanto à concessão de subsídios que ela garante aos seus agricultores, desejando uma concorrência aberta entre preços.

Preocupação idêntica, ou quase idêntica, se verifica com a Comunidade Económica Europeia. Ainda há pouco anos esmagada com pesados excedentes, esgotou este ano os «stocks» de manteiga, alguma vendida a preços

fortemente bonificados, e ainda há bem poucos meses vimos o Governo Português lançar um tipo de leite com um teor butiroso mais baixo, e também mais barato, para conseguir, numa medida inteligente, cerca de 40 toneladas de manteiga por dia para o aprovisionamento do mercado interno.

Apesar de tudo, a Comunidade continua apostada na mesma política de redução de produção de alimentos que não é a mesma coisa que redução da produção agrícola.

O representante da CEE, no passado mês de Novembro numa extensa exposição que fez no 94.º Conselho da FAO, anunciou diversas medidas tomadas pela Comunidade no sentido de evitar a acumulação de «stocks» e deu conta dos resultados já conseguidos.

Entre as informações mais salientes deverão referir-se as reduções em 20 por cento do número de cabeças de gado, 11,3 por cento na produção de leite, menos 600 mil toneladas de manteiga, um abaixamento de preços dos cereais pagos ao agricultor em cerca de 25 por cento, uma redução da quantidade máxima garantida em 3 por cento, a corresponsabilidade de 3 por cento paga pelo produtor no caso da produção ultrapassar a quantidade máxima garantida.

Tendo em conta a importância da agricultura e dos agricultores no equilíbrio económico e social dos países, mas não esquecendo, por outro lado, os excedentes de alimentos, começaram a considerar-se opções agrícolas não alimentares e soluções equilibradas de optimização dos investimentos na agricultura ou até de desenvolvimento de culturas que substituam importações.

Entre as primeiras medidas a Comunidade estuda e deseja desenvolver certas oleaginosas em que é deficitária, fibras como o linho e o algodão, onde a ecologia o permita, e outras culturas de aplicações industriais não alimentares. É evidente que tais medidas podem ter reflexos nas reduções de importações destes produtos oriundos dos países em desenvolvimento pelo que têm de ser cautelosamente postas em prática.

Entre as últimas é conhecida a aspiração omunitária de se libertar do exagerado peso da importação de soja dos Estados Unidos e, por isso desenvolve programas no campo das proteíginosas, em especial o tremçoço

Por outro lado, começa a ter aceitação na Europa o sistema de agricultura em que a preocupação dos altos rendimentos unitários, até há

poucos anos dominante, passa a dar lugar a uma produção equilibrada com o emprego de razoáveis quantidades de fertilizantes. Segundo os defensores deste ponto de vista não interessará aumentar a produção à custa da aplicação de grandes doses de adubos e pesticidas, fabricados à base de petróleo que é necessário importar para depois criar «stocks» cujo armazenamento e drenagem vão ocasionar mais despesas bem como criar problemas de agressão ambiental, nomeadamente nos domínios da poluição do solo e da água a que hoje se liga tanta importância.

8. A AGRICULTURA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO

Ficará no espírito de muitos a dúvida sobre legitimidade moral da redução da produção alimentar posta em execução nalguns países quando há tantas pessoas com fome mesmo naqueles que assim procedem, parecendo faltar-lhes a solidariedade universal, como há bem pouco tempo o Papa o recordou.

Mas a dura realidade dos factos assim é.

É necessário ter porém em conta que qualquer orientação da redução da produção de alimentos afecta seriamente determinados sectores produtivos dos países, como a agricultura, e a concessão de subsídios pode nem ser dignificante para os agricultores que desejam ser cidadãos de corpo inteiro nem para a economia dos países. Cada vez mais se reconhece que o mundo não pode viver sem agricultura e sem agricultores.

Com a autoridade que se lhe reconhece, J. Delors, no passado 20 de Julho, afirmava que «no modelo europeu da sociedade há necessidade de manter um grande número de agricultores não somente porque eles produzem bens alimentares mas também porque eles desempenham um papel insubstituível no ordenamento do território, no desenvolvimento do mundo rural e, por consequência, no equilíbrio da sociedade».

Se estes conceitos são válidos para uma Comunidade fortemente industrializada, que dizer daqueles países que têm na agricultura a sua actividade fundamental e muito particularmente aqueles que ainda não conseguiram a sua auto-suficiência alimentar?

É também curiosa e importante a opinião do cientista americano Relman que em 1988 chamou a atenção, em Kyoto, para os perigos que a recente abundância de alimentos nos países desenvolvidos leva a redução

dos fundos atribuídos à investigação agrícola nesses países limitando já o número de projectos e de postos de trabalho.

Se por um lado a superabundância de alimentos tende a limitar os recursos destinados à investigação, é necessário não esquecer que factores ecológicos e ambientais como o efeito de estufa, as chuvas ácidas, a contaminação das águas subterrâneas, a diminuição da camada de ozono, etc., podem conduzir a uma produtividade diminuída e até mesmo ao aparecimento eventual de novas doenças e perigos, com naturais reflexos negativos na produção.

E se não estivermos apropriadamente defendidos somos capazes de voltar aos tempos das vacas gordas e das vacas magras, ou só das vacas magras.

9. A AGRICULTURA, ACTIVIDADE BÁSICA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A agricultura está fortemente ligada aos ciclos biológicos e à ecologia e, pela sua natureza, reage com muito mais lentidão às decisões tomadas pelo poder político que outras actividades. E por isso não é possível nem desejável fazer bruscas mudanças de orientação nas suas políticas.

A seca, que atingiu os Estados Unidos e provocou uma quebra na produção de cereais, é bem um exemplo dessa dependência. Ela foi o ano passado inferior a 10 milhões de toneladas das necessidades do país enquanto no ano de 1987 os excedentes eram superiores a 150 milhões de toneladas.

E se é certo que a elevada tecnologia dos países ricos permitirá, assim se espera, reconstruir os «stocks» mundiais de alimentos, não pode deixar de reconhecer-se que se vão dar neste ano profundas modificações na circulação e nos preços dos produtos alimentares com evidentes prejuízos para os países do Terceiro Mundo que terão de comprar mais e mais caro quando já se encontram exaustos, apertados por uma dívida externa sufocante, com uma nítida tendência de baixa dos seus produtos no mercado internacional, como já se referiu.

Espera-se também que o problema dos «stocks» de excedentes se volte a colocar em próximos anos apesar das medidas correctivas já em curso e se generalizem, entre países ou grupos de países com excedentes, situações de conflitos comerciais como aqueles que actualmente presenciamos

entre a Europa Comunitária na área da carne com hormonas e o ano passado se verificou na soja, no vinho e nos queijos. Novamente os países ricos terão de colocar o problema da forma como se deve orientar o desenvolvimento do sector agrícola e dos subsídios aos agricultores para eles próprios continuarem a produzir excedentes. Talvez continuem uns a reduzir as áreas cultivadas, outros a reduzir a produção de alimentos, a limitar os subsídios aos agricultores, a vir ao de cima a defesa da agricultura de baixo investimento, conceito tão pouco simpático para os industriais dos fertilizantes e dos pesticidas, a desenvolver outras actividades agrícolas não alimentares, o que iria fazer reduzir as importações de países do Terceiro Mundo e que influenciaria as suas economias, a usar os mais variados artifícios para esgotar os excedentes e desta forma arranjar amigos e inimigos.

O ano corrente, com o seu comportamento irregular, trouxe aos planificadores e aos agricultores farta matéria de meditação. De uma situação excedentária em cereais, que são os produtos alimentares básicos por excelência, que se havia instalado, vive-se agora um preocupante abaixamento de «stocks».

E as modificações da meteorologia foram essenciais para provocarem tal situação. A comparação das previsões das variações da produção alimentar por habitante entre Março e Setembro deste ano bem mostra como se deverá ter em atenção a evolução da produção agrícola mesmo ao longo do ano.

Perante a tendência geral de excedentes de produtos alimentares, parece legítima a interrogação se deve ou não continuar a pugnar-se pelo aumento da produção agrícola nos países ou grupo de países que já lutam com a existência de excedentes, ponto de vista em que insistiu.

Na análise desta questão não podem esquecer-se problemas de segurança e de independência nacional que têm os seus custos, nem até outras alternativas agrícolas não alimentares.

Ter um telefone ligado aos bombeiros pode não ser necessário e custa dinheiro, mas também pode haver um dia em que um alerta poderá ter efeitos de salvação nacional.

É por isso que certas actividades se têm de manter quase a qualquer custo imediato porque estão em jogo interesses que ultrapassam os de grupos ou classes de pessoas ou actividades e se exprimem em interesses

colectivos nacionais ou regionais. E é por isso que os países quanto mais pobres forem, mais têm de cuidar da sua independência em relação a certos produtos básicos.

É por isso que sendo legítimo defender o conceito de que cada país deve pugnar pelo fomento das culturas para que têm mais aptidão e nas quais pode ser concorrencial, não devem ser mais papistas que o papa e desguarnecer a retaguarda numa área tão sensível como é a da produção de alimentos.

Se a Comunidade Económica Europeia raciocinasse e programasse a sua agricultura em termos puramente económicos, talvez já não houvesse nem agricultura nem agricultores no espaço em que se move e não deixaria de pagar este ano com elevados custos o raciocínio, talvez matematicamente certo, mas socialmente errado que teria seguido.

Felizmente que assim não foi e assim não é.

E talvez isso nos ajude a nós próprios a sermos prudentes dando o lugar devido a certas culturas alimentares portuguesas, nomeadamente certo volume de produção de cereais para o qual não teremos talvez as melhores condições mas que nos farão menos dependentes dos outros. Porque os amigos só se conhecem na altura dos apertos e pode suceder que nessa altura eles se esqueçam dos problemas que atravessaria este pequeno rectângulo a oeste do continente europeu que o Sol aquece e o mar banha mas a terra é no geral pobre e ingrata e o clima traiçoeiro a uma agricultura programada à régua e esquadro tão típica dos homens ligados às ciências exactas, e menos seguida pelos que vivem em contacto com os ingratos problemas da biologia.

10. PALAVRAS FINAIS

Apesar da quebra brutal da produção de cereais no ano de 1988, o que terá trazido a vantagem de sensibilizar certas forças drasticamente contrárias ao aumento de produção, pode tranquilamente dizer-se que a produção agrícola globalmente continuou a aumentar.

Apesar do esgotamento dos «stocks» ir provocar um aumento do preço dos cereais e talvez, por arrastamento, de outros produtos alimentares, o que afectará desfavoravelmente em especial os países em desenvolvimento, porque grandes consumidores destes produtos, espera-se que o dinamismo

dos países ricos e até a experiência adquirida permita rapidamente reconstruir os «stocks» mínimos e a situação se normalize por volta do ano de 1990.

Já porque as quebras dos cereais se verificara sobretudo nos países desenvolvidos e, como tal, em condições mais favoráveis para superar as crises, espera-se, como alguns já prometeram, que eles possam manter o mesmo volume de ajudas aos países com dificuldades durante o ano em curso.

Poderá a situação vivida servir igualmente de meditação quanto aos programas de desenvolvimento nos países ricos e nos países pobres, verificando os primeiros quanto deve ser repensado o eventual volume de excedentes e os segundos da necessidade de eles próprios caminharem para uma auto-suficiência alimentar em relação aos produtos básicos.

Mas a fome, ou a privação, absoluta ou relativa, essa infelizmente ainda não será eliminada da face da Terra no ano agora iniciado, não só porque circunstâncias pontuais ou estruturais o não permitem mas sobretudo porque o ser humano ainda não foi considerado em todos os locais mais importante que as coisas e, por isso, continuará a sofrer as pesadas consequências de interesses que são os seus.

José E. Mendes Ferrão

Presidente da Comissão Nacional da FAO

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Conseil Mondial de l'Alimentation — Rapport du Conseil (14 ème Session), Nicósia (Chipre), 23/26 Maio 1988.
- FAO, 94.º Conselho da FAO. Doc. PV. Intervenção do representante da CEE. Roma, Nov. 1988.
- FAO, Troisième Rapport du Comité des Politiques et Programmes d'Aide Alimentaire au Conseil Economique et Social et au Conseil de la FAO (1987). Doc. 94/9. Rome, Nov. 1988.
- FAO, «L'Alimentation et l'Agriculture em 1988». Doc. CL 94/2 e CL 94/2 Sup. 1. Rome, Out. 1988.
- FAO, «Rapport de la Troisième Session du Comité de la Sécurité Alimentaire Mondial». Doc. 94/10. Rome, Nov. 1988.
- FAO, «Rapport du 94 ème Conseil de la FAO». Rome, Nov. 1988.
- FERRÃO, J. E. M., «População e alimentos. O presente e o futuro próximo». CN, FAO. Lisboa, 1988.
- FERRÃO, J. E. M., «Uma medida para a fome e malnutrição. A guerra dos cereais entre países excedentários». CN, FAO. Lisboa, 1987.
- FERRÃO, J. E. M., «A situação alimentar em África. Alguns pontos de meditação». Rev. Est. Econ., 6 (3): 259-278, 1986.
- FMI, Bell-FMI, 3 Oct. 1988.
- KELMAN, Arthur, «Oportunidades para futuros avanços na patologia vegetal». Cong. Int. Patol. Vegetal. Kioto, 20-27 Ago. 1988.
- MAYER, R., «O problema da água na agricultura portuguesa». Sep. Bol. Fac. Dir. Univ. Coimbra. Coimbra, 1926.
- SAOUMA, E., Déclaration du Directeur Général au 94 ème Session du Conseil de la FAO. Doc. CL 94/Inf/5 Nov, 1988.

ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE
ESTRATÉGIA ESPACIAL

António de Jesus Bispo

1. The first part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice".

ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE ESTRATÉGIA ESPACIAL (*)

Introdução

O primeiro satélite artificial foi lançado para o espaço há pouco mais de trinta anos. Logo pela mesma altura se deu início ao primeiro projecto de arma anti-satélite. Não obstante, a Estratégia Espacial, como disciplina, está ainda a ensaiar os seus primeiros passos.

A utilização militar do espaço é um facto dos nossos dias, que expressa de forma clara a competição tecnológica entre as grandes potências. Essa utilização pode ser caracterizada em função dos seguintes cenários:

- aplicação de satélites para amplificar as capacidades das forças militares de terra, mar e ar;
- luta anti-satélite, no sentido de proteger os satélites amigos e de anular os satélites inimigos — potenciar o uso do espaço pelas nossas forças e negar essa utilização ao inimigo;
- utilização de dispositivos no espaço para anular os mísseis balísticos intercontinentais e para, eventualmente no futuro, actuar contra objectivos à superfície da Terra ou na atmosfera (ex. contra mísseis de cruzeiro).

Mas para se ter uma ideia desta utilização do espaço importa dispor de alguma informação de carácter técnico. Procuraremos sintetizar no texto que se segue algumas noções elementares sobre a utilização do espaço, numa abordagem não científica, e apresentar alguma informação técnica e histórica que sirvam de apoio para o estabelecimento de alguns princípios gerais sobre esta matéria.

(*) Exposição efectuada ao CDN/89 em 88NOV26 (PORTO) e 88DEZ12 (LISBOA).

Órbitas Militares

É uso considerar a divisão do espaço, em termos de profundidade concêntrica a partir do centro da Terra, em:

- órbitas de altas altitudes para além da órbita geossíncrona dos 100 km e 1500 km;
- órbitas de médias altitudes, dos 1500 km aos 35 800 km;
- órbitas de altas altitudes para além da órbita geosíncrona dos 35 800 km (geoestacionária).

Cada um destes volumes de espaço tem uma dada caracterização, embora a divisão não deva ser entendida com grande rigidez. Assim, nas órbitas baixas a resistência aerodinâmica é relativamente acentuada, o que condiciona a vida útil do satélite e/ou os requisitos de propulsão própria. Por exemplo, um satélite a uma altitude de 150 km, sem propulsão própria, começa a decair ao fim de um dia; o mesmo satélite a 370 km de altitude já se pode sustentar por um ano. A altitude máxima a que um satélite pode ser colocado em órbita depende obviamente do seu peso e do sistema de lançamento a partir da Terra, designadamente a sua capacidade de projecção; e os custos do lançamento pagam-se em unidades de energia propulsora. Por outro lado, a escolha da altitude do satélite obedece a outros parâmetros, para além do custo, como sejam os requisitos da missão, a tecnologia dos sensores, em especial no caso do reconhecimento fotográfico, e de outros. Mais de 80 por cento dos satélites militares encontram-se em órbitas baixas.

As órbitas de altitudes médias são afectadas por problemas de radiação natural, citando-se por exemplo a cintura de Van Allen, constituída por partículas electricamente carregadas a distâncias de 1,5 e de 3,5 R (R — raio da Terra) que prejudicam o voo tripulado de longa duração (por serem nocivas à saúde) e os sistemas electrónicos dos veículos espaciais (entre 8 e 10 km, e entre 21 e 23 km). As órbitas típicas mais usadas são as de apogeu a 20 700 km e com um período de 12 horas e as geoestacionárias a 35 800 km (geossíncronas sobre o Equador). Entre 10 a 15 por cento dos satélites militares encontram-se nesta zona do espaço. É de notar, contudo, que a órbita geoestacionária se encontra bem preenchida por satélites civis e militares, como iremos analisar.

Para além da órbita geoestacionária dos 35 800 km existirão poucas dezenas de satélites, justamente aqueles que exigem maior sobrevivência.

Como já se referiu, o satélite em órbita geossíncrona com inclinação zero, ou seja sobre o EQUADOR, mantém a posição relativa aos pontos colocados na superfície terrestre sobre o Equador, e por isso se diz geoestacionário. A cobertura visual completa do Globo atinge-se com o posicionamento igualmente espaçado de 3 satélites geoestacionários. Como é sabido, as órbitas dos satélites podem ser circulares ou elípticas. Obtém-se uma órbita circular quando o satélite mantém uma velocidade tangencial a que corresponda uma igualdade entre a força centrífuga e as forças gravíticas; a órbita elíptica obtém-se entre dois valores de velocidade tangencial; quando a velocidade inicial de rotação ultrapassa este limite, a trajectória passa a ser hiperbólica e o satélite sai da área de influência da Terra. Por exemplo, para uma altitude de 100 milhas obtém-se uma órbita circular quando a velocidade tangencial for de 4,85 mps; será elíptica para valores de velocidade entre 4,85 e 6,86 e hiperbólica acima deste valor.

O ângulo de inclinação da órbita do satélite, entre o plano equatorial da Terra e plano orbital, é um dado essencial para a caracterização do satélite e para a predição da sua trajectória.

Normalmente os lançamentos fazem-se no sentido de rotação da Terra tirando-se partido desta velocidade de arrastamento; quando esta modalidade não pode ser utilizada torna-se necessário muito mais impulso inicial para colocar a mesma carga, no mesmo ponto do espaço e à mesma velocidade.

As trajectórias elípticas desenvolvem-se entre o ponto mais próximo da Terra (perigeu) e um ponto mais afastado (apogeu). A razão entre a diferença da distância do centro da Terra ao apogeu e do centro da Terra ao perigeu e o dobro do eixo maior da elipse ($e = \frac{a-p}{2c}$ em que a é a distância entre o centro da Terra e o apogeu, p é a distância entre o centro da Terra e o perigeu, e c o eixo maior da elipse) designa-se por excentricidade. Como é sabido, a velocidade do satélite ao longo da órbita elíptica não é constante, sendo mínima no apogeu e máxima no perigeu.

Os satélites em órbitas elípticas podem ser lançados segundo uma dada inclinação inicial, procedendo-se à rotação do plano orbital para a inclinação que se desejar, actuando no satélite (imprimindo-lhe uma força

adequada) quando este atingir o apogeu (pressupõe propulsão própria do satélite, ainda que apenas para correcção orbital). As órbitas mais utilizadas para fins militares, para além das circulares de baixa altitude, polares, são as seguintes:

- órbita baixa com 98° de inclinação, síncrona com o Sol, o que significa que passa sempre à mesma hora sobre o mesmo ponto da Terra — para fins de reconhecimento fotográfico, em especial para correlação de imagens;
- órbita de média altitude com o período de 12 horas;
- órbita MOLNIYA, com inclinação de 64°, excentricidade de 0,7, com o perigeu a baixa altitude, apogeu a 38 000 km e período de 12 horas (se o perigeu se situar no hemisfério Sul o satélite permanecerá mais de 23 horas por dia no hemisfério Norte).
- órbita geossíncrona equatorial.

Sistema de Satélite

O sistema de satélite típico é constituído pelas seguintes componentes:

- a rampa de lançamento, incluindo o lançador;
- o sistema de comando e controlo;
- o satélite;
- o satélite *relay* (eventualmente);
- o receptor.

Utilização Militar de Satélites

A utilização militar de satélites, ou mais propriamente de satélites que amplificam as capacidades das forças militares, pela vigilância, pelo reconhecimento, pela navegação, pelas comunicações, situa-se nos seguintes campos essenciais:

a. Comunicações

A primeira experiência para reflexão de sinais electromagnéticos no espaço foi feita com a LUA, em 1946, com utilização de radiação na banda do radar, e em 1954 com testes de comunicação em voz.

O primeiro satélite militar de comunicações geoestacionário foi inglês, designado por SKYNET, que a USAF adoptou posteriormente. O segundo foi da OTAN, designado por SATCOM I, construído nos EUA a partir do SKYNET. A USAF entretanto (década de 70, finais) construiu o DSCS II (Defence Satellite Communications System), com capacidade de manuseamento de 100 milhões de *bits* por segundo, com 1300 circuitos de voz para comunicação superfície-superfície. A USN construiu o FLEET SATCOM na banda do UHF, dado que o DSCS II exigia uma antena de grandes dimensões, pouco própria para navios.

A USAF lançou o AFSATCOH com aplicação global e o SDS (Satellite Data System) para cobertura de comunicações às regiões polares. O sistema DSCS III, substituto do DSCS II, disporá de protecção EMP para todos os satélites e terminais e de um canal de emergência (*single channel transponder*) para transmissão de mensagens relativas ao alerta nuclear. A USAF propôs o STRATSAT (Strategic Satellite System) com órbitas polares a uma altitude de 111 000 milhas (4 satélites, *crosslinked* em EHF — 55 a 65 GHZ — e em UHF e SHF), que se destinava apenas a comunicações durante a guerra nuclear; o projecto não foi aprovado pelo Congresso. Em substituição já foi apresentado o MILSTAR que não é exclusivo das forças nucleares e opera em EHF e SHF.

A USAF e USN estão a trabalhar num projecto que usa o *laser* para a comunicação via satélite; é importante para o submarino e é difícil de interceptar por ser um feixe estreito dirigido. O sistema poderá adoptar a modalidade de espelho em órbita ou espelho no próprio satélite (reflexão em exclusivo ou reflexão e processamento a bordo).

Para a comunicação entre forças nucleares existe um outro projecto designado por PACSAT, Passive Communication Satellite, consistindo numa cadeia de milhares de pequenos reflectores, ligados entre si, com o comprimento total de 3000 pés, em órbita de baixa altitude.

b. Reconhecimento

O primeiro satélite de reconhecimento fotográfico foi o DISCOVER, lançado em Agosto de 1960.

Inicialmente o satélite enviava as cápsulas do filme impressionado para a Terra, onde eram captadas num C-130 ou recuperadas do oceano. Depois

procedeu-se à revelação automática a bordo do satélite, à leitura da imagem por TV e ao envio dessa imagem por via electrónica para a Terra; as imagens fotográficas eram enviadas posteriormente para análise mais detalhada.

A resolução da imagem, para as melhores condições, é actualmente de cerca de 15 cm.

Em 1971 os EUA lançaram o satélite de reconhecimento BIG BIRD com o peso de 29 000 libras, com uma permanência da ordem dos 6 meses, e com um perigeu de 100 milhas.

O satélite KH-11 lançado em finais de 1978, com um perigeu entre 150 a 180 milhas, utilizava a observação multiespacial, incluindo infra-vermelhos, que tem menos resolução do que a banda visível, com vida superior a 2 anos.

A tecnologia actual permite órbitas mais altas pela capacidade de amplificação e de resolução, transmissão e processamento de imagem em tempo real garantindo assim uma maior eficácia, sobrevivência e tempo de vida do satélite.

No âmbito do reconhecimento electrónico, o primeiro satélite ELINT (Electronic Intelligence), na gama das comunicações e radar, foi lançado em MAR62, com órbita polar e a uma altitude de 300 milhas. Os soviéticos estão a lançar 3 a 5 satélites ELINT por ano.

Estes satélites captam os sinais electromagnéticos emitidos por unidades à superfície, na atmosfera e no espaço, nas bandas de maior interesse operacional, e procedem a uma análise sumária automática desses sinais, enviando os resultados para estações na Terra permitindo uma interpretação muito mais aprofundada. Com estes satélites pode constituir-se em grande parte a ordem de batalha inimiga e fazer o seguimento de acções de desenvolvimento e de arranjo de dispositivo inimigo.

Existem ainda satélites dedicados ao reconhecimento marítimo de superfície. Os satélites americanos têm órbitas com altitude da ordem das 600 milhas com uma inclinação de 63,5° quando em órbita o satélite mãe envia vários subsatélites para permitir uma cobertura total dos mares e sobreposição em áreas mais críticas; estes satélites têm receptores de rádio e de microndas para captarem os sinais de radar e de comunicações das frotas soviéticas. Os soviéticos dispõem igualmente de satélites deste tipo e de obtenção de imagem radar a bordo (radar activo alimentado por reactor nuclear); dado que se suspeita que este satélite possa transmitir com precisão os dados sobre alvos de superfície para o sistema de controlo de

tiro do bombardeiro BACKFIRE, ele constitui o alvo n.º 1 para as armas anti-satélite americanas.

A Marinha Americana está a desenvolver o Integrated Tactical Surveillance System (ITSS) constituído por um radar activo e sistema de tratamento de dados por forma a produzir uma cobertura em tempo real não só das frotas soviéticas como também do bombardeiro BACKFIRE.

A USAF está a colocar uma radar gigante no espaço para fazer o seguimento de navios, aviões, mísseis de cruzeiro, tanques (eventualmente) e ainda com capacidade para efectuar a detecção de alguns fenómenos meteorológicos.

Existem várias áreas de desenvolvimento nos satélites de reconhecimento, como sejam aumentar exponencialmente o número de células detectoras (o KH-11 tinha 2000 células detectoras, actualmente já se trabalha com 80 000 e o próximo projecto de demonstração Teal Ruby vai dispor de 1 milhão de detectores no plano focal do telescópio), desenvolver a capacidade de processamento a bordo do satélite, e o arraial linear multiespectral, para permitir maior área coberta, maior discriminação e maior e melhor fluxo de informação.

c. Vigilância

No âmbito da vigilância são actualmente utilizados satélites para:

- o aviso antecipado;
- a detecção de detonação nuclear;
- a observação meteorológica.

Com o aviso antecipado pretende-se detectar o lançamento de mísseis balísticos intercontinentais, lançados de terra ou de submarino, e fazer o seguimento desse lançamento incluindo o da trajectória das ogivas nucleares MIRV (Multiple Independently Targetable Reentry Vehicle). Para este efeito os EUA dispõem de três satélites em órbita geoestacionária no Índico, no Atlântico e no Pacífico, com um telescópio com cerca de 4 metros de comprimento desviado cerca de 7,5° do eixo longitudinal do satélite; os sensores são células detectoras em número de 2000 no plano focal do telescópio, para o caso da radiação em infravermelhos e detectores de radiação ultravioleta, assim como um sistema de televisão. Num dado instante as

células detectoras cobrem cerca de 1,2 milha quadrada; o satélite roda a cerca de 5 a 7 revoluções por minuto, cobrindo assim uma área apreciável.

A imagem obtida é enviada para as estações de exploração terrestres.

Com a possibilidade de lançamento de satélites a partir de posições de lançamento de mísseis, incluindo os móveis, por parte da URSS, o problema do aviso antecipado passou a ter outra acuidade.

Torna-se necessário garantir uma maior cobertura; e aqui entrará certamente o radar de grandes dimensões e o projecto avançado de recolha de imagem em áreas maiores.

O aviso antecipado é agora exigido não só para o lançamento dos mísseis balísticos mas para qualquer outro tipo de alvo, designadamente o bombardeiro, o míssil cruzeiro e outros aviões de ataque. Existem indícios para supor, obtidos pela leitura de publicações da especialidade, que terá sido lançado pelo último «shuttle» um protótipo de radar espacial para esta finalidade. Para a detecção de explosão nuclear pretende-se captar essas explosões (à superfície, em subterrâneo e no espaço), determinar a sua intensidade e a sua localização; em tempo de paz esta informação serve para a verificação do cumprimento dos tratados internacionais; em tempo de guerra estes satélites são utilizados para avaliação de resultados de ataques nucleares. Os satélites actualmente existentes para esta finalidade são genericamente designados por VELA HOTEL e situam-se em órbitas da ordem das 70 000 milhas. No futuro, os detectores de explosões nucleares serão colocados nos satélites de navegação GPS.

d. *Navegação*

O sistema de posicionamento global (GPS — Global Positionning System) é composto por 18 satélites em órbitas com períodos de 12 horas, dando uma precisão de navegação da ordem dos 15 metros.

A posição destes satélites é determinada com rigor através de estações em Terra responsáveis pelo seguimento das suas trajectórias. Os dispositivos de medição de tempo estão rigorosamente sincronizados. Cada satélite transmite em duas frequências diferentes para permitir a introdução de factores de correcção apropriados, para eliminação dos efeitos anómalos de propagação (causas atmosféricas e extra-atmosféricas). O conjunto de dados de cada transmissão refere-se a instante de emissão, frequência, identificação e a outros elementos. Conhecendo-se a posição do satélite,

a distância entre o satélite e o receptor, o ângulo de chegada do sinal, o computador no receptor estará em condições de resolver a equação de navegação e de determinar a latitude, longitude e altitudes de forma permanente.

O sistema já foi ensaiado com um número reduzido de satélites e já começou o lançamento dos 18 satélites, mais 3 de reserva, estimando-se o início do funcionamento a partir do próximo ano.

e. Geodesia

Os satélites geodésicos permitem reconstituir a imagem da superfície da Terra, levantando mapas de elevado pormenor, com informação precisa das cotas do terreno, assim como permitem determinar as alterações do campo gravitacional da Terra.

A reconstituição do terreno é essencial para a localização dos alvos e estudo das modalidades de ataque, designadamente no que concerne à introdução dessas imagens para seguimento automático do míssil balístico na fase final da sua trajectória e para contorno do terreno a efectuar pelos mísseis de cruzeiro.

A melhoria na predição do efeito das forças gravitacionais produz uma maior precisão dos mísseis balísticos.

Luta Anti-Satélite

Conhecida a aplicação militar do espaço, em termos muitos gerais, importa agora analisar quais as medidas possíveis e teóricas para proteger os satélites amigos e negar a utilização do espaço aos satélites inimigos. Começemos por esta última parte, ou seja, que armas existem, na realidade ou em projecto teórico, para anular um satélite e que formas possíveis existem para proceder a essa anulação.

Como é óbvio, nada se poderá fazer sem se saber exactamente quais os satélites que existem no espaço, quais as suas órbitas e quais as suas finalidades. É um processo relativamente complexo, na medida em que existem em órbita terrestre cerca de 6000 objectos, incluindo satélites artificiais em pleno funcionamento e «restos» de satélites ou de dispositivos propulsores que ainda não regressaram à Terra. O melhor processo de referenciação é o de detectar o lançamento, seguir a trajectória e fazer a análise da órbita em que o satélite está estabilizado; a partir desta informação proceder à pre-

dição das posições do satélite em função do tempo e confirmar, por meios ópticos, se o satélite está a seguir a trajectória inicialmente prevista ou se houve alterações. Existe um número relativamente grande de estações terrestres a fazer este seguimento, incluindo estações amadoras de astronomia; usam os telescópios ópticos com amplificação própria à detecção a distâncias tão remotas. Para além destas estações, existem cinco estações (Novo México, Coreia, Hawai, Médio Oriente e Portugal) GEODSS (Ground Electro-Optical Deep Space Surveillance System) ligadas por computadores que acompanham as trajectórias de todos os objectos móveis (relativamente às estrelas). Está em curso uma beneficiação destas estações por um projecto designado por TEAL AMBER que consiste essencialmente na introdução dum mosaico detector no plano do telescópio (à semelhança do que foi feito para os satélites de reconhecimento), permitindo que o sistema forneça uma imagem do espaço correspondente ao cone de visão, em vez da operação de varrimento que agora se efectua.

Um dos métodos mais económicos, em princípio, para anular um satélite é «entrar» no seu sistema de comando e controlo, introduzindo ordens no sistema, por forma a que o satélite não cumpra a sua missão e, se for possível, se autodestrua. Para isso é necessário dispor de informação necessária para se substituir ao sistema, utilizando os seus próprios instrumentos de comando e controlo. Além do mais, esta operação tem a vantagem de não deixar prova, caso não seja detectada a intromissão, como é evidente.

Desde o aparecimento do satélite que se procurou a arma anti-satélite. Começaram por ser utilizados foguetões já existentes, que enviavam para o espaço outros satélites, para interceptação e ataque.

O primeiro teste de uma arma ASAT (Anti-Satélite) decorreu em 1962 e teve a designação STARFISH; a grande conclusão deste teste foi a de que o rebentamento nuclear no espaço contra satélites não é selectivo; anula os satélites amigos da mesma forma que os inimigos, a distâncias consideráveis; produz o efeito EMP (Electro Magnetic Pulse) sobre os sistemas electrónicos tanto no espaço como na Terra. Para além do STARFISH ainda se desenvolveu mais um projecto anti-satélite nuclear designado por SQUANTO TERROR. O tratado de 1967 veio fazer cancelar este e outros projectos do mesmo género, ou seja de explosão nuclear no espaço.

Em 1968 foram retomados os testes ASAT; até 1982 foram efectuados pelos EUA 20 testes de satélites interceptores contra satélites-alvo. Julga-se que os soviéticos dispõem já do seu sistema ASAT operacional desde 1980; com efeito, o seu processo de experimentação consistiu na utilização de satélites interceptores contra alvos em órbitas elípticas com perigeu de 340 milhas e apogeu de 1200 milhas e em órbitas circulares de 600 milhas; o interceptor dispara uma nuvem de fragmentos de metal a alta velocidade ou provoca uma explosão no momento da intercepção; a exigência na precisão na intercepção não é muito grande, a velocidade relativa de aproximação é muito elevada e a arma, no seu conjunto, tem limitações importantes. Com um sistema de guiamento terminal a arma anti-satélite soviética poderá alterar substancialmente a sua *performance*, mas continua a ser aplicada só contra alvos de órbitas baixas.

Os EUA estão a desenvolver o actual projecto ASAT, estimando-se que grande parte dos testes estejam já efectuados. Trata-se de um veículo miniatura (Miniature Homming Intercept Vehicle — MHIV) que inicialmente era lançado num foguete solo-ar e que depois passou a ser lançado de um avião F-15, utilizando os dois andares de propulsão que vão sendo abandonados à medida que vão sendo consumidos. O MHIV é dirigido para um ponto de intercepção calculado, onde aguarda a passagem do satélite. Como dispõe de sensores adequados, de sistema de autoguiamento e de cerca de 60 mini-propulsores, cada um com capacidade para uma utilização, o MHIV vai-se colocar em rota de colisão — o satélite, que vem animado de uma velocidade muito superior, destroi-se totalmente no choque.

Um outro processo de ataque contra satélites é a utilização de minas que são colocadas junto dos satélites a abater; quando oportuno são activadas, produzindo-se a sua explosão. Estas minas estão naturalmente disfarçadas em satélites de outras aplicações e serão mais facilmente dissimuladas na órbita geoestacionária.

Os satélites podem ainda ser atacados com armas de energia dirigida, designadamente os *lasers* e as armas de feixe de partículas, assim como com armas cinéticas de hipervelocidade, quando estas armas estiverem disponíveis. Trataremos deste particular no âmbito da Iniciativa de Defesa Estratégica. Nos dois primeiros casos não se trata de destruição física, mas de anulação dos sistemas electrónicos de bordo, assim como dos sensores.

Face às ameaças que anteriormente se mencionaram, que medidas serão passíveis de tomar? Referiremos de seguida algumas delas:

- em primeiro lugar, aumentar a autonomia dos satélites, dotando-os de dispositivos próprios para o seu autocontrolo e fazendo-os menos dependentes das estações terrestres;
- considerar a redundância, proliferação e decepção de satélites, tornando a acção agressora do inimigo bastante mais difícil;
- prever a dotação de sistemas de bordo de satélites para aviso de ameaças e detecção de que estão a ser iluminados pelo inimigo, para se obter pré-aviso de ataque e prova de perturbação;
- dotar o satélite com capacidade ECCM (Electronic Counter Counter Measure), designadamente com o recurso a frequências elevadas, utilizando dispositivos cripto, técnicas de transmissões de dados apropriados, etc.;
- dotar o satélite de protecção física reforçada nas suas partes essenciais reduzindo os efeitos da aplicação *laser*;
- proceder a protecção contra EMP para resistir aos efeitos dos rebentamentos nucleares, não afectando os seus componentes electrónicos;
- perturbar ou enganar o sistema de guiamento terminal do interceptor;
- utilizar filtros nos sensores ópticos e de infravermelhos para prejudicar a acção do *laser*;
- prever a rotação aleatória deliberada do satélite quando sujeito a um ataque com armas de feixe de energia;
- dotar o satélite com meios próprios para manobra no espaço, alterando a órbita, para reduzir os efeitos da intercepção por colisão ou explosão.

Princípios de Estratégia Espacial

Face a esta panóplia de ataques e defesas, importa definir uma linha estratégica básica:

- a estratégia de sobrevivência baseia-se obviamente na definição de quais os sistemas que devem sobreviver e até que nível do conflito eles devem garantir a sua operação. Naturalmente que esta decisão

- baser-se-á na conveniente relação custo-eficácia, na medida em que a sobrevivência adquire-se com custos sempre elevados;
- quanto mais longe se colocar o satélite maior será a sua protecção; a mobilidade própria, a redundância e a decepção são outros parâmetros de sobrevivência;
 - configurado o dispositivo, em função das capacidades e da ameaça esperada, deve fazer-se funcionar o mecanismo da dissuasão, em vários níveis:
 - ameaçando os satélites que o inimigo mais valoriza (declarando atacar e destruir no caso de ser ameaçado);
 - ameaçando outros elementos críticos do Poder inimigo caso este ameace o Poder Espacial;
 - exibindo capacidades que constituam uma força credível e capaz de detectar a interferência inimiga, sem sombra de dúvidas.

Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE)

Resta fazer uma breve referência à problemática da defesa contra mísseis balísticos a partir dum sistema com componentes baseados no espaço, ou seja, fazer uma referência à Iniciativa de Defesa Estratégica proposta pelo Presidente Reagan em Março de 1983.

As finalidades últimas da Iniciativa de Defesa Estratégica são: a redução da instabilidade provocada pelo aumento do quantitativo, da rapidez de actuação e da precisão dos mísseis balísticos intercontinentais do Pacto de Varsóvia, e a valorização da capacidade estratégica ofensiva e de dissuasão dos mísseis balísticos intercontinentais americanos.

Pretende-se, em consequência, reduzir as probabilidades de ocorrência dum primeiro ataque pela incerteza quanto aos resultados e eliminar a possibilidade do ataque preemptivo pela potencialidade de anulação dos seus efeitos; mantendo a capacidade ofensiva e garantindo uma defesa quase absoluta, pode restaurar-se a estratégia da retaliação maciça.

A Iniciativa de Defesa Estratégica que contempla apenas a investigação e desenvolvimento de tecnologias, com ensaios laboratoriais, tem sido objecto de amplo debate e merecido algumas críticas, designadamente no que concerne à oportunidade do seu anúncio (o assunto não está suficientemente amadurecido para se poder declarar sequer a sua viabilidade), à eventual instabi-

lidade que pode provocar (inviabilidade de garantir uma defesa absoluta e de determinar os danos previstos; possível tendência para redução ou obsolescência da força nuclear estratégica americana, rompendo o actual equilíbrio, sem que esteja resolvido o problema da defesa; maior alheamento tendencial da defesa da Europa pelo aliado americano, deixando aquela à mercê do ataque convencional onde existem flagrantes vulnerabilidades; tendência para alterar o conceito estratégico baseado na dissuasão nuclear, que deu provas ao longo dos últimos 40 anos), à incompreensão pela opinião pública dum programa de transição para mais de uma década baseado essencialmente na capacidade nuclear estratégica ofensiva, aos custos acrescidos criando desequilíbrios orçamentais no âmbito da defesa (por exemplo, na redução do sistema de defesa aérea estratégico) ou exigindo maior solicitação do contribuinte, etc.

Assim como é difícil julgar com objectividade a pertinência destas críticas, também não o é menos julgar o carácter determinante da Iniciativa de Defesa Estratégica no processo de desarmamento em curso, designadamente no que se refere ao controlo de armamentos; os elementos disponíveis são ainda insuficientes e normalmente pouco claros ou envoltos em grande especulação. Subsiste e subsistirá por longo tempo a dúvida se por esta iniciativa se chegará à eliminação das armas nucleares, que é o sonho declarado dos seus fautores.

Para se poder avaliar melhor tudo o que atrás fica dito, importa esquematizar o conteúdo da Iniciativa de Defesa Estratégica no seu plano técnico e operacional.

O sistema deve possuir eficácia absoluta contra os mísseis balísticos intercontinentais e contra as contramedidas desencadeadas pelo Pacto de Varsóvia (ex. saturação da defesa pelo lançamento em simultâneo de mísseis e engodos, mobilidade, etc.); deve dispor de elevada capacidade de sobrevivência (grande parte do investimento do sistema recai na sua protecção e resistência aos ataques que lhe sejam dirigidos; aparentemente, existem grandes vulnerabilidades dada a necessidade de exposição e a dificuldade de protecção especialmente contra as armas de energia dirigida); o sistema deve ainda ter capacidade de expansão, em resposta à proliferação e às contramedidas (o sistema é especificamente desenhado para uma ameaça concreta; se houver alteração, e certamente haverá, nos sistemas ofensivos do Pacto de Varsóvia, em resposta a esta defesa, esta deve ter a flexibilidade e a capacidade de

crescimento em conformidade). Estes são, em traços muito gerais, os requisitos operacionais da Iniciativa de Defesa Estratégica.

O sistema é concebido para proporcionar uma defesa por fases ou patamares, em função da trajectória do míssil balístico intercontinental. Na fase inicial da trajectória (cerca de 5 minutos) a velocidade é baixa, o alvo é relativamente grande e a assinatura em infravermelhos é significativamente conspícua; esta caracterização facilita a identificação e a destruição, pelo que é esperada a maior probabilidade de anulação do míssil nesta fase. A seguir, o míssil larga o propulsor e lança as várias ogivas que transporta, seguindo uma trajectória no espaço que se designa por intermédia (entre 20 a 25 minutos); esta caracterização exige um dispositivo bem específico para se produzirem resultados aceitáveis. As ogivas que escapam às defesas entram a seguir na sua fase terminal em direcção ao alvo terrestre e perfurando a atmosfera (1 minuto). Temos então as três grandes fases da Iniciativa de Defesa Estratégica: a do lançamento e impulso, a intermédia e a final, cada uma exigindo uma arquitectura diferenciada dos componentes defensivos.

O sistema de defesa estratégico deve preencher variadas funções para o cumprimento dos seus objectivos. Em primeiro lugar, deve detectar o lançamento dos mísseis, fazer a sua aquisição sensorial, discriminar entre mísseis verdadeiros com trajectórias precisas e engodos, e avaliar das modalidades de ataque de sucesso; deve ser capaz de proceder a uma pontaria extremamente precisa e fazer o seguimento permanente da trajectória do míssil; deve ser capaz de conduzir a intercepção do míssil pelas armas disponíveis e de garantir a anulação ou destruição do míssil; por último, e não menos importante, deve dispor dum sistema de informação que garanta a gestão do espaço de batalha (designação de alvos, selecção e disparo de armas, análise de resultados, estabelecimento de alertas, etc.).

Os sensores utilizados variam consoante as fases, naturalmente. Assim, para a fase de lançamento ou inicial de trajectória o sensor mais adequado será o de infravermelhos baseado no espaço; estes satélites de detecção já existem, havendo a necessidade de proceder à sua modernização para fazer face à mobilidade das rampas de lançamento, à redução da fonte de infravermelhos, à diferenciação de assinaturas, etc.; dadas algumas limitações dos satélites de aviso de infravermelhos, existem desenvolvimentos no sentido da obtenção duma imagem permanente de situação cobrindo uma área apreciável dentro da tecnologia do infravermelho, e alargando esta função

para o radar baseado no espaço. Para a detecção e seguimento na fase intermédia utilizam-se os sensores *laser* e radar baseados no espaço. Para a fase terminal utilizar-se-á o de infravermelhos baseado no espaço e o radar com capacidades especiais (detecção dum alvo com *radar cross section* diminuta a 1200 milhas de distância) baseado em terra.

Quanto às armas consideramos duas grandes categorias: as armas de energia cinética e as armas de energia dirigida, ambas baseadas no espaço e/ou em terra. Quanto às primeiras temos a considerar as de propulsor químico convencional e o canhão electromagnético. Quanto às segundas, existem as possibilidades dos vários tipos de *laser* (químicos, *excimer*, de electrões livres) e da arma de feixe de partículas neutras.

A anulação do míssil pode ser concretizada por um abate cinético (destruição física), térmico, de impulso (desenvolvimento instantâneo de energia na superfície do míssil, com efeito de choque, produzindo desvio de trajectória e falha interna dos sistemas) ou electrónico (actuação apenas nos componentes electrónicos, evitando a explosão e o guiamento).

Consideramos importante tentar definir a baliza entre a ficção e a realidade, ou seja, traçar um quadro muito geral dos problemas associados ao desenvolvimento de cada um dos componentes do sistema, fazendo uso da informação actualmente disponível. Este quadro deve ser sempre encarado com reservas dada a confidencialidade destas matérias.

O desenvolvimento de qualquer componente dum sistema defensivo deve ser mais barato do que a capacidade adicional do sistema ofensivo necessária para ultrapassar ou «perfurar» a umbrela, e ainda muito mais barato do que o sistema que teoricamente o possa destruir. O facto do sistema não poder ser ensaiado no seu conjunto, por força das disposições do tratado ABM, constitui uma insuficiência importante na avaliação das suas capacidades.

Os problemas existentes com os *lasers* químicos são relativos à absorção de energia pela atmosfera, em especial o de fluoreto de hidrogénio, às grandes dimensões dos sistemas ópticos, da ordem dos 50 metros de envergadura e 100 toneladas de peso, e às necessidades de potência da ordem dos 25 megawatts; portanto, a sua colocação no espaço envolve custos apreciáveis para além da complexidade técnica. Os *lasers* de electrões livres e *excimer* apresentam problemas idênticos, pelo que a opção mais razoável será a de

manter a instalação *laser* no solo e orientar o feixe no espaço através dum conjunto de dois tipos de espelhos: espelhos *relay* e espelhos de combate.

Os *lasers* de raios X, pelo contrário, só podem ser utilizados no espaço na medida em que a atmosfera é relativamente opaca a esta radiação; são activados por uma explosão nuclear, dispondo portanto dum reactor de potência equivalente ao das bombas pequenas, tendo o inconveniente de só poder ser utilizado uma vez (uma explosão nuclear por cada utilização, donde a utilização do dispositivo *laser* uma só vez, ao que se segue a destruição).

As armas de feixe de energia de partículas neutras apresentam mais problemas de dimensão, peso e energia do que as de *lasers* químicos, de electrões livres e *excimers*. O desenvolvimento destas armas está mais atrasado do que o dos *lasers*.

Os foguetes de propulsão química, com dois propulsores e sistema de guiamento incorporado, com o peso aproximado de 1 quilo por unidade, agrupados num conjunto autónomo com capacidade de vigilância, seguimento e manobra, contendo várias dezenas de unidades, encontram-se em fase de demonstração.

Para além do canhão electromagnético, que se encontra em fase de desenvolvimento sem problemas tecnológicos significativos, uma outra arma surgiu na panóplia da guerra no espaço e que é o feixe de microndas, gerado a partir duma explosão nuclear. Tem como vantagem a necessidade de níveis de energia bastante mais baixos. Produz um abate electrónico que, como todos os abates deste género, não é directamente observável, ficando sempre a dúvida quanto ao resultado obtido.

Para a fase terminal a tecnologia existente permite resultados aceitáveis, tratando-se de uma área onde já existe alguma experiência acumulada.

Conclusões Finais

Resta-nos apenas aditar algumas considerações finais. Procurámos dar uma pincelada muito rápida sobre a utilização militar do espaço, fazendo uma referência aos sistemas que já existem, e aos que já existiram, e às suas aplicações funcionais. Trata-se de um texto não especializado, para efeitos de introdução à problemática espacial.

Não se espera que venham a ocorrer alterações significativas nos conceitos e no tipo de sistemas para ocupação do espaço com fins militares. O que certamente ocorrerá é uma continuidade no desenvolvimento tecnológico, no sentido de tornar os sistemas espaciais mais eficazes e com maior capacidade de sobrevivência — nesta competição quase conflito tecnológico, a uma medida de um lado corresponderá uma contramedida do outro lado, que dará por sua vez lugar a uma contra-contramedida, e assim sucessivamente. Desta luta procurar-se-á potencial acrescido para cada um dos contendores e resultará estímulo e aplicação universal da tecnologia utilizada.

O espaço tornou-se já numa potencial arena de combate. Com efeito, ao nível das superpotências, pelo menos, o equilíbrio estratégico inclui necessariamente o estudo do potencial no espaço e a sua interligação com os outros elementos do poder militar. Para as médias e pequenas potências a possibilidade de entrar neste concurso passa pela sua associação e pela partilha de custos e tarefas, o que se afigura possível e inevitável.

António de Jesus Bispo

Brig. Pil. Av.

Assessor do IDN

A PROBLEMÁTICA DA DEFESA NACIONAL
NOS ANOS DE 1860 - 1880

Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva

A PROBLEMÁTICA DA DEFESA NACIONAL NOS ANOS DE 1860 - 1880

«1870-71 was not just the victory of the nation-in-arms, new industrial style, over first a rather old-style professional army and then a levée en masse; it was also the victory of modern scientific brain over traditional instinctive brawn.»

Geoffrey Best, «War and Society in Revolutionary Europe, 1778-1870».

I — A CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL

As décadas de 60 e 70 caracterizaram-se por mutações profundas no equilíbrio dos poderes europeus, implicando uma reformulação das concepções existentes a nível da política internacional, mutações estas estreitamente ligadas ao aparecimento de duas novas ordens de factores: a industrialização da Europa e a afirmação e triunfo do princípio das nacionalidades. Embora aparentemente contraditórios, tendiam a reforçar-se devido à sua complementaridade. Com efeito, a unificação alemã e, secundariamente, a italiana dificilmente seriam realizáveis sem um progresso económico e cultural, resultante duma industrialização bem sucedida. Por sua vez, a unificação fortalecia e impulsionava o desenvolvimento industrial, assegurando a independência destes Estados.

Este duplo processo tinha, como corolário, um novo mapa político europeu no qual o espaço das pequenas nações se reduzia significativamente.

Em Portugal eram observadas com crescente preocupação estas realidades, à medida que os acontecimentos se desenrolavam, e foram objecto de especial atenção por parte da *Revista Militar*.

De facto, os redactores e colaboradores deste periódico — membros das forças armadas — procuravam equacionar os novos desafios que se lhes colocavam com vista a uma eficaz adequação dos meios técnicos e humanos

disponíveis. É verdade que não se encontravam isolados, mas eram os mais bem preparados para poderem avaliar, de imediato, os problemas que se levantavam à definição de uma política de defesa nacional.

II — A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Numa época de evolução rápida da tecnologia militar e, consequentemente, da estratégia e da tática, não era fácil à classe política e ao povo português em geral aperceberem-se da sua importância.

A abordagem realizada pela *Revista Militar* permitiu preencher esta lacuna, fornecendo uma informação actualizada.

Os conflitos da década de 50, como a Guerra da Crimeia (1854-1855) ou a Guerra Franco-Austríaca (1859), tinham permitido estabelecer uma antevisão do futuro devido aos meios mobilizados. Porém, não incorporavam as novas tecnologias e não inovavam nem tática nem estrategicamente, traduzindo mais uma continuidade do que uma ruptura com o passado.

São os anos 60 que vão introduzir as grandes transformações, destacando-se pela sua importância a Guerra Civil Americana (1861-1865).

Apesar de distante, este conflito teve repercussões relevantes na evolução da tecnologia militar, pois permitiu aferir no campo de batalha a sua viabilidade. Os caminhos de ferro (para transporte rápido de tropas de uma para outra frente), o telégrafo, os novos tipos de espingarda ou o aparecimento dos primeiros couraçados, suscitaram enorme interesse na Europa.

Em Portugal este interesse era acompanhado por uma reflexão sobre aqueles acontecimentos, como é o caso do primeiro combate entre couraçados⁽¹⁾: «Mudou portanto a guerra marítima; e assim como na antiguidade um homem armado de ferro valia até certo ponto por cem homens de peito descoberto, igualmente um navio encouraçado pode julgar-se que actualmente vale por uma esquadra»⁽²⁾. Mas tal reflexão não se ficava por uma simples aceitação dos factos, antes implicava uma aplicação imediata ao caso português: «No estado actual dos meios conhecidos de ataque

(¹) Combate do «Monitor» e do «Merrimac» a 8 de Março de 1862.

(²) A. F. de Sousa Pinto, «Os Campeões» in *Revista Militar*, 15/05/1862, págs. 249-254.

e de defesa, o que nos parece mais razoável e oportuno, é conservar essas fortificações (as de Lisboa) como existem, prepará-las apenas para receber alguns canhões de grosso calibre, e destinar para a defesa do rio o número conveniente de conhoneiras couraçadas a vapor»⁽³⁾.

A *Revista Militar*, atenta a esta evolução, publicou novos artigos a propósito das guerras entre a Áustria e a Prússia⁽⁴⁾ e a França e a Prússia levando a um debate, entre dois dos seus colaboradores, sobre a qualidade da artilharia alemã⁽⁵⁾.

Estes trabalhos pesaram, sem dúvida, nas decisões tomadas pelos responsáveis políticos no tocante à aquisição de material militar moderno nas décadas que se seguiram e condicionaram também as perspectivas estratégicas respeitantes à defesa do território, especialmente no que se refere à utilização dos caminhos de ferro. Efectivamente, a sua construção alterava completamente os dados relativos à defesa nacional e criava problemas específicos⁽⁶⁾ que tinham de ter em conta considerações de ordem económica e política: «A razão económica e a razão estratégica recomendam ao Governo que se decida a dar a preferência ao caminho de ferro da Beira, na direcção de Almeida. Atendido, como é de razão, o que convém à defesa do País, há muito vasto campo para os poderes públicos poderem manifestar a sua actividade, e empenho pela prosperidade da nação»⁽⁷⁾.

Assim, uma política de defesa nacional coerente impunha uma articulação eficaz entre os aspectos técnico-militares e as necessidades de desenvolvimento económico do País.

⁽³⁾ Cordeiro, «Dos Fortes Avançados como Defesa dos Portos», in *Revista Militar*, 31/06/1862, págs. 381-384.

⁽⁴⁾ José Nuno Pereira Barbosa. «Estudos Sobre a Campanha da Boémia de 1866», in *Revista Militar*, 15/01/1870, págs. 6-16.

⁽⁵⁾ António Florêncio de Sousa Pinto, «Notícias da Guerra», in *Revista Militar*, 15/12/1870, págs. 429-436, e Cordeiro, «A Artilharia Francesa e a Prussiana, Avaliadas Perante os Factos da Actual Campanha», in *Revista Militar*, 20/02/1871, págs. 81-91.

⁽⁶⁾ «Ora um caminho de ferro pelo Vale do Mondego tem imensa importância para a defesa do país (...) porque em caso de invasão pela Beira, como já aconteceu em 1762, e em 1810, o que temos a fazer é cobrir a base de operações, que é Lisboa, e não o Porto, e aproveitar a viação acelerada para a prontidão dos movimentos, e para a expedição dos reforços, e material de guerra, assim como para o fornecimento de subsistências.» Luís Augusto Pimentel, «Considerações Estratégicas sobre o Caminho de Ferro da Beira», in *Revista Militar*, 15/12/1865, pág. 544.

⁽⁷⁾ Idem, pág. 549.

III — O PRINCÍPIO DAS NACIONALIDADES

Se os aspectos tecnológicos pesavam, de forma particular, nas opções a tomar, era preciso ter também em consideração os perigos imediatos que pareciam ameaçar Portugal.

Estes perigos constituíam preocupação constante bem patente na análise do diferendo entre a Prússia e a Dinamarca, em 1864: «... É porque a questão do Schleswig-Holstein tem mais relação com o nosso modo de existir do que o interminável e longíquo debate dos confederados e federais (...) como os dinamarqueses só com os recursos do nosso patriotismo podemos contar para salvar a nossa autonomia»⁽⁸⁾.

A sensação de isolamento resultava da observação da evolução política internacional, marcada pela unificação italiana e alemã. Com efeito, podiam estabelecer-se facilmente paralelismos entre o destino do Reino de Nápoles face ao Piemonte e o de Portugal face à Espanha. O receio duma «União Ibérica» punha directamente em causa a existência do nosso país como estado independente, sendo difícil produzir uma resposta adequada.

O equilíbrio entre as grandes potências europeias, nascido do Congresso de Viena de 1815, tinha sido profundamente modificado pela evolução histórica. Com efeito, o princípio da legitimidade em que assentava fora imediatamente posto em causa pelo chamado «princípio das nacionalidades», surgido após as revoluções de 1848 na Europa.

Tal «princípio» reconhecia a todo o grupo social possuidor de uma origem, uma história, um modo de vida e um território comum, o direito à independência. Porém, havia uma interpretação que favorecia os maiores Estados-nacionais (existentes ou em formação), já que ligava a existência daqueles à capacidade de dispor de um conjunto de condições necessárias a um desenvolvimento económico e social harmonioso. Assim, os pequenos estados deveriam integrar-se em unidades maiores, viáveis em termos económicos e capazes de assegurar um progresso, paradigma da era das nacionalidades.

Esta concepção que legitimou a unificação alemã e italiana, punha em causa a existência de outros pequenos estados europeus (caso de Por-

(8) «Aos dinamarqueses, nem sua irmã a Suécia da vizinha riba lhe estende a mão; nem sua protectora a Inglaterra, lhe oferece o escudo, nos peitos de seus soldados ou nos armstrongs das suas naus de guerra!» A. F. de Sousa Pinto, «Outra vez os Tiros do Canhão Prussiano», in *Revista Militar*, 15/07/1864, págs. 374-384.

tugal), tanto mais que velhas potências europeias como a Áustria e a França se mostravam completamente impotentes perante a agressividade dos recém-chegados. Face a tal situação, as respostas passavam sem dúvida por uma estratégia de desenvolvimento nacional coerente, mas implicavam também uma mobilização dos recursos humanos, mobilização que exigia a existência de um exército permanente, numa época em que os exércitos nacionais congregavam enormes efectivos: «Não se carece indicar que a diferença numérica entre as tropas alemãs e as francesas foi uma das causas principais dos reveses que estas têm sofrido. Nas diversas batalhas que tiveram lugar antes da capitulação de Sedan, os prussianos apresentaram sempre em linha, tropas em número muito superior aos franceses ...»⁽⁹⁾.

Não menos importante era a criação de estruturas militares que permitissem obter uma mobilização rápida: «Na Prússia, uma excelente lei militar, permitia de elevar o efectivo do exército a 1 000 000 de homens pelo menos; em consequência da qual, toda a nação alemã se achou armada de um para o outro dia, organizada e munida do seu material de guerra»⁽¹⁰⁾.

Todavia, além da necessidade de organização adequada de recursos humanos e da mobilização da nação, não se podia esquecer a importância da existência duma «intelligentsia» militar, materializada num corpo de Estado-Maior moderno trabalhando segundo princípios científicos: «... não devendo esquecer o variadíssimo serviço, que devem fazer os oficiais do corpo do estado-maior, (...) porque são os grandes auxiliares dos generais, como bem e distintamente mostraram os do exército da Prússia, aos quais é atribuído o grande e espantoso resultado da campanha de 1866»⁽¹¹⁾.

Uma nova era nascera na qual o número, embora importante, não bastava. Era necessário que fosse complementado pela qualidade, qualidade essa que implicava um nível cultural elevado exigindo um progresso intelectual geral da nação. Não seria, aliás, por acaso que o exército prussiano aparecia como exemplo acabado de um exército moderno, beneficiando simultaneamente dos recursos de uma nação industrializada e de um sistema educacional dos mais avançados da época.

⁽⁹⁾ António Florêncio de Sousa Pinto, «Notícias da Guerra», in *Revista Militar*, 15/12/1870, pág. 429.

⁽¹⁰⁾ «O mesmo não acontecia à França. A lei sobre a guarda nacional móvel, adoptada pelo corpo legislativo em 14 de Janeiro de 1868, não tinha sido posta em execução até à época da declaração de guerra.» António Florêncio de Sousa Pinto, «Notícias da Guerra», in *Revista Militar*, 15/12/1870, pág. 429.

⁽¹¹⁾ «O Anno de 1870», A Redacção, in *Revista Militar*, 15/01/1870, pág. 4-5.

Vemos, assim, que a *Revista Militar* soube equacionar, de forma correcta, os problemas que se colocavam à defesa nacional, não se limitando a uma descrição atenta da evolução dos acontecimentos, mas propondo soluções adequadas aos recursos humanos e materiais disponíveis. Ao fazê-lo, não descurou a necessidade de uma inter-relação, com os aspectos de ordem económica e política, mas antes procurou integrá-los num todo coerente, centrada na noção de nação.

Desta forma, foi capaz de perceber as transformações socioculturais adaptando as próprias bases conceptuais da sua reflexão às mutações em curso.

Assim, o discurso que sobressai das suas páginas é marcado por uma modernidade que, sem descurar a imprescindível racionalidade científica, se destaca pela recusa dum convencionalismo de ideias e opta por um esforço de inovação que foi um contributo importante para a renovação do pensamento político português oitocentista.

Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva

Mestre em História Cultural e Política
pela Universidade Nova de Lisboa

Assistente da Universidade Lusíada

AS BASES CONCEPTUAIS DO ENSINO
E DA INVESTIGAÇÃO NO EXÉRCITO

Rui Lobato de Faria Ravara

AS BASES CONCEPTUAIS DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO NO EXÉRCITO

NOTA PRÉVIA

1. Esta comunicação foi apresentada em 30Nov88, no INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL, integrada na mesa-redonda sobre: — «Caracterização geral da estrutura dos conhecimentos teóricos e práticos a considerar no ensino e investigação sobre Segurança e Defesa Nacionais e afins» — e, mais concretamente, no tema geral: — «Caracterização dos conhecimentos propriamente militares. Ideia da sua aplicação aos ensinamentos praticados nas Forças Armadas Portuguesas».

2. Atendendo aos objectivos da mesa-redonda em cujo âmbito se inscreveu esta comunicação, não se abordou na totalidade o vastíssimo campo de análise que o tema engloba; entre outros, não foram desenvolvidos os aspectos relativos aos Tirocínios, aos Cursos de Promoção a Capitão, ou sequer aflorados os numerosos cursos e estágios de qualificação, nacionais e no estrangeiro, os cursos interforças/ramos das FA, frequentados pelos quadros permanentes, os cursos de «milicianos», a formação e especialização das praças.

I — PREÂMBULO

O tema que me foi proposto reveste-se do maior interesse e envolve particular responsabilidade no seu tratamento, os quais advêm da importância da actividade em que se inscreve a sua apresentação e da elevada qualificação da audiência a que se dirige, mas também do facto de implicar a abordagem de matéria cujos elementos essenciais não estão formal e institucionalmente definidos, como tal.

Assim, sublinho enfaticamente que as reflexões e análises produzidas, muito embora se fundamentem tanto e quanto possível em suporte documental fidedigno, em muitos casos com carácter oficial, não traduzem, na

expressão final de que se revestem e na sistematização utilizada, mais do que a opinião pessoal do autor.

Outra referência preliminar que se me oferece prende-se com o facto da abordagem do tema, por razões de simplificação e eficácia, não ter abrangido o enquadramento das directivas, orientações e decisões institucionais militares em matéria de ensino — fundamento da minha análise — no ambiente externo social e político envolventes, designadamente em termos de política geral de defesa e consequentes objectivos e programas da Instituição Militar, em particular os atinentes à formação do seu pessoal.

A concluir esta nota preambular suponho ser conveniente delimitar com a clareza possível o âmbito do tema, porque se verifica que em meios estranhos à Instituição Militar nem sempre são conhecidos aspectos particulares da sua organização como sejam os que passo a focar.

Por força do quadro legal vigente, nomeadamente, da lei do serviço militar que institui o regime geral, pessoal e obrigatório para a prestação desse serviço pelos cidadãos nacionais, a formação e preparação do pessoal que constitui o Exército Português tem de atender basicamente à destrição entre aqueles que constituem o seu núcleo permanente, os que aderem por vocação, voluntariamente, à condição militar que personaliza a Instituição, e aqueles que na satisfação do direito e no cumprimento do dever de cidadania constitucionalmente consignados são incorporados, periódica e temporariamente nas fileiras militares.

Considera-se que para os fins pretendidos com o tratamento deste tema interessa privilegiar quanto se prende com a formação e preparação do núcleo profissional do pessoal militar, ou sejam, os «Quadros Permanentes», pois é nestes que reside a «condição» que os identifica e distingue dos restantes grupos sociais, sem no entanto esquecer os apontamentos necessários e convenientes sobre o pessoal em «Serviço Efectivo Normal».

Anote-se, aliás, que no léxico militar se reserva normalmente o termo «ensino» para a formação básica dos quadros permanentes, bem como aos posteriores cursos integrados na sua formação contínua, uns e outros ministrados nos «Estabelecimentos de Ensino Militar», quer os de nível equivalente ao secundário (como seja a Escola de Sargentos do Exército) quer os de grau superior (o Instituto Superior Militar, a Academia Militar, o Instituto de Altos Estudos Militares). Quanto ao termo «instrução», aplica-se principalmente à formação básica e especializada do pessoal em serviço efectivo normal, quer ao nível das praças quer ao dos oficiais e sargentos,

embora também abranja a preparação colectiva na qual se integram os quadros permanentes.

Postas estas considerações preliminares, passo a uma breve resenha histórica da evolução do ensino militar por tal me parecer útil para a melhor compreensão dos conceitos e normas por que se rege actualmente.

II — NOTÍCIA HISTÓRICA

Se tempos recuados houve em que ao chefe militar era suficiente dispor de braço forte e coragem viril para se afirmar e ser reconhecido como tal, remonta já à antiguidade a constatação de que certamente se juntavam a esses predicados outros menos notórios, como o senso prático e o lúcido discernimento.

Camões, ao afirmar que «não houve forte capitão que não fosse também douto e ciente», mais não fez do que proclamar uma verdade solidamente estabelecida já no seu tempo.

Sendo embora de todos reconhecido o carácter eminentemente prático da actividade guerreira, foi, por certo, paralela e simultaneamente, entendida a conveniência de criar as melhores condições para o bom êxito dessa actividade. Nesta óptica, e para além das simples práticas ligadas à preparação individual dos combatentes nas lutas, na esgrima, na caça, nas justas e nos torneios, muitos houve, por certo mais esclarecidos e dotados intellectualmente, que procuraram encontrar, através do estudo e reflexão sobre experiências e práticas anteriores, uma capacidade inicial acrescida para enfrentar as situações possíveis.

Com o tempo e sucessivas elaborações, este procedimento permitiu muito naturalmente, de forma mais ou menos metódica e formal, identificar os aspectos mais significativos das diferentes situações, os elementos comuns das comparações estabelecidas, os possíveis nexos de causalidade e, com base nestes, formular hipóteses, que, experimentadas com êxito, consagraram ditames e normas de actuação para futuras situações.

Dado que, diferentemente de outros fenómenos sociais, a guerra foi e ainda é, infelizmente, algo de frequente na vivência social, houve largo campo e prolongado tempo para a consolidação dos conhecimentos empiricamente adquiridos.

Assim, na remota antiguidade, os conhecimentos militares formaram-se e desenvolveram-se por uma série sucessiva de experiências acumuladas, e

seguiram o processo empírico fundado na experiência e por esta verificado, o que representa uma fase rudimentar do «estado positivo» (no dizer de Augusto Comte), como actualmente se reconhece em todas as artes e ciências.

A literatura militar «dogmática» adoptou, desde a antiguidade, os processos lógicos do método positivo, mas sem satisfazer às condições de precisão e rigor que ele exige.

Portanto, todos os conhecimentos militares nasceram da experiência e da história; desenvolveram-se depois na literatura «dogmática» em partes mais ou menos especiais, as quais são sucessivamente corrigidas e verificadas pela história, de maneira que as duas classes da literatura militar (a histórica e a dogmática) concorrem para esse desenvolvimento, ligando-se intimamente entre si numa combinação que nunca deixa de existir, embora possa algumas vezes ser menos aparente.

Esta combinação leva todos os conhecimentos militares a seguir o método e a adquirir os caracteres da ciência positiva, empregando os seus processos lógicos ligados entre si e com a experiência pela ordem que este método estabelece.

Deste modo, afigura-se ser hoje incontroverso considerar o corpo de conhecimentos relativos à actividade militar como uma ciência social, positiva, com o seu objecto, limites e método claramente definidos.

É interessante notar que o corpo de conhecimentos que a ciência militar abrange tem raízes muito recuadas na história, como as simples referências à estratégia, à táctica e à poliorcética (arte de pôr cerco às cidades) por parte de Platão, Tucídides (470 a. C.) e Xenofonte (400 a. C.) comprovam.

Posteriormente, às disciplinas mencionadas juntam-se a fortificação, a balística, a engenharia, a arquitectura, estas últimas, pela sua natureza, igualmente abertas a outros campos de actividade humana que não os exclusivamente militares.

A constatação das vantagens de uma apropriada preparação das actividades que se prendiam com a guerra, fundamentada já na existência de um corpo de conhecimentos pertinentes devidamente valorado e sistematizado por uma plêiade de espíritos notáveis com Machiavel (Séc. XVI), o Duque de Rohan (Séc. XVII), Vauban (Séc. XVIII), Guibert (Séc. XVIII), Von Bulow (Séc. XIX), Jomini (Séc. XIX), Arquiduque Carlos (Séc. XIX), Clausewitz (Séc. XIX), conduziu à criação e funcionamento de estabeleci-

mentos próprios para o ensino militar, a partir do século XVII, e principalmente nos séculos XVIII e XIX de uma forma mais consequente. Assim, e porque o nosso país foi neste domínio, em muitos casos, um precursor, e noutros acompanhou o estágio geral da Europa, vejamos essas realizações:

A primeira referência histórica cabe, por precedência, à «AULA DA ESFERA» que existiu no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, de 1590 a 1759, dirigida pelos jesuítas e que formou, a par dos pilotos e navegadores que se notabilizaram no período histórico dos Descobrimentos, dos cartógrafos que os registaram, os militares que deram corpo à expansão, no ultramar, e defenderam o reino, designadamente nas ciências da artilharia e da fortificação.

Já no período das Guerras da Restauração, na praça de Elvas, os jesuítas abriram aulas de «matemáticas», incluindo elementos sobre engenharia militar e fortificação, frequentadas por numerosos oficiais.

Data do mesmo período a «AULA DE FORTIFICAÇÃO E ARQUITECTURA MILITAR», criada em 1647 em Lisboa.

A partir da segunda metade do século XVIII o ensino dos oficiais do Exército assume uma feição mais marcadamente técnico-profissional, como se constata com a criação do «REAL COLÉGIO DOS NOBRES» na Corte, em Lisboa, em 1761, a instituição em que se praticou pela primeira vez no nosso País a oficialização das ciências exactas, e que se destinava a habilitar os futuros altos responsáveis militares.

Seguem-se, a criação da «ACADEMIA REAL DE FORTIFICAÇÃO, ARTILHARIA E DESENHO», em 1791, em Lisboa, de «ACADEMIAS MILITARES» nas praças de Almeida, de Elvas e de Viana do Castelo, da «ACADEMIA DE INSTRUÇÃO MILITAR» de Angra do Heroísmo (1799), da «ACADEMIA MILITAR» do Rio de Janeiro (1810) e da «ACADEMIA MILITAR DE GOA» em 1817, sucedendo esta à «AULA DE ARTILHARIA DA ÍNDIA» (1784) e à «AULA DE FORTIFICAÇÃO DA ÍNDIA» criada em 1812.

O ano de 1837, com o Marquês de Sá da Bandeira, marca a renovação profunda de todo o ensino militar com a criação da ESCOLA POLITÉCNICA, sob a égide do Ministro da Guerra, e da «ESCOLA DO EXÉRCITO», da qual o próprio Sá da Bandeira viria a ser o Comandante por um quarto de século (1851-1876).

Já no nosso século, após a implantação da República, a profunda reorganização do Exército de 1911 (Decreto de 25 de Maio), na sequência da adopção do princípio da «nação armada», introduz o sistema miliciano na organização militar, seguindo o processo de «abrir as largas portas dos quartéis para por elas entrarem todas as energias necessárias à defesa da Pátria que o Exército reúne, identifica, instrui e prepara para a grande obra de constituição da defesa nacional», na expressão do desenvolvido preâmbulo do decreto que promulga essa reorganização.

De acordo com esta orientação impôs-se a reorganização da Escola do Exército, que passou a ser «ESCOLA DE GUERRA». Os princípios que regiam o ensino superior são claramente estabelecidos no preâmbulo do decreto que a institui: — «Nestas condições, cresce a importância da Escola, porquanto esses Oficiais de carreira que ela criar terão de ser o espelho dos seus camaradas milicianos e a fiança do Exército. Impunha-se portanto, dentro da Escola, o desenvolvimento do ensino no que respeita não apenas às ciências militares mas também às sociais que não só ampliam os horizontes do saber mas tornam um oficial mais apto a ser o verdadeiro educador do povo, como hoje exige o princípio da nação armada em que todo o cidadão é um soldado para a defesa da Pátria, tendo portanto, no Oficial, não só o seu guia nos conflitos da guerra, mas o seu modelo de civismo nos convívios da paz.»

Ainda no âmbito desta profunda reorganização do Exército, foi reconhecida a necessidade de institucionalizar a formação contínua dos Oficiais do Exército sendo para o efeito criada, além de outras, a ESCOLA CENTRAL DE OFICIAIS (ECO) nesse mesmo ano de 1911. Nesta escola se pretendia garantir o ensino dos conhecimentos exigidos para a promoção ao posto imediato dos tenentes, capitães e majores, fossem eles dos quadros permanentes ou milicianos, das armas como dos serviços.

Curiosamente, os cursos de informação ministrados na ECO tratavam predominantemente questões da área da táctica, limitando-se a algumas conferências sobre organização, geografia e história militar a abordagem das restantes áreas do saber.

Ainda no domínio da formação contínua dos Oficiais, são também instruídos nessa época os Cursos de Tiro (nas Escolas de Tiro) e Cursos

Técnicos de Engenharia, de Administração, de Médicos e Veterinários Militares.

Após a I Guerra Mundial e à luz da experiência colhida, a Escola Central de Oficiais é reorganizada (DL 13 464 de 1927), passando a ministrar cursos de informação ou de promoção para todos os postos de oficiais dos quadros permanentes das armas e serviços, de capitão a oficial general, e também o Curso de Estado-Maior. Competia ainda à ECO assegurar a uniformidade de interpretação da doutrina regulamentada e de servir de centro de estudos práticos e campo de ensaios do Estado-Maior do Exército.

Em harmónica sintonia com o ambiente sociopolítico envolvente, o ensino superior militar foi reorganizado em 1940 à luz de conceitos enformadores claramente expressos nos diplomas legais que instituíram os novos estabelecimentos de ensino — a Escola do Exército e o Instituto de Altos Estudos Militares.

No Decreto-Lei 30 874, de 13Nov40, que cria a Escola do Exército, é transparente o propósito de retirar da formação dos futuros oficiais todos os conhecimentos relativos às ciências políticas e sociais, em clara oposição ao espírito da reforma de 1911 — «Aos alunos da Escola do Exército deve apenas ser exigido o que é indispensável à sua formação técnica e militar e ao exercício da profissão. Tudo o que sob este aspecto seja dispensável e mesmo aquilo que não seja essencial deve ser sacrificado e posto fora das suas preocupações de estudantes.» Mais adiante, de forma mais gritante, dizia-se: «Mas, acima da preparação técnica e da cultura geral, importa criar e desenvolver nos Oficiais forte espírito militar — garantia da obediência sem limites».

Em relação ao outro estabelecimento de ensino superior militar, o «INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES» (IAEM) que veio substituir a Escola Central de Oficiais, o Decreto-Lei n.º 30 240, de 10Jan1940, dando continuidade ao conceito de formação contínua dos oficiais, mantém os cursos de promoção aos diferentes patamares da carreira militar, e os cursos de estado-maior, porém, é somente em relação ao acesso ao generallato que reconhece a exigência de os conhecimentos ministrados abrangerem, além da táctica, «todos os aspectos da cultura geral e especializada necessários a um general para regular desempenho das suas funções na paz e na guerra».

É curioso assinalar algumas notáveis concepções que este mesmo diploma continha:

- «... é evidente que a ascensão ao mais alto posto da hierarquia militar não deve resultar apenas de aturado estudo de alguns meses ou da realização de um exame em particulares condições de felicidade. Ela deve ser a consequência lógica da reflexão e do trabalho desenvolvido durante toda a carreira».
- «O ensino será de índole essencialmente prática e ministrado com base nos trabalhos de aplicação»... «a resolução dos temas poderá ainda revestir a forma de exercícios de quadros ou jogo da guerra, de acção simples ou dupla»...
- «Com a colaboração, se possível, de oficiais do corpo do estado-maior que frequentem no Instituto cursos para promoção ao posto imediato».
- «Deverão igualmente ser organizados exercícios destinados a manter nos oficiais a preparação e o vigor físico necessários.»

Cerca de vinte anos depois, o ensino superior militar é novamente reformulado. A Escola do Exército é extinta e criada em sua substituição a ACADEMIA MILITAR (Dec.-Leis n.ºs 42 151 e 42 152, de 12Fev1959) e volta a ser reconhecida a necessidade de uma «sólida educação intelectual básica» para fazer face à «complexidade e ecletismo das funções que os futuros oficiais virão a exercer»; neste contexto são incluídas no currículo as cadeiras de Introdução às Ciências Sociais e de Sociologia Geral, entre outras.

Ao longo da resenha que vimos apresentando notou-se certamente que a quase totalidade das referências históricas contempla exclusivamente aspectos relativos ao ensino dos oficiais e aos estabelecimentos onde este era ministrado. Trata-se de uma opção deliberada que se fundamenta na presunção de residir precisamente nesta área, a da formação do núcleo profissional militar — que o quadro permanente de oficiais indubitavelmente representa —, o foco principal de interesse, face à temática a abordar. Acresce a necessidade de nos atermos aos limites postos à profundidade da abordagem a fazer. De qualquer modo, supomos que a evolução traçada é suficiente para preparar a análise que vamos prosseguir sobre a situação actual, objecto dos capítulos que se seguem.

III — BASES CONCEPTUAIS

Ao abordar-se a problemática das bases conceptuais do ensino militar, vem naturalmente à baila o objecto deste ensino, ou seja, o do corpo de conhecimentos a transmitir.

Tem-se por certo que hoje é matéria incontroversa, pacífica, a do reconhecimento de uma ciência militar que tem por objecto essencial o «facto de conflito», e que engloba um conjunto de disciplinas de diversa natureza, relacionadas umas com o conjunto de fenómenos envolventes desse conflito e outras directamente ligadas ao exercício das actividades decorrentes do seu desenvolvimento.

Não obstante o carácter pacífico desta assunção, supõe-se ser importante não esquecer a necessidade de uma permanente atitude, diremos, epistemológica, dos responsáveis pela formulação das novas disciplinas ou pela mera actualização e aperfeiçoamento dos conceitos nelas contidos a fim de se garantir a validade prática e o rigor científico adquiridos ao longo do processo da sua constituição.

Temos pois por assente que o ensino militar é a via, não a única nem a primordial, como adiante se verificará, para a difusão da ciência militar, a todos quantos esta possa interessar.

Outra noção que se reputa vantajoso notar é que a ciência militar corresponde a uma área de conhecimento profissionalizado, área essa ligada como tal a um sector de actividade humana normalmente exercida apenas na sequência de uma formação própria nesse domínio de conhecimento.

Neste contexto, porque a sua natureza o aconselha, quando não o exige, e porque as circunstâncias o permitem, o ensino militar (da ciência militar) situa-se a jusante de outras fases da educação geral dos elementos de uma sociedade politicamente organizada. Concretizando, o ensino da ciência militar (do seu corpo característico e essencial) exige o prévio conhecimento de uma variada gama de outras disciplinas científicas, quer fundamentais/ /instrumentais, como a matemática e a lógica, a física e a química, quer outras como a geografia, a história, a economia, o que a situa no nível do ensino superior, na via profissional.

Igualmente se sublinha desde já algo que adiante será desenvolvido, ou seja, o facto do ensino militar englobar não somente as disciplinas especificamente militares, mas também outras indispensáveis não só para a exacta compreensão do fenómeno que constitui o seu objecto, mas até

mesmo para o enquadramento da conduta militar no ambiente/meio envolvente.

Entrando no cerne do problema em análise diremos que para os fins que se pretendem com esta representação é óbvio que as bases conceptuais, pedagógicas e curriculares que presidem ao ensino e investigação praticados no Exército são as definidas pelo quadro legal vigente e decorrentes normas, directivas e instruções regulamentares.

Todavia, como se focou preliminarmente, importava conhecer a avariar as suas origens, o seu enraizamento, o processo da sua evolução, para deste modo se estabelecer melhor a sua consistência, enquadramento e valor actuais.

Nesta ordem de ideias, a análise da breve resenha histórica esboçada anteriormente permite destacar, com interesse para os fins deste tema, os seguintes elementos pertinentes:

A ciência militar, na sua permanente tarefa de pesquisa, estudo e prática sobre as praxes e regras que enformam o fenómeno guerra e caracterizam o seu desenvolvimento, configura-se como uma praxiologia. Sendo seu objecto essencial um fenómeno social, seus agentes e sujeitos, os homens, integra-se naturalmente no domínio das ciências sociais.

Conforme se referiu preliminarmente e vem agora à colação recordar, os elementos destacados da resenha histórica são os que se relacionam predominantemente com a formação e preparação do pessoal permanente do Exército e inscrevem-se nesta premissa os aspectos que seguidamente se irão abordar.

O ensino militar reveste-se de carácter eminentemente prático, intimamente ligado aos requisitos específicos da actividade particular a desempenhar e do nível de exigência desta e nesta medida, é progressivo, é parte de um trabalho permanente de reflexão e estudo individual, atende ao ambiente integrante da Instituição Militar englobando a transmissão de conhecimentos e cultura gerais, procura a formação integral, nos aspectos morais e cívicos, intelectuais e físicos, e reflecte, naturalmente, os vectores dominantes do meio político e social, científico e tecnológico envolventes.

Extraídos estes elementos significativos da análise histórica, vejamos o cenário actual em ordem a comprovar ou não a sua permanência na estrutura legal que suporta o ensino militar e a eventual emergência de novos aspectos conceptuais caracterizadores.

Tratando-se da análise do cenário actual, embora mantendo a tónica no ensino dos quadros profissionais, serão também abrangidas, por vezes, como se fez anteriormente, referências à instrução em geral, contemplando portanto, quer aquele pessoal permanente, quer os milicianos, oriundos do contingente em prestação de serviço efectivo normal.

A instrução e o ensino que actualmente se ministram no Exército tem como objectivos gerais «formar e preparar oportuna e adequadamente o pessoal dos quadros permanentes do Exército para o desempenho competente dos diversos tipos de funções que lhes competem, garantindo, além disso, o desenvolvimento das qualidades morais e intelectuais e a aptidão física que o devem caracterizar e impor» (Dir 1/87 do DI/EME).

Simultânea e paralelamente, os objectivos gerais da instrução e ensino do Exército contemplam a preparação do pessoal em serviço efectivo normal, necessário à constituição do «sistema de forças» do Exército, para a acção militar, bem como a reinstrução do pessoal das classes mobilizadas, e visam colaborar na melhoria do contingente a incorporar, directa e principalmente nos aspectos físico, moral e cívico e, indirectamente e quanto possível, no aperfeiçoamento do seu nível cultural e profissional (Dir 1/87 do DI/EME).

Focando agora a nossa atenção no pessoal profissional, outro importante aspecto que ressalta do quadro normativo vigente é que «a formação, promoção e qualificação dos «quadros» tem carácter de permanência e de continuidade e obtém-se essencialmente através do seu empenhamento pessoal de valorização, independentemente das acções de ensino e instrução programadas, e do acesso a um maior nível de conhecimentos e sua actualização, mediante a frequência de cursos organizados» (PTEC-1987).

Particularizando ainda mais a nossa análise e afinando a focagem para o universo particular dos quadros de Oficiais, indubitavelmente o de maior interesse para os fins desta apresentação, anota-se que subjacente aos diferentes preceitos legais que enformam os conceitos que presidem ao seu ensino pode discernir-se a preocupação de corresponder ao desejável «perfil» do Oficial, cujas linhas mestras se podem traduzir em:

- Sólida formação militar, cultivando virtudes e reflexos de comportamento (sentido do dever e da honra, espírito de disciplina, de camaradagem, coragem física e moral, sentido do risco, espírito de sacrifício, culto da responsabilidade, confiança, decisão) específicos.

- Capacidade de comando, expressa quer em termos de chefia/liderança (capacidade de influenciar pessoas) quer de gestão/administração (capacidade de planear, organizar, coordenar, dirigir e controlar recursos).
- Capacidade de ensinar/instruir, de transmitir conhecimentos (comunicar), em períodos de tempo limitados, a grupos numerosos.
- Compreensão do ambiente envolvente.

Da necessidade de atender aos traços dominantes do perfil desejado decorre a inclusão no ensino básico — de formação inicial — (aquele que ministra a habilitação mínima específica para o desempenho funcional) de três componentes principais: a técnico-militar, a técnico-científica e a humanística, todas porém cimentadas por uma permanente preocupação com os aspectos relativos à formação ético-militar.

Em resumo e conclusão, a base conceptual do ensino militar dos Oficiais dos quadros permanentes do Exército reside no reconhecimento de que «a formação básica dos oficiais dos quadros permanentes das forças armadas reveste-se de superior importância no contexto nacional pelas exigências específicas de ordem moral, intelectual e física que caracterizam a condição militar. A complexidade e o ecletismo das funções dos futuros oficiais, resultantes da servidão própria da profissão, do permanente e acelerado desenvolvimento tecnológico e dos problemas humanos que têm de enfrentar como chefes militares, como educadores e como instrutores, obrigam a uma sólida, intensa e específica preparação básica de nível superior, em moldes análogos aos das universidades, necessariamente marcada por uma profunda componente ético-militar, característica da própria instituição (Decreto-Lei n.º 48/86, de 13 de Março).

Num esforço final de síntese, parece-nos lícito focar os seguintes aspectos enformadores essenciais.

O ensino militar:

- visa a formação completa (geral, técnica e fundamental), de forma integrada e adaptada ao grupo particular a que se dirige;
- tem carácter eminentemente prático, sem esquecer o indispensável substracto teórico, adequado à função, ao seu nível de exigência e às circunstâncias;

- é progressivo, no quadro de uma formação contínua enquadrada num trabalho permanente de reflexão e estudo individual;
- reflecte e reflecte-se no meio envolvente;
- tem forte componente demonstrativa (pela via institucional)).

IV — PRINCÍPIOS E REGRAS PEDAGÓGICAS

Na sequência da identificação das bases conceptuais do ensino militar e, em particular, dos objectivos gerais prosseguidos, analisar-se-á a questão das suas bases pedagógicas.

Começaremos por atender a todo o universo do pessoal do Exército (oficiais e sargentos dos quadros permanentes e pessoal do contingente em serviço efectivo normal).

Considerando que se exige do Exército a manutenção de elevados padrões de eficiência, alcançados da forma mais rendosa possível em termos de custo-eficácia, que a instrução/ensino é apenas um dos meios a utilizar para se alcançar a eficiência pretendida, conclui-se naturalmente que a instrução/ensino não é um fim em si mesmo, devendo ser enquadrado no contexto global do sistema em que se insere, no caso, o Exército, suas finalidades, condicionamentos e necessidades.

Estas considerações determinaram aos responsáveis do Exército a adopção de uma filosofia de instrução/ensino que realça a inter-relação entre estes e outros sistemas, tais como os de administração do pessoal, de material, de logística, o financeiro e o operacional, bem como a interdependência das partes componentes do próprio sistema de instrução/ensino.

Nestes termos, a base de planeamento dos cursos reside na análise das funções a desempenhar pelos instruendos, a fim de corresponder ao pragmatismo e adequação que se pretendem. Por outro lado, tendo presente que, em termos de custo-eficácia, a experiência tem demonstrado ser mais útil definir os objectivos de instrução pelos parâmetros relacionados com o nível de execução alcançado, mais do que pelo nível de conhecimentos, o que importa é especificar aquilo que o militar tem de ser capaz de fazer e não aquilo que tem de saber.

Desta filosofia de abordagem, sistemática e pragmática, decorrem as linhas mestras — princípios — que orientam a instrução/ensino no Exército:

- objectividade;
- progressividade;
- integração.

A aplicação do princípio da objectividade determina que seja ensinado tudo o que for necessário, mas não mais do que o necessário.

Com o princípio da progressividade procura-se que a formação do pessoal se vá processando de forma gradual, adequada à função e ao nível de exigência dentro desta, mas visando igualmente manter sempre o aliciante de um estímulo na aquisição de novos conhecimentos para funções mais responsáveis.

A integração refere-se quer à dos conhecimentos individuais específicos na realização de tarefas comuns de grupos progressivamente maiores e mais complexos (subsistemas e sistemas traduzidos em subunidades e unidades da organização do Exército), quer também na aplicação do princípio de actuação operacional por «sistemas de armas combinadas» (agrupamentos e subagrupamentos tácticos), tudo impondo uma ligação perfeita das várias fases da formação (preparação) individual e colectiva dos instruídos.

Expressos os princípios gerais que orientam a instrução/ensino no Exército, reputa-se conveniente aprofundar mais, dentro das limitações desta exposição, a problemática do ensino dos quadros permanentes, e designadamente, a dos oficiais, por ser paradigmática da instituição militar.

Reportando-nos às bases conceptuais anteriormente identificadas, relembramos que a essência do ensino superior militar reside no conceito de educação permanente/formação contínua, ao longo da carreira, de modo a corresponder adequadamente às exigências do desempenho de cada posto/cargo/função.

Assim, o passo inicial no domínio próprio da instituição militar para aqueles que a ela aderem por vocação é dado nos cursos de formação, nos quais recebem a habilitação mínima de base, específica em termos técnico-profissionais, para o desempenho funcional próprio do grupo — oficiais ou sargentos — em que se enquadram.

Os cursos de formação básica são ministrados em estabelecimentos de ensino apropriados aos graus de habilitação inicial e final requeridos:

- a Academia Militar forma oficiais, conferindo o grau académico de licenciatura em ciências militares, num curso de 5 anos;
- o Instituto Superior Militar forma oficiais oriundos essencialmente de licenciatura em ciências militares, num curso de 5 anos;
- o Instituto Superior Militar forma oficiais oriundos essencialmente (e também os de promoção) aos sargentos.

Todos estes cursos de formação, na medida adequada ao seu nível, ministram uma formação técnico-científica e humanística capaz de facultar aos futuros quadros permanentes os conhecimentos e a cultura geral indispensáveis ao exercício da função militar e as bases necessárias ao seu contínuo aperfeiçoamento ao longo da carreira, e promovem a formação técnico-militar necessária ao eficiente desempenho das funções inerentes aos quadros permanentes. Paralelamente, fomentam adequada educação moral, cívica e militar, visando desenvolver nos futuros quadros o alto sentido do dever e da honra e outros atributos de carácter, assim como a compreensão da missão nacional e da função social das forças armadas. Ministram também a educação física indispensável para desenvolver o desembaraço necessário ao exercício da profissão, dotando-os do vigor imprescindível ao chefe militar como condutor de homens em campanha, e inculcando-lhes um útil espírito de actuação colectiva em equipa (diplomas constitutivos das escolas referidas).

O ensino, no Exército, não se esgota, porém, como já se sublinhou, com a formação básica do seu pessoal. Prossegue ao longo de todo o desenvolvimento da sua carreira profissional (naturalmente, dos seus quadros profissionais), com carácter de permanência e continuidade, mediante a frequência de cursos organizados, em respeito do princípio de formação/contínua, e em complemento do permanente trabalho de estudo e reflexão de cada um.

Os cursos integrados na formação contínua, subsequente à formação inicial, são predominantemente ministrados no Instituto de Altos Estudos Militares, para Oficiais, continuando, para Sargentos, a ser professados na Escola de Sargentos do Exército.

Estes cursos, visando a formação adicional, têm estreita ligação com o desenrolar da carreira, como já se mencionou, designando-se por cursos

de promoção aqueles que conferem a habilitação do nível requerido para o preenchimento de funções de grau hierárquico superior, e por cursos de qualificação aqueles que conferem maior nível de especialização técnico-profissional numa área determinada.

É no domínio dos cursos ministrados pelo Instituto de Altos Estudos Militares aos oficiais dos quadros permanentes do Exército que discernimos ainda com maior clareza e precisão as bases pedagógicas que enformam o ensino militar.

Tendo presente que os referidos cursos correspondem à fase de formação contínua e, portanto, subsequente do ensino ministrado na fase de formação básica ou inicial, na Academia Militar e Instituto Superior Militar, eles pretendem constituir um espaço alargado para estudo e reflexão, intensivo e orientado, através de um conjunto de actividades preferencialmente participadas.

Parafraseando o então Tenente-Coronel Foch, sem perder de vista a dificuldade de conceber a preparação das acções de guerra, plenas de paixão, brutalidade, imprevisto e rapidez de actuação, através do estudo, que se desenvolve no sossego, com método, pela reflexão e pela razão, é fundamental encontrar as vias para a sua conciliação, conferindo às experiências adquiridas o substracto de teoria e de prática sem o qual essas experiências resultam estéreis e falhas de sentido. Como disse JEAN GUITTON, da Academia Francesa, «é cada vez mais imperioso agir como homem de pensamento e pensar como homem de acção» (Boletins do IAEM n.ºs 15 e 13).

É nesta ordem de ideias que o ensino ministrado no Instituto de Altos Estudos Militares tem como objectivos gerais: «contribuir para a preparação dos oficiais com vista ao desempenho das funções que lhes possam vir a ser cometidas, proporcionando-lhes a prática de uma metodologia de estudo e decisão e, simultaneamente, proporcionar-lhes a aquisição de conhecimentos e técnicas com aquelas mesmas funções relacionadas, a teoria»; «capacitar os oficiais a situar a sua acção no quadro do exercício de responsabilidades de comando, chefia e direcção, em relação aos meios envolventes, militar e nacional, e a integrarem nas suas apreciações dados de natureza muito diversa»; «desenvolver nos oficiais o sentido do trabalho de grupo, preservando, no entanto, o carácter decisivo da reflexão indivi-

dual, e a aptidão para comunicar, sob forma escrita ou oral, em termos de sistematização clara, precisa e sintética» (Directiva 01/A/82 do IAEM).

Estes três objectivos são necessariamente complementares, ao ponto da sua estreita interligação nem sempre permitir delimitar o traçado das respectivas fronteiras.

A prossecução destes objectivos gerais é norteada pelos seguintes princípios fundamentais de actuação: «estimular a objectividade e o pragmatismo do ensino na adaptação às realidades»; «assegurar o empenhamento participativo dos discentes na concretização dos objectivos gerais do ensino, estimulando a sua participação activa quer na base dos conhecimentos sucessivamente obtidos quer a partir das qualificações e experiências específicas adquiridas ao longo das respectivas carreiras»; «exercer esforço preferencial no quadro das estruturas metodológicas e nas atitudes interpretativas, com prejuízo da simples memorização», «promover a exemplaridade do exercício de autoridade pelo corpo docente no sistema de ensino militar».

Identificados assim, de forma clara, os princípios e regras que norteiam o ensino militar, designadamente o seu ensino superior, constata-se, sem necessidade de esforço particular de análise, a sua conformidade com as bases conceptuais anteriormente definidas.

Nestes termos, sentimo-nos agora em melhores condições para passar à análise das estruturas curriculares do ensino.

V — ESTRUTURAS CURRICULARES

Todo o ensino militar contém, como se pode deduzir das análises e conclusões parcelares anteriormente apresentadas, três linhas de força que o norteiam e caracterizam. São elas as correspondentes à formação fundamental, à formação técnica e à formação geral.

Assim, quaisquer que sejam os grupos/classes particulares a que se dirige (oficiais, sargentos, dos quadros permanentes ou em serviço efectivo normal, praças), o seu âmbito (formação básica ou formação permanente) e o seu nível (secundário, superior, pós-graduação), estas três componentes integram os currículos dos correspondentes cursos, naturalmente, com o peso relativo mais adequado a cada um.

A formação fundamental procura desenvolver as qualidades intrínsecas que caracterizam o «homem de guerra» ou o preparam para actuar como

tal; são, primordialmente, as qualidades morais, apoiadas e complementadas por também exigentes qualidades intelectuais e físicas. «Corresponde à finalidade última de modificar, em profundidade e de modo durável, atitudes e comportamentos, sempre no respeito da personalidade de cada um» (1).

O segundo vector, a formação técnica, tem a ver com a criação das competências próprias da profissão militar, do seu cada vez mais exigente leque de especializações técnicas, sem deixar de ter presente o seu indispensável enquadramento no contexto específico da instituição militar e do seu objecto primário — a guerra.

Quanto à formação geral, «proporcionando os conhecimentos que hoje se exigem a todo o homem civilizado, alargando perspectivas e horizontes, numa abertura sobre o mundo exterior e numa relação esclarecida com os interesses e objectivos nacionais», visa integrar e manter integrado o militar na sociedade, evitando que se constitua uma casta especial, corpo estranho ao grupo social, com os malefícios inerentes.

É no respeito destas linhas de força que efectivamente se desenvolve o ensino militar, como seguidamente se caracterizará, embora em termos sumários.

Das linhas de força referidas, é expressa a preocupação com a adequação do ensino, o que aliás se sublinhou igualmente ao identificar as bases pedagógicas. Nesta procura da adequação aos sujeitos do ensino dedica-se particular cuidado à mais correcta distribuição das matérias técnico-profissionais pelas quatro grandes áreas funcionais que se podem individualizar em todos os postos/funções de natureza militar: a área do estado-maior, a da instrução e a da administração/gestão.

Outro aspecto de ordem geral que se atende na elaboração da estrutura curricular dos cursos é a sua integração, em ordem a respeitar os princípios da progressividade e da objectividade, ensinando tudo o que for necessário mas não mais do que o necessário.

Comecemos por analisar o primeiro patamar do ensino superior militar — pelo seu carácter paradigmático —, e na sua sede mais característica — a Academia Militar.

(1) Boletim do IAEM n.º 13.

Este estabelecimento de ensino superior militar, de acordo com os parâmetros definidos pelos Decreto-Lei n.º 48/86, de 13 de Maio, e Decreto-Lei n.º 302/88, de 2 de Setembro, tem por finalidade «proporcionar aos alunos dos diferentes cursos a formação científica de base, técnica e tecnológica, a par de preparação física e de adestramento militar, indispensáveis aos Oficiais do Quadro Permanente do Exército para o exercício das suas funções hierárquicas e técnicas»... «e a formação comportamental assente em sólida educação militar, moral e cívica, tendo em vista desenvolver os atributos de carácter... e as qualidades de comando e chefia inerentes à condição militar».

O ensino compreende duas grandes áreas, a de Formação Académica e a de Instrução e Treino, e engloba as seguintes vertentes fundamentais:

- «formação científica de base, de nível universitário, com vista a assegurar a aquisição dos conhecimentos e da dinâmica intelectual essenciais ao permanente acompanhamento da evolução do saber e ao desempenho proficiente da profissão»;
- «formação científica de índole técnica e tecnológica destinada a satisfazer as qualificações profissionais indispensáveis ao desempenho das funções técnicas, no âmbito de cada uma das armas e serviços do Exército»;
- «formação comportamental»;
- «preparação física e de adestramento militar».

«O regime de ensino tem carácter presencial obrigatório e desenvolve-se através de aulas teóricas, práticas, teórico-práticas, de laboratório e seminários, complementados por conferências e por trabalhos de aplicação, exercícios no campo, visitas e missões de estudo, de acordo com a pedagogia mais aconselhada.»

«No domínio das áreas científicas serão promovidas actividades de investigação para produção e desenvolvimento da ciência, formação metodológica e melhoria do ensino.»

A Academia Militar ministra os seguintes cursos: Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Transmissões, Administração Militar, Material e Engenharia, todos com a duração de cinco anos (incluindo o tirocínio) à excepção da Engenharia, com sete anos.

As actividades escolares distribuem-se por dois semestres lectivos, distribuídos pelos cinco dias úteis de cada semana, até ao máximo de oito tempos escolares com a duração de 45 minutos cada.

As «cadeiras» (matérias/disciplinas) abrangidas pelas três grandes áreas de formação mencionadas estão agrupadas por «Departamentos», os quais abrangem diversos «Grupos de Disciplinas» como se indica a seguir:

A) Ciências exactas e naturais

- 1 — Matemática, Informática e Representação gráfica.
- 2 — Física e Química.
- 3 — Ciências da terra e do espaço.

B) Ciências e tecnologias militares

- 1 — Organização, táctica e logística.
- 2 — Material e tiro.
- 3 — Comando e estratégia militar.

C) Ciências e tecnologia de engenharia

- 1 — Engenharia civil.
- 2 — Engenharia mecânica.
- 3 — Engenharia electrónica.

D) Ciências sociais e humanas

- 1 — Economia, gestão e administração.
- 2 — Ciências sociopolíticas e direito.

E) Instrução e treino

- 1 — Preparação e treino militar.
- 2 — Treino físico (inclui equitação e esgrima).
- 3 — Línguas estrangeiras.

As disciplinas («cadeiras») que integram os currículos da AM são cerca de 170 e a sua discriminação não interessa ao nosso tema.

Todos os cursos atrás referidos, ministrados na Academia Militar, englobam, de forma ajustada aos seus objectivos técnico-profissionais espe-

cíficos, «cadeiras» dos cinco departamentos, à excepção do curso de administração militar que não abrange nenhuma cadeira de engenharia.

A análise da distribuição percentual das matérias de cada um dos mencionados departamentos pelos diversos cursos e ao longo dos anos que os constituem (excepto o Tirocínio pela sua natureza muito específica) permite extrair as seguintes conclusões mais significativas:

A distribuição no 1.º ano é comum a todos os cursos e tem a seguinte caracterização:

- Cerca de 60 % para a área académica, 30 % para a instrução e treino e 10 % para o ensino das línguas e actividades circum-escolares.
- Dos 60 % que cabem à área académica, 49 % cabem às ciências exactas e da natureza e 9 % às ciências sociais e humanas, abrangendo as ciências e tecnologias militares apenas cerca de 3 % neste primeiro ano.

Considerando agora os planos dos cursos e a sua composição ao longo dos anos que cada um integra (à excepção do Tirocínio como já se referiu), destacam-se os seguintes aspectos mais significativos:

- O número total de Tempos Escolares (TE) atribuídos à Instrução e Treino (IT), ensino de Línguas Estrangeiras (LE) e Actividades Circum-Escolares (ACE), é igual em todos os cursos e em cada ano.
- A correspondente percentagem que é da ordem dos 30 % para a IT no primeiro ano vai decrescendo gradualmente até aos 19 %, enquanto a percentagem das áreas académicas cresce, em correspondência dos 60 % iniciais para os 71 %.
- As áreas de LE e ACE mantêm-se com os 10 % ao longo dos anos, com as LE a passar dos 5 % para os 8 % e as ACE decrescendo em correspondência.
- Comparando agora as áreas relacionadas com a formação científica geral (Departamentos A, C e D) com as de formação específica militar (Departamento B e a Instrução e Treino), constata-se que a primeira varia entre os 58 % no primeiro ano e os 12 %, enquanto a segunda, naturalmente, progride dos 32 % para os 78 %.
- As caracterizações próprias de cada um dos cursos (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Transmissões, Administração Mil-

tar e Material) leccionados na Academia Militar respeitam os parâmetros gerais já identificados, sendo que os elementos específicos de cada um se revelam no maior ou menor peso relativo dado às diversas áreas científicas como sejam as ciências e tecnologias de engenharia para os cursos de Transmissões, Material e Engenharia, e as ciências sociais e humanas para o curso de Administração Militar.

Desta breve síntese das estruturas curriculares do ensino superior ministrada pela Academia Militar ressalta com clareza a conformação com as suas bases conceptuais, isto é, visa a formação completa (geral, técnica e fundamental) de forma integrada e adaptada ao grupo particular a que se dirige, tem carácter prático, sem esquecer o indispensável substracto teórico, e é progressivo.

Os cursos da Academia Militar incluem todos um ano final de tirocínio, o qual, pelas suas características essencialmente técnico-profissionais, é ministrado nas Escola Práticas das respectivas Armas e Serviços.

Deste último ano dos cursos é suficiente dizer que respeita igualmente as bases conceptuais e pedagógicas do ensino superior dentro das suas especificações próprias, com natural desenvolvimento das actividades práticas, de aplicação funcional, e aprofundamento teórico-doutrinário da ciência militar.

O passo seguinte na formação contínua dos oficiais dos quadros permanentes do Exército é um outro curso programado, que visa preparar a sua promoção ao posto de capitão. O curso distingue-se também pela sua natureza essencialmente técnico-profissional, própria de cada Arma e Serviço e, como tal, também ministrado nas respectivas Escolas Práticas.

Não se esgota aqui a formação contínua programada dos oficiais dos quadros permanentes. No respeito dos princípios da objectividade, progressividade e integração ela prossegue, agora, pelo seu carácter interdisciplinar e abrangente, em sede mais qualificada para o efeito, o Instituto de Altos Estudos Militares.

Os cursos ministrados no Instituto de Altos Estudos Militares são principalmente cursos de promoção da carreira, inseridos no contexto da formação contínua dos oficiais dos quadros permanentes, subsequentes à sua licenciatura em ciências militares e, como tal, cursos de pós-graduação.

Os mais importantes são o Curso Geral de Comando e Estado-Maior que prepara os capitães para o acesso aos postos de oficial superior (major, tenente-coronel e coronel) e o Curso Superior de Comando e Direcção que contribui para a preparação dos coronéis para o exercício de altos cargos inerentes à categoria de oficial general.

Entre estes dois cursos de promoção da carreira inscreve-se o Curso de Estado-Maior, também com a duração de um ano lectivo, com a finalidade de qualificar os oficiais que o frequentam (majores e tenentes-coronéis) para o desempenho de funções de estado-maior.

Todas as matérias ministradas a este curso, de natureza técnico-profissional umas, gerais outras, estão agrupadas em três grandes áreas de ensino: a da táctica, a da estratégia e a da administração.

As disciplinas abrangidas por estas áreas de ensino são as seguintes:

Táctica

- Noções gerais de táctica (introdução à táctica aplicada).
- Táctica aplicada: de pequena unidade; de grande unidade.
- Apoio mútuo entre os ramos das Forças Armadas.
- Técnica de estado-maior: informações; operações.
- Preparação, conduta e avaliação de exercícios.

Estratégia

- Estratégia: terrestre, aérea, naval; estudos estratégicos.
- Geopolítica e Geoestratégia.
- Geografia militar.
- História militar.
- Ideologias e sistemas políticos.
- Direito internacional público.
- Economia e finanças.

Administração

- Comando e chefia.
- Teoria geral da administração.
- Administração de recursos humanos: em tempo de paz e em campanha; técnica de estado-maior (pessoal).

- Administração de recursos materiais: logística; emprego e funcionamento dos serviços; técnica de estado-maior (logística).
- Administração de recursos financeiros.
- Organização militar: cooperação civil-militar; missões de interesse público; defesa nacional e forças armadas.
- Operações civis-militares: assuntos civis; operações psicológicas.
- Comunicação de ideias.

Além destes são também ensinados o Inglês e praticada a Educação Física.

Em qualquer dos três cursos mencionados, a sua duração de um ano escolar, com seis tempos escolares diários, por regra, permite dispor de um total anual da ordem dos 900 tempos escolares de 50 minutos cada um.

Este total é distribuído pelas matérias das três áreas de ensino referidas e ainda pelas visitas e viagens de estudo (ao continente, regiões autónomas e estrangeiro) e diversas outras actividades de natureza administrativa e cerimonial.

No respeito pelos princípios e regras estabelecidos a distribuição percentual pelos três cursos é a seguinte em termos gerais:

	CGCEM	CEM	CSCD
Táctica	53 %	26 %	20 %
Estratégia	8 %	19 %	24 %
Administração	20 %	23 %	17 %
Visitas e Viagens	4 %	15 %	15 %
Outras actividades	15 %	17 %	24 %

Pelo especial interesse de que se reveste, sublinha-se a crescente importância que vem merecendo a Informática em qualquer dos estabelecimentos de ensino militar. Desde os cursos de formação básica, aos cursos de pós-graduação, a Informática constitui instrumento de uso corrente quer no âmbito dos estudos teóricos quer no das aplicações práticas. Dentro destas salientamos, por exemplo, no Instituto de Altos Estudos Militares, a existência de uma Secção de Informática que apoia a gestão do pessoal (docente, discente e administrativo), a gestão do ensino e áreas particulares deste, como sejam os «jogos de guerra», os jogos «TEMPO» (Technical Military

Planning Organization), o «IPB» (Intelligence Preparation of the Battlefield) e as simulações.

Vistas assim sucintamente as estruturas curriculares típicas do ensino militar, supõe-se ter sido patente a sua conformação com as bases conceptuais e com os princípios e regras pedagógicas que a ele presidem.

VI — A INVESTIGAÇÃO

A investigação é algo de intrínseco à actividade do ensino superior, através dos seus docentes, os quais se não podem considerar como tal se não se dedicarem, simultaneamente com a tarefa de transmissão dos seus conhecimentos, ao estudo e investigação da matéria que professam, com vista ao seu aprofundamento, desenvolvimento e actualização.

Igualmente cabe aos docentes a investigação dos princípios e métodos pedagógicos mais adequados, num permanente trabalho de interacção docente-discente, norteado pelo propósito de melhoria dos canais de comunicação e do maior rendimento final do ensino.

Estas duas áreas de investigação são parte integrante da nobre e dignificante tarefa docente, às quais naturalmente todos se dedicam na medida da sua capacidade e disponibilidade, sob pena de renegar a função.

Uma terceira área de investigação importa também considerar, normalmente proposta ou solicitada do exterior, e relacionada com a aplicação prática dos domínios de conhecimentos leccionados.

A instituição militar, e particularmente as suas escolas, têm correspondido a esta prática a qual ganha mais notória expressão no âmbito do ensino superior militar, isto é, nos estabelecimentos de ensino vocacionados para a formação básica e permanente dos oficiais dos quadros permanentes, profissionais.

Efectivamente, tem sido esse alfobre de espíritos conhecedores, experientes e dedicados que tem produzido, individualmente ou em grupo, autonomamente ou no quadro geral de investigação do Exército, o corpo de doutrina que regula a actividade militar, seja a administrativa ou a operacional, a estratégica como a táctica, quer através da produção de obras literárias, da participação em revistas e outras publicações especializadas, quer através da elaboração de regulamentos oficiais ou manuais escolares.

A talhe de foice ocorre-me recordar as obras do General Sebastião Teles, em particular a sua notável «Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares», as Conferências de Estratégia, do Coronel Tasso de Miranda Cabral, a «História do Exército Português», do General Ferreira Martins, os apontamentos de Estratégia, do Coronel Abel Cabral Couto, e as Incursões no domínio da Estratégia, do Coronel Loureiro dos Santos.

Em matéria de doutrina e com referência ao período mais recente, relembro os regulamentos de campanha sobre «operações especiais» (1954), sobre «o emprego das Forças Armadas em apoio da autoridade civil» (1960/61), o «guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra-guerrilha» (1961) e o Regulamento «O Exército na Guerra Subversiva» (1963).

Se por um lado o período de guerra no ultramar exigiu naturalmente um aturado esforço de investigação nas áreas doutrinárias e tecnológicas para responder às condições particulares desse conflito, fosse no domínio da organização territorial ou de campanha, da logística, da tática, como no do próprio ensino, na sua organização e métodos, o facto é que este aturado esforço só pôde ser desenvolvido em prejuízo do acompanhamento dos problemas ligados à guerra clássica, às novas tecnologias, aos novos conceitos estratégicos.

A partir de 1976, face ao novo contexto político e militar nacionais, iniciou-se um esforço de reformulação e actualização do nosso corpo de doutrina, esforço esse que se encontra hoje devidamente regulamentado, com clara definição dos conceitos informadores, competências e responsabilidades, metodologias de trabalho, prioridades e prazos para o seu desenvolvimento.

À luz deste enquadramento, é obviamente reconhecida a importância do papel a desempenhar pelos estabelecimentos de ensino superior, designadamente o do Instituto de Altos Estudos Militares, órgão de mais elevado nível do ensino superior do Exército ao qual compete «ministrar aos oficiais os cursos de promoção e de qualificação que tenham por objectivo complementar os seus conhecimentos profissionais e a sua cultura geral militar» e «realizar uma permanente investigação da evolução dos conhecimentos militares com vista a contribuir para a actualização e unificação das doutrinas do Exército e ainda para conferir ao ensino a adequada eficiência».

Voltando a nossa atenção da área da investigação doutrinária para a da tecnologia convém sublinhar o notável passado histórico de que Portugal se pode orgulhar, muito particularmente no nosso século de ouro — o XVI — quando fomos a nação mais avançada em matéria de inovação e criatividade em sectores de ponta, como o da construção naval, em especial a de barcos de guerra, o da artilharia naval — nas bocas de fogo como na técnica e na táctica de tiro — no prefabrico de conjuntos — das caravelas às fortalezas — na manutenção preventiva.

A este período de ouro segue-se longa e prolongada decadência, no contexto da qual a investigação no âmbito militar não pôde escapar ao quadro geral de subdesenvolvimento económico, científico e tecnológico em que caímos.

Hoje o Exército situa-se, como o País, num quadro de profundas transformações estruturais, debatendo-se com graves problemas de distribuição dos parcos recursos de que dispõe.

Por outro lado a elevada dependência externa que sofre em relação ao seu armamento e equipamento representam pesado ónus que, mais do que na vertente financeira, afecta a independência nacional.

Sendo irrealista pensar que o Exército de qualidade que se pretende possa ser construído na base da ajuda externa, reconhecendo igualmente a dificuldade da Nação poder atribuir muito mais recursos para a obtenção desse desiderato, as vias de possível solução terão de ser procuradas na mobilização da criatividade e da inovação, utilizando toda a infra-estrutura científica e tecnológica nacional em serviço da defesa, recorrendo com pragmatismo à maximização da sua capacidade produtiva no caminho da independência possível.

Na base da inovação e criatividade desejadas situa-se a componente fundamental, a investigação, a qual não pode nem deve menosprezar o potencial criativo de todo o pessoal militar e civil, que não somente o científico qualificado, tendo em vista que «o progresso tanto se faz pelas descobertas fundamentais que se traduzem em grandes saltos para a frente, como pelo somatório de pequenas ideias que, integradas, não se revestem de menos importância...» (Bases Gerais da Investigação e Desenvolvimento no Exército).

É neste contexto que se situa o Programa de Investigação e Desenvolvimento que o Exército prossegue actualmente.

Este Programa procura inserir-se nos objectivos da política científica nacional, nela colaborando e desse facto retirando as vantagens possíveis.

Um dos óbices ao seu desenvolvimento reside na dificuldade de definição de objectivos e de planeamento macrotemporal — ferramentas essenciais a uma gestão moderna — com que se debate o Exército. Esta dificuldade foi parcialmente ultrapassada com a recente promulgação das Leis da Programação Militar.

Dos objectivos deste programa, no contexto da política científica e tecnológica, sublinham-se o seu realismo e pragmatismo.

Há já uma dezena de anos que o Exército promoveu ou participou em vários projectos em cooperação com a indústria e institutos de investigação civis. Pelo seu conhecimento e impacto públicos citam-se, por exemplo, o projecto do emissor-receptor PRC-425, iniciado em Outubro de 1978, e, mais recentemente, o projecto SITPUL, este correspondendo já a um significativo salto tecnológico em relação aos outros sistemas similares existentes.

No corrente ano foi concebido um novo projecto, mais ambicioso, no domínio das tecnologias associadas aos sistemas C3I — comando, controlo, comunicações e informações — com elevada exigência da componente «software».

Falando-se de investigação ocorre liminarmente questionarmo-nos sobre a importante fase do método científico que corresponde à experimentação.

Pretendendo corresponder a essas exigências e no contexto próprio das aplicações em que se situam, a investigação tecnológica assim procede. Para o efeito, o Exército, em conjunto com os outros ramos das Forças Armadas, dispõe de um campo de ensaios próprio para experiências de balística e de explosivos (o de Alcochete), além de equipamentos apropriados nos estabelecimentos mais indicados, as oficinas gerais de produção, as escolas práticas, etc.

Mas não é só no âmbito tecnológico que se respeitam as regras do método científico. No domínio da produção doutrinária, os exercícios e manobras são as actividades por excelência onde são ensaiadas novas doutrinas, as respeitantes à organização dos comandos, unidades e outras formações em campanha, à sua técnica de actuação em combate, ao seu transporte e abastecimento, ou à gestão destas actividades.

No nosso caso, recordamos os importantes espaços de experimentação que os exercícios nacionais da série ORION, e os exercícios combinados

do quadro da OTAN, em que participamos, têm facultado e como tal sido utilizados.

Em termos conclusivos considera-se importante sublinhar que nesta área de investigação, de forma mais notória que noutras, é patente a clara compreensão e identificação dos responsáveis do Exército, e, de um modo geral, de todos os seus quadros permanentes, dos problemas nacionais, o que os leva a dedicar-se, para além do seu empenhamento primário com tudo o que se prende com a segurança nacional, com as outras importantes tarefas relacionadas com o desenvolvimento e modernização do nosso país.

NOTA FINAL

Analisadas as problemáticas do ensino militar e da investigação, que se praticam no Exército, em ordem a identificar as suas bases conceptuais, pedagógicas e curriculares, o que se cumpriu numa óptica estritamente pessoal na expressão e sistematização utilizadas, poderia dar-se por concluída a empresa que nos foi proposta.

Todavia, tendo conduzido a abordagem do tema em termos essencialmente descritivos por os supor mais consentâneos com a sua finalidade, afigura-se de algum interesse concluir com uma nota de carácter reflexivo.

Esta reflexão final prende-se com a análise, necessariamente sumária, da adequação das bases do ensino e da investigação do Exército aos vectores que caracterizam o meio envolvente e, fundamentalmente, à sua projecção futura.

Nesta óptica consideremos, por exemplo, três dos parâmetros básicos que caracterizam a evolução do nosso tempo e, portanto, as novas formas de vida em sociedade: a dimensão técnico-científica e a extrema rapidez da aplicação dos progressos científicos; a aceleração do ritmo das modificações; o carácter determinante das estruturas de participação nas novas formas de vida em sociedade.

É possível deduzir destes parâmetros as seguintes implicações mais significativas:

- O aumento da informação disponível e a correspondente necessidade de maior informação, sobretudo a relativa à interconexão dos fenómenos.

- A possibilidade de acesso rápido a uma informação mais abundante e pluridisciplinar (computação, telemática), a globalização universalização do campo de informação não académica propiciada pelas «mass media», exigindo uma formação continuada, permanente, flexível, com ênfase na autoformação.
- O acréscimo da especialização em conexão com a imprescindibilidade das abordagens sistémicas.
- A decorrente preponderância da aprendizagem das estruturas metodológicas e conceptuais em detrimento do conteúdo formal das diversas áreas de conhecimento.

Particularizando estas considerações para o âmbito específico do sistema de ensino, em geral, afigura-se indispensável revê-lo, bem como aos seus métodos, à luz destes parâmetros e suas implicações.

Nesta ordem de ideias, e voltando a ponderar as bases conceptuais, pedagógicas e curriculares do ensino militar nesta perspectiva, afigura-se lícito concluir estarem as mesmas suficientemente ajustadas aos novos parâmetros enquadrantes e também com o grau de flexibilidade adequado ao seu eventual, oportuno, afinamento em termos da previsível evolução das linhas de força deduzidas.

Efectivamente, as Escolas Militares estão vocacionadas para «ensinar a aprender», sistematizando e estruturando os conhecimentos próprios e deles destacando os princípios universais e fundamentais, enquadrando-os e relacionando-os com outros domínios do conhecimento e da actividade humanos, privilegiando as estruturas metodológicas e as práticas participadas, tudo num contexto de formação permanente, contínua, em regime de constante e programada intermutabilidade das funções docentes com as de outras áreas específicas da profissão militar.

Concluimos esta reflexão, e o tratamento do tema que a propiciou, expressando o agrado com que se estudaram os aspectos relativos aos quadros conceptual e metodológico do ensino militar e a esperança de contribuir com os resultados deste estudo para o seu eventual aprofundamento e melhoria.

Outubro de 1988.

Rui Lobato de Faria Ravara

Brigadeiro

BIBLIOGRAFIA

- Directivas do Director do Departamento de Instrução do EME.
- Directivas do Director do Instituto de Altos Estudos Militares.
- Directiva sobre actualização e revisão da doutrina do Exército (Dir 07/83 DO/EME.)
- Bases gerais da investigação e desenvolvimento no Exército (GEP/EME).
- Plano Geral de Instrução do Exército (PGIE).
- Plano de Tirocínios, Estágios e Cursos (PTEC).
- Estudos e Relatórios do Departamento de Instrução do EME (EM1, EM2, EM3, EM4).
- A Abordagem Sistémica da Instrução (MT 110-1).
- Decreto-Lei n.º 48/86, de 13Mar (Licenciatura em Ciências Militares).
- Decreto-Lei n.º 338/76, de 12Mai, Decreto-Lei n.º 30 264, de 10Jan40 (Instituto de Altos Estudos Militares).
- Decreto-Lei n.º 302/88, de 02Set; Decreto n.º 678/76, de 01Set; Decretos-Leis n.ºs 42 151 e 42 152, de 12Fev59 (Academia Militar).
- Decreto-Lei n.º 347/77, de 23Ago (Instituto Superior Militar).
- Decreto-Lei n.º 275/81, de 01Out (Escola de Sargentos do Exército).
- Palestras proferidas pelos Directores do IAEM;
- Colóquio sobre ensino superior militar (AM, Jul76).
- «Introdução ao estudo dos conhecimentos militares», General Sebastião Teles (1887).
- «História do Exército Português». General Ferreira Martins.
- «Conferências sobre Estratégia». Coronel Tasso de Miranda Cabral (1932).
- «Curso de Estratégia». Coronel Bernardo Sá Nogueira.
- «Elementos de Estratégia». General Abel Cabral Couto (1987).
- «Incursões no domínio da Estratégia». Coronel Loureiro dos Santos (1983).
- «Geopolítica e Geoestratégia de Portugal». General José Lopes Alves (1986).
- Boletins do IAEM.

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«DEFENSA» (ESPANHA), n.º 127, de Novembro de 1988

A Marinha Síria acaba de adquirir três modernos submarinos soviéticos da classe «KILO», de acordo com as declarações do chefe da armada israelita, almirante Abraham Ben Shusham.

Desta forma, a Marinha da Síria poderá substituir as suas três velhas unidades da classe «Romero», construídas em 1961 na URSS, convertendo-as para missões de instrução.

O submarino soviético da classe «KILO» é o navio deste tipo mais comercializado internacionalmente na década de 80, porque, além da Síria, já adquiriram esta moderna unidade diesel-eléctrica a Índia (4), a Polónia (2), a Argentina (2) e a Roménia (1). A Líbia poderá ser a próxima compradora para potenciar a esquadilha de 6 submarinos da classe «FOXTROT», cujo rendimento foi nulo durante os confrontos com a Armada dos Estados Unidos em 24 e 25 de Março de 1986.

*
* * *

A partir de agora os traficantes de drogas que pretendam entrar nos Estados Unidos a partir da América Central ou do Sul terão que defrontar um novo adversário: o avião «P3 ORION» do Serviço de Fronteiras. O «Sentinela Azul», nome genérico destes aparelhos, é um avião de controlo aéreo e detecção rápida, tipo «AWACS». O poderoso radar de que dispõe permite-lhe detectar e seguir os presumíveis traficantes, transmitindo a informação a outros aviões interceptivos do Serviço de Fronteiras que, assim, poderão estabelecer contacto com os suspeitos e proceder à sua captura.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 13 a 19 de Janeiro de 1989

De 5 a 15 de Fevereiro de 1989 o almirante francês Alain Duthoit, comandante da base de Toulon, vai tomar a direcção do exercício «PHINIA 89» e, então, terá sob as suas ordens uma força franco-americana de 3 porta-aviões — «Foch» e «Clemenceau», franceses, e «Theodore Roosevelt», americano — e um agrupamento anfíbio com o porta-helicópteros «Guadalcanal» e o navio de transporte «Austin», num total de 7500 homens.

Do lado francês participará neste exercício a esquadra do Mediterrâneo com 6600 marinheiros e soldados, a bordo dos dois porta-aviões e das barcas de desembarque.

Existem, pelo menos, três boas razões para que Paris participe neste exercício sem precedentes:

- Reafirmar a vontade da França de desempenhar no Mediterrâneo o papel de grande potência, em especial quando é dada por terminada a missão no Golfo da «Royal Navy» embora persista a tensão no Líbano;
- Demonstrar claramente o apoio da França aos Estados Unidos face a um antiamericanismo dos países europeus — Grécia e Espanha, em especial —, onde os Estados Unidos dispõem de bases militares.
- Finalmente — e principalmente —, sublinhar a importância da «US Navy» na altura em que Washington decide retirar da Europa os mísseis «Pershing» e «Cruise», de acordo com o tratado americano-soviético de Dezembro de 1987.

«SUNDAY TIMES» (REINO UNIDO), de 29 de Janeiro de 1989

O Governo britânico decidiu reduzir em mais de metade os efectivos militares presentemente em Gibraltar.

A retirada de cerca de 1000 dos 1900 soldados britânicos justifica-se — segundo o Ministério da Defesa britânico — pelo facto de a Espanha ser membro da OTAN, não havendo razões para manter uma presença militar tão grande.

Londres decidiu, igualmente, encerrar diversas instalações militares naquela colónia, que é utilizada para treino de tropas, armazenamento de munições e como aeroporto, porto e base naval.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Janeiro de 1989

Como em cada ano, centenas de carros de combate e de viaturas blindadas voltaram a cruzar a planície alemã — alguns deles vindos directamente dos EUA — no quadro das manobras REFORGER (Reinforcement Forces In Germany).

No caso de guerra na Europa as tropas americanas aqui acantonadas — o V e o VII Corpos de Exército (CE) — seriam reforçadas pelo III CE e por outras unidades vindas do outro lado do Atlântico, para além de forças europeias, nomeadamente alemãs.

Em 1988 um total de 124 000 homens instalou-se na região de Wurzburg, e 1095 carros de combate, 7000 viaturas blindadas de lagartas, 15 000 viaturas de rodas, 795 mísseis anticarro, 400 bocas de fogo de artilharia e 639 helicópteros foram os principais materiais também utilizados na REFORGER 88.

*«DEFENSE AND ARMAMENT INTERNATIONAL HÉRACLÉS»
(FRANÇA), de Janeiro de 1980*

Como uma consequência das negociações entre a União da Europa Ocidental (UEO) e a Espanha, este país empreendeu a criação de uma unidade de reacção rápida para intervenção na zona do Mediterrâneo.

Esta força, que já estava projectada desde meados de 1987, foi testada em Outubro último durante o exercício «Firex 88». O tema do exercício era uma invasão fictícia de um país inimigo.

Os elementos que integram a unidade de reacção rápida serão análogos aos que já existem em Marrocos: uma corveta, quatro navios de patrulha e unidades do exército dotadas de material médio e ligeiro, unidades aéreo ou helitransportáveis e forças de fuzileiros navais.

Fragatas, aviões «C-130» e «C-212» e, ainda «F-1», «PCH-4» e «F-18», e os helicópteros «Super-Puma», «UH-1H» e «BO105» elevarão o efectivo da referida unidade a um total de cerca de 3500 homens durante as operações conjuntas.

*

* *

O Centro de Estudos de Prospectiva Estratégica (CEPS), de França, foi fundado em 1985 pelos licenciados em estudos de defesa pela Universidade de Paris e por especialistas civis e militares.

Deliberadamente multidisciplinar de acordo com o estatuto de 1959 sobre a defesa, o CEPS reúne hoje não só membros das Universidades mas, também, militares na reserva, engenheiros de armamento, financeiros e jornalistas.

Organismo independente segundo a Lei de 1901, o CEPS tem estabelecido ligações privilegiadas com outros organismos oficiais franceses e com instituições estrangeiras.

A vocação do CEPS é constituir um centro de estudos encarregado do exame dos aspectos conceptuais da defesa da Europa. Mas é, também, um local onde se podem tratar livremente os problemas da estratégia e da indústria de armamentos. Deste modo, é um fórum onde as diversas entidades nacionais podem apresentar os seus pontos de vista e beneficiar do debate das ideias.

As actividades do Centro agrupam-se em três áreas principais: fórum, instrução e estudos e conselho.

Tradicionalmente, o CEPS realiza um grande seminário por ano. Em 1986 o tema foi «As novas tecnologias e a defesa aeroterrestre na Europa»; Em 1987 tratou-se das «Estratégias Navais e a Defesa da Europa»; e em 1988 «Ar, Espaço e a Defesa da Europa», que obteve um grande sucesso. Em 1989 o tema será «A estratégia de recursos e a defesa da Europa».

Mas, além destes grandes seminários, o Centro leva a cabo numerosos seminários menores e reuniões onde são tratados os mais diversos aspectos da defesa da Europa e de áreas mundiais específicas.

As actividades de investigação constituem uma parte importante do Centro e têm o seu reflexo em várias áreas de interesse, quer para a França e para a sua indústria de defesa, quer para instituições públicas de países estrangeiros. Os resultados dos estudos são objecto de uma difusão adequada.

*

* *

A fragata «NFR 90», de 5000 toneladas de deslocamento total, é um projecto OTAN e coloca-se entre a primeira categoria de navios de

guerra projectados para fazer face às ameaças de submarinos e de aviões durante o próximo século.

Conforme foi mostrado na exposição de Le Bourget, a fragata da OTAN terá 131 m de comprimento, um raio de acção de 5000 milhas náuticas e uma velocidade de 19 nós, contando com um efectivo de 201 homens. O armamento compreende artilharia AA, 32 silos para a defesa contra mísseis à proa e mais 16 à ré, um sistema «SATCP MISTRAL» com 6 tubos, um outro sistema de mísseis mar-mar constituído por 8 «Harpoon», dois lançadores de mísseis «Dagaie» e um helicóptero de luta anti-submarina «NH 90» de 9 toneladas.

Mas o futuro da fragata «NFR 90» é, ainda, incerto.

A França tem o seu próprio programa para construção de uma fragata ligeira e está a planear duas fragatas para a defesa aérea.

Os canadianos duplicaram as suas seis fragatas da classe «City», os alemães já não podem esperar para além do ano 2000 a substituição das suas fragatas, a Grã-Bretanha está a lançar os seus navios de 3700 toneladas da classe «Duke» e os holandeses projectam a construção da classe «Karel Doorman» de 3000 toneladas.

Por sua vez a Espanha encara a construção de quatro fragatas derivadas do projecto da classe «Descubierta».

O custo crescente do programa e os inúmeros problemas levantados nas diferentes especificações para a produção de um projecto comum contribuíram para protelar a construção, mês após mês, de modo que poderão ser necessários 18 anos para tornar operacional a primeira fragata «NFR 90» da OTAN.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 10 a 16 de Fevereiro de 1989

A França deverá participar no novo sistema da OTAN de comando e controlo das operações aéreas designado por «ACCS». Este novo sistema destina-se a substituir até ao ano 2000 a rede «NADGE», tecnologicamente ultrapassada.

O «ACCS» não será apenas um sistema de alerta com capacidade para dar uma imagem do espaço aéreo europeu graças à cobertura de uma centena de estações de radar. É, sobretudo, um mecanismo de gestão de crise que pode exercer uma acção de coordenação entre todos os quartéis-generais aliados no caso de conflito.

O Presidente Mitterand deu o seu acordo para a adesão francesa a este projecto por três razões:

- Militar. A França não poderá manter-se alheada de um programa que marca a solidariedade entre os aliados e serve para garantir a sua defesa aérea e, também, as suas possibilidades de intervenção exterior;
- Económica. As empresas francesas Thomson, Alcatel e Matra estão directamente interessadas nos 50 biliões de francos oferecidos pela OTAN para a totalidade do projecto.
Mas, para que as firmas francesas tenham possibilidade de se colocarem neste concurso internacional, é preciso que a França aceite aumentar a sua participação no fundo de infra-estruturas da Aliança.
- Europeia: O «ACCS» constitui uma ocasião única para reforçar a cooperação europeia em matéria de defesa.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 17 a 23 de Fevereiro de 1989

No caso de um ataque nuclear contra a sede da OTAN, em Bruxelas, metade ou dois terços dos habitantes da capital belga estariam condenados.

Este quadro apocalíptico, traçado por médicos belgas, confirma um recente relatório da Aliança Atlântica segundo o qual a Bélgica figurará entre os países mais vulneráveis face a um conflito nuclear devido à falta de abrigos e de um sistema de alerta adequado.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 19 de Fevereiro de 1989

Os cinco países participantes da União do Magreb Árabe, proclamada ultimamente em Marraquexe, têm agora pela frente a difícil tarefa da definição dos objectivos e da criação das instituições da nova organização.

De facto, a proclamação da União do Magreb Árabe, feita pelos Chefes de Estado da Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Mauritânia, é considerada, segundo declarou o rei Hassan II, «unicamente um primeiro passo, mas um passo de gigante, para a construção magrebiana».

Os meios de comunicação social dos cinco países deram um grande relevo ao nascimento da nova entidade internacional e a rádio de Marrocos chegou mesmo a informar ter sido o Governo espanhol o primeiro membro

das Comunidades Europeias a enviar uma calorosa mensagem de felicitações aos países árabes que acabaram de constituir, pela primeira vez na sua história moderna, uma organização de carácter regional.

Para todos os membros da União, excepto a Líbia, a CEE deverá ser o interlocutor privilegiado e a Espanha poderá ser uma espécie de ponte entre os dois conjuntos políticos e económicos.

Na sua qualidade de Chefe de Estado do país que acolheu a primeira cimeira, Hassan II será durante seis meses presidente da União. Ainda não se conhece o país que albergará a segunda cimeira e assegurará a sua presidência, mas o coronel Kadafi apresentou já, fortemente, a candidatura da Líbia.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 20 de Fevereiro de 1989

A força aérea do Paquistão, preocupada com a possibilidade de um ataque do Afeganistão na parte Oeste do país, e acautelada face ao poder militar da Índia na parte Leste, pretende melhorar a sua aviação de combate e de treino.

Dois projectos principais encontram-se na fase de conclusão e o Governo do Primeiro-Ministro Benazir Bhutto terá que decidir pela aquisição de 60 aviões «F-16» ou por 75 «F-7», melhorados, adquiridos à China.

Por outro lado, o Paquistão está a planear a produção de um avião de treino para o que poderá contar com o apoio chinês.

O Paquistão possui «F-16», mas a maioria dos aparelhos da sua força aérea são velhos «F-6» de construção chinesa com tecnologia soviética dos anos 50.

«REVISTA ESPAÑOLA DA DEFENSA» (ESPANHA), de Fevereiro de 1989

A reunião da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, que acaba de concluir-se em Viena, passará aos anais do processo de Helsínquia como o encontro da abertura, da transformação, da responsabilidade e dos esforços comuns.

Todas as expectativas com que chegaram à cidade austríaca as representações das 35 delegações participantes na reunião — todos os países

européus menos a Albânia, os Estados Unidos e o Canadá — foram satisfeitas e recolhidas num documento final que simboliza a nova vontade de cooperação, paz e segurança na Europa.

Para prosseguir o sucesso da reunião de Viena estão já previstas as seguintes reuniões:

Redução das Forças Armadas Convencionais, a realizar em Viena, em 9 de Março de 1989; Medidas de Confiança e Segurança, também em Viena, na mesma data; Intercâmbio dos Pontos de Vista sobre a Negociação da Redução do Armamento Convencional, ainda em Viena, em 21 de Março de 1989; Informação Pública em Londres, em 18 de Abril de 1989; Direitos Humanos, em Paris, em 30 de Maio de 1989, em Copenhaga, em 5 de Junho de 1990, e em Moscovo, em 4 de Novembro de 1991; Protecção contra o Meio Ambiente, em Sófia, em 16 de Novembro de 1989; Cooperação Económica, em Bona, em 11 de Abril de 1990; Mediterrâneo, em Palma de Maiorca, em 24 de Setembro de 1990; Resolução das Controvérsias por Meios Pacíficos, em La Valetta, em 15 de Janeiro de 1991; e Património Cultural, em Cracóvia, em 28 de Maio de 1991.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUÍÇA), n.º 2/1989

A proposta de Gorbachev para a redução unilateral de forças soviéticas na Europa inclui a retirada de 500 000 homens, 10 000 carros de combate, 8500 sistemas de artilharia e 800 aviões de combate, compreendendo 6 divisões blindadas e 5000 carros de combate que serão retirados das forças em 1.º escalão na Europa.

Isto é, as reduções encaradas correspondem a: 10 000 carros de combate que são equivalentes a 30 divisões blindadas dos EUA, 500 000 homens são mais do que o efectivo total da RFA mas, em contrapartida, são apenas 12 por cento dos mais de 4 milhões de soldados da URSS.

Mesmo depois da implementação completa das medidas de Gorbachev, o desequilíbrio entre as forças ocidentais e as do bloco de Leste continuará a ser considerável.

Assim, a relação de forças entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia poderá ser caracterizada da seguinte forma: em carros de combate 2,91 para 1 (em vez de 2, 99 para 1), em sistemas de artilharia 2,18 para 1 (em vez de 2,76 para 1) e em aviões de combate 1,87 para 1 (em vez de 2,06 para 1).

Mesmo depois da retirada de 6 divisões blindadas da República Democrática da Alemanha, da Checoslováquia e da Hungria, permanecerá naqueles países um total de 22 divisões soviéticas, 9 blindadas e 13 de Infantaria motorizada. Mais duas divisões soviéticas estão estacionadas na Polónia.



O exercício «Magersfontein», que teve lugar em Walvis Bay no último Outono durante um período de 45 dias, constituiu o maior exercício naval realizado pela Marinha da África do Sul nos últimos anos.

Além das manobras e actividades praticadas, tais como defesa antiaérea e guerra de minas e reabastecimento no mar, o exercício «Magersfontein» incluiu também operações anfíbias.

O exercício fez ressaltar a necessidade das operações conjuntas, exemplificadas pela largada de pára-quedistas em apoio de uma operação anfíbia de desembarque.

Foi a primeira vez que os fuzileiros sul-africanos demonstraram a sua capacidade para conquistarem uma cabeça de praia e para a manterem até à chegada de forças do Exército.

Anteriormente os fuzileiros sul-africanos eram especialmente utilizados na protecção de instalações navais, em operações urbanas, e uma companhia foi empregue no rio Zambeze na faixa de Caprivi. A missão dos fuzileiros foi alargada para as novas funções como resultado da experiência operacional em Angola e, ainda, por um aumento sensível dos custos, o que levou o Governo da África do Sul a procurar o aumento da eficiência das suas Forças Armadas.



O orçamento de defesa da Hungria para 1989 atinge os 30 000 milhões de florins, o que significa uma redução de cerca de 14 por cento em comparação com o de 1988, o qual, por sua vez, foi 24,7 por cento mais elevado que o de 1987.

O número de militares conscritos é 40 por cento menor em 1989, menos exercícios são programados e está em curso uma reorganização do Ministério da Defesa, o que é resultante de um corte drástico dos custos com o pessoal.

Todas estas medidas são explicadas pelas dificuldades económicas que o país atravessa e, ainda, pela situação internacional.

De acordo com o Ministro da Defesa da Hungria, a retirada das forças soviéticas está iminente. O Grupo Sul das Forças Soviéticas estacionado na Hungria compreende cerca de 60 000 homens e 1500 carros de combate.

Das quatro divisões soviéticas, uma blindada deverá ser retirada.

Cortes menos drásticos, mas também motivados por motivos económicos, são os que ocorrem na Polónia.

Em vez dos 7,7 por cento em 1988, só 5,5 por cento do orçamento polaco é atribuído à defesa, o qual atinge 3,6 por cento do PNB (em lugar dos 3,8 por cento em 1988). Uma redução de efectivos de 15 000 homens, ocorrida nos últimos dois anos, poderá ser continuada por mais cortes, dependendo da situação internacional.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 2 de Março de 1989

A revista «Stern» da República Federal informou que pelo menos setenta empresas da Alemanha Ocidental forneceram ao Paquistão a tecnologia para o fabrico de armas nucleares, ignorando os funcionários de Bona os relatórios acerca destas exportações aparentemente ilegais.

O Primeiro-Ministro paquistanês, Benazir Bhutto, tem declarado repetidas vezes que o seu país não possui armas nucleares e que não tem a intenção de as produzir. Ainda segundo a revista «Stern», as companhias alemãs, em parte de boa fé e em parte intencionalmente, forneceram desde os aços especiais, equipamentos ópticos e computadores de muito elevada capacidade até ao trítio altamente explosivo, materiais a partir dos quais se pode praticamente conseguir tudo o que é necessário para a produção do armamento nuclear, e, acrescenta a revista, os inspectores da alfândega estão já a investigar mais de setenta firmas alemãs suspeitas de fornecimentos ilegais ao Paquistão.

*

* *

Assessores importantes de George Bush informaram o Embaixador do Japão em Washinton sobre as alterações que o Presidente deseja introduzir

no polémico projecto do novo avião de combate Estados Unidos-Japão.

Este aviso é sintoma de que Bush decidiu estabelecer restrições na partilha de tecnologia com o Japão, tendo em vista a produção conjunta de um novo tipo de avião designado «FSX».

Uma das restrições dirá respeito aos códigos computadorizados para controlo do próprio aparelho e do seu armamento. Neste caso, foi possível estabelecer uma solução de compromisso de modo a permitir o acesso japonês aos dados aplicáveis a este único tipo de aparelho, mas evitando que a mesma tecnologia seja extensível a outros tipos de aviões, nomeadamente aviões comerciais. A razão fundamental desta preocupação americana é o desejo de impedir que a indústria aeronáutica japonesa aplique a tecnologia americana no fabrico de aviões civis.

Este problema tem originado certas divergências entre os assessores económicos e os assessores de Defesa e dos Negócios Estrangeiros, porque, enquanto estes consideram a cedência útil para os Estados Unidos, aqueles acham-na prejudicial.

O acordo sobre o «FSX» foi negociado após o Japão ter declarado desejar fabricar o seu próprio avião de combate. Nessa altura foram os americanos que apresentaram o projecto da produção conjunta, projecto que consistia na modernização dos «F-16».

«US NEWS AND WORLD REPORT» (EUA), de 6 de Março de 1989

Gorbachev deverá indicar dentro em breve um civil para Ministro da Defesa.

Esta é a opinião de diplomatas soviéticos que acreditam que a mudança dos militares para o controlo civil, de acordo com o estilo americano, poderá ajudar Gorbachev a prosseguir com os seus planos para ulteriores cortes nas Forças Armadas.

A personalidade apontada para substituir Dmitri Yazov é Lev Zaikov, secretário do partido em Moscovo e membro do Politburo.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 11 de Março de 1989

Um primeiro grupo de militares espanhóis que participam no Corpo da Paz das Nações Unidas na Namíbia chegou em 10 de Março a Windhoek,

capital daquele território, para preparar a chegada do resto do contingente espanhol, que totaliza 110 homens e oito aviões «Aviocar». O contingente espanhol deverá estar completo antes de 1 de Abril próximo.

Naquela data o Corpo de Paz das Nações Unidas para a Namíbia deverá contar com 4650 militares, 500 polícias e centenas de técnicos. O seu objectivo será garantir a paz durante o período de transição até à completa independência do território da Namíbia, de acordo com a Declaração 435 aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em 1978.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 14 de Março de 1989

A Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (UNESCO) participa na comemoração do V Centenário do Descobrimento da América, no seguimento de um pedido do seu Director-Geral, Frederico Mayor Zaragoza, que solicitou a contribuição da comunidade internacional no sentido de «colocar em evidência as transformações que se registaram no mundo depois da época dos descobrimentos, para a recolha de testemunhos das culturas indígenas da América e para realçar e preservar o património cultural do Novo Mundo».

O V Centenário do Encontro de Dois Mundos — nome que a UNESCO dá às Comemorações de 1922 — deverá servir para «compreender as profundas transformações que representou para a Humanidade esta formidável aventura» e «para tecer uma nova trama de solidariedade entre todos os povos e culturas do mundo».

Com o objectivo de «estimular os intercâmbios e os contactos internacionais baseados na afirmação da identidade cultural dos povos», a UNESCO vai lançar um projecto universal denominado Encontros em Cadeia e um outro para estudo sobre as populações indígenas americanas, que recebeu o nome de Ameríndia 92.

O programa Ameríndia 92 pretende destacar os pontos de vista indígenas sobre o encontro dos dois mundos e estudar os problemas do índio americano.

Como um dos protagonistas dos cinco séculos de história, o outro programa, Encontros em Cadeia, tem por objectivo estimular a reflexão das repercussões da chegada de Cristóvão Colombo à América sobre as diferentes culturas, procurando, por meio da organização de encontros, seminários e reuniões, destacar os factos culturais comuns a partir de 1492, «ponto de partida para a universalização da humanidade e da natureza».

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 21 de Março de 1989

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão informou que a proposta soviética para o estabelecimento de 6 acordos bilaterais não poderia ser aceite devido à disputa existente entre os dois países sobre as ilhas Curilhas.

Representantes do Japão e da URSS discutiram em Tóquio as relações bilaterais, a situação geral na Ásia e no Pacífico e, também, as relações sino-soviéticas.

Segundo o porta-voz do Ministério japonês, os soviéticos afirmaram que a conclusão dos acordos (turismo, cooperação económica e protecção aos investimentos) propostos quando o Ministro Eduard A. Chevardnadze visitou o Japão, em Dezembro último, contribuiria para a promoção de um bom relacionamento.

Mas os japoneses pensam que o estabelecimento das relações políticas saudáveis não poderá ser construído a partir das propostas apresentadas pelos soviéticos.

O Japão há muito tempo que pede a entrega das ilhas Curilhas, ocupadas pela URSS desde o fim da II Guerra Mundial.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

